

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**BRUNA FERNANDA TESCH**

**CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:  
IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO**

**UBERLÂNDIA**

**2020**

**Bruna Fernanda Tesch**

**CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:  
IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva

**UBERLÂNDIA, MG**

**2020**

BRUNA FERNANDA TESCH

**CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:  
IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO**

Relatório final, apresentado a Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais.

Uberlândia, 14 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Vieira Trópia  
Universidade Federal de Uberlândia

*“A crise da Educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.”*

**(Darcy Ribeiro)**

## RESUMO

A temática deste trabalho é o desdobramento do processo de *impeachment* de 2016 e as consequências sobre a política educacional referente ao Ensino Superior público brasileiro. A questão principal, que guia o desenvolvimento do raciocínio destrinchado ao longo do texto, é apresentar de que forma o teor das políticas educacionais do país, no caso especialmente aquelas voltadas ao Ensino Superior público, foi alterado e tem se pautado cada vez mais a partir do modelo neoliberal. Desta forma, o trabalho procura apontar alguns dos impactos desde a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff no andamento dessas políticas voltadas à Educação Superior. Para tal finalidade alguns debates foram explanados, a fim de situar as condições históricas do Brasil e da América Latina, detalhar os eventos parlamentares e da sociedade civil que culminaram no *impeachment* de Dilma e outros. Para cumprir o objetivo, a metodologia escolhida fora pesquisa bibliográfica e documental, reunindo uma série de referências que tornaram possível delinear o raciocínio ao longo da monografia. A conclusão que se chega após a escrita do presente texto é que, de fato, desde o ano de 2016 temos acompanhando nas políticas educacionais do país a intensificação das pautas neoliberais e o estreitamento de direitos e conquistas sociais.

**Palavras-chave:** Brasil; Estado; Golpe; *impeachment*; capitalismo dependente; neoliberalismo; educação; Ensino Superior público; EC 95/2016; Future-se.

## RESUMEN

El tema de este documento es el desarrollo del proceso de destitución de 2016 y las consecuencias en la política educativa sobre la educación superior pública brasileña. La pregunta principal, que guía el desarrollo del razonamiento desenredado a lo largo del texto, es presentar de qué manera el contenido de las políticas educativas del país, en este caso especialmente las dirigidas a la Educación Superior pública, se ha modificado y se ha basado cada vez más en del modelo neoliberal. Por lo tanto, el documento busca señalar algunos de los impactos desde el despido de la ex presidenta Dilma Rousseff en el curso de estas políticas dirigidas a la educación superior. Con este fin, se explicaron algunos debates con el fin de situar las condiciones históricas de Brasil y América Latina, para detallar los eventos parlamentarios y de la sociedad civil que culminaron en la destitución de Dilma y otros. Para cumplir el objetivo, la metodología elegida fue la investigación bibliográfica y documental, reuniendo una serie de referencias que permitieron delinear el razonamiento a lo largo de la monografía. La conclusión que surge después de la redacción de este texto es que, de hecho, desde 2016 hemos seguido en las políticas educativas del país la intensificación de las directrices neoliberales y el estrechamiento de los derechos y logros sociales.

**Palabras clave:** Brasil; Estado; Golpe; juicio político; capitalismo dependiente; neoliberalismo; educacion; Educación Superior pública; EC 95/2016; Future-se.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – UMA DEFINIÇÃO DE ESTADO E GOLPE .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO II – O GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016 .....</b>	<b>23</b>
Capitalismo dependente .....	23
Globalização e neoliberalismo .....	25
O Consenso de Washington .....	27
Um panorama geral dos Governos Lula .....	29
O primeiro Governo Dilma e os bastidores do Golpe .....	32
Manifestações de junho de 2013 .....	38
O segundo mandato de Dilma Rousseff e sua reorientação em moldes neoliberais .....	43
A Operação Lava Jato e os impactos negativos na imagem da presidente Dilma .....	45
As manifestações antigoverno de 2015 e 2016 .....	48
A construção e a consumação do Golpe no parlamento .....	50
As reformas neoliberais do Governo Temer .....	57
<b>CAPÍTULO III – OS RUMOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA APÓS O GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016 .....</b>	<b>60</b>
O Ensino Superior público brasileiro no Governo Temer: A EC 95/2016.....	72
O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Orçamento .....	76
O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Perseguições ideológicas .....	78
O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Future-se .....	80
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

O tema que será abordado ao longo da presente monografia é a crise, neste caso, político-econômica, que teve como resultado o *impeachment* ou Golpe de 2016, e os desdobramentos sobre o Ensino Superior público brasileiro. Tal contextualização deverá ocorrer partindo da apresentação do agravamento da crise econômica e política que se apresenta desde 2014 e que em 2016 culminou no processo de *impeachment* contra a presidente eleita, Dilma Rousseff. Serão parcialmente abordadas as forças que atualmente tentam atacar e modificar os rumos das políticas educacionais no país, dando sequência à série de acontecimentos.

A escolha da temática se deu por se tratar de uma questão atual no cenário brasileiro e por isso ser um tema caro à Ciência Política contemporânea e brasileira. Abordar tal tema faz parte da busca pela compreensão da nossa conjuntura tanto histórica quanto mais recente e pontual. Além disso, como estudante do curso de Ciências Sociais de uma universidade federal, tendo cursado tanto a licenciatura quanto o bacharelado, acompanho e sinto diretamente os impactos dos desdobramentos pós-*impeachment* nas políticas educacionais a partir da realidade cotidiana acadêmica e profissional da área. E como componente da sociedade brasileira tenho o anseio de ampliar o entendimento sobre o “jogo” de interesses que molda a macropolítica no Brasil, o que procurei abordar de maneira detalhada, como possível, sobre o período de tempo delimitado.

Faz-se necessário traçar objetivos para cumprir com a realização deste texto e a metodologia escolhida para a realização do trabalho de conclusão de curso do curso de Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo a metodologia de pesquisa utilizada a bibliográfica e documental, que abrange leitura e análise de uma série de livros, periódicos, artigos, teses, dissertações, documentos oficiais do Estado e seus Ministérios disponíveis *on-line*, consultas a pesquisas desenvolvidas por Institutos e entre outros materiais, acadêmicos e extra-acadêmicos, como jornais e revistas midiáticas.

O principal objetivo do presente texto é proporcionar uma compreensão ampla sobre a crise político-econômica que temos vivenciado especialmente desde o ano de 2015, e apresentar alguns dos crescentes impactos sofridos pelo Ensino Superior público desde o Golpe Institucional de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff de seu cargo de maior representação do Poder Executivo.



Tendo sido os objetivos divididos ao longo de três capítulos, ficam organizados entre traçar definições de Estado e Golpe no primeiro capítulo, para que seja possível delimitar os termos e colher análises a respeito do conteúdo em estudo, cujo ponto de partida é o Estado. Também faz parte do percurso de abordagem escolhido a exposição das condições da América Latina no contexto de globalização e modelo político neoliberal, bem como os desdobramentos da política brasileira desde as primeiras ações do Governo Dilma Rousseff, e um breve apontamento sobre as reformas neoliberais aplicadas pelo Governo Temer, direcionando até a atualidade do ano de 2019. E por último, recortando a reta final da pesquisa desenvolvida, abordo os impactos da radicalização da lógica neoliberal na Educação Superior pública.

Para o Capítulo I, importa construir a trajetória a partir de autores e obras históricas, procedendo da definição da categoria Estado baseada em autores marxistas e de uma definição mais geral da concepção de Golpe político.

Karl Marx, em seu texto intitulado O 18 de brumário de Luís Bonaparte, fez uma análise histórica com o intuito de contemplar um jornal de sua época, e o referido texto nos traz um panorama bem definido e baseado no Materialismo Histórico e Dialético das condições e arranjos entre as classes fragmentadas na França durante o período da Revolução de 1848. À época, eventos revolucionários burgueses deram fim, ao lado da força do proletariado, ao período monarquista francês, fazendo surgir a Segunda República Francesa. Posteriormente, a partir do Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, perpetrado por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, ele dissolve a Assembleia Nacional Francesa e torna-se ditador.

Não há interesse para o contexto tratado em me estender nos desdobramentos do Golpe aplicado por Luís Bonaparte no século XIX, mas há interesse em identificar de que forma podemos comparar o impulsionamento e aceitação do Golpe por parte da burguesia francesa e o fundamento genérico por trás deste golpismo com os eventos brasileiros de 2016, ainda que com resultados que evidentemente se desdobram em diferentes direções conceituais, já que Michel Temer em 2016 não conduziu um governo ditatorial como conduziu Luís Bonaparte na França de 1851.

Já no Capítulo II, primeiramente abordo as condições da América Latina no capitalismo globalizado de dinâmica condicionada à divisão internacional do trabalho, que nos reprime econômica e socialmente conforme dependentes do capitalismo desenvolvido e imperialista. Trato brevemente da crise de 2008, a mais recente do capital, e seus impactos na periferia do capitalismo. E então abordo uma sequência de fatos que culminaram no Golpe

Institucional de 2016, atendendo aos interesses dos setores sociais dominantes brasileiros. Percorro também um passo a passo dos acontecimentos parlamentares que se estenderam ao longo do processo de destituição da presidente e mobilizo algumas reformas feitas pelo Governo Temer, com a finalidade de colocar em evidência as intenções da agenda de sua gestão para com a política brasileira e os rumos do país.

Definido o Golpe a partir do pensamento marxiano e conhecidas as condições e processos do último Golpe brasileiro, as aproximações possíveis entre ambas as condições ocorrerão. Difícil não lembrar que Marx (2011, p. 18) demonstra, “[...] como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói”, abrindo espaço para uma ofensiva da classe dominante. No Brasil, também o grotesco e o heroico parecem se confundir para sedimentar o terreno para a investida contra direitos e conquistas sociais.

Já o Capítulo III aborda a questão da Educação Superior pública e os impactos negativos sofridos pelas políticas educacionais devido às agendas de cunho antipopular dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

## CAPÍTULO I – UMA DEFINIÇÃO DE ESTADO E GOLPE

Será preciso partir de uma definição de Estado, e, conforme informado anteriormente, utilizarei Karl Marx para a finalidade. Ressalvo que precisamos ponderar as limitações da leitura literal, devido às diferenças entre a realidade de quando o autor escrevia e a atualidade quando encaixamos sua análise. O foco do trabalho não é evidenciar tais limitações por completo. O próprio autor, aliás, chama atenção à necessidade de considerarmos nosso adequado prisma histórico, ou seja, as condições históricas inerentes à realidade política e histórica que vivemos. O autor levanta a necessidade de desatrelarmo-nos de alguns referenciais do passado que não nos sirvam mais, para possibilitar nossas análises e garantir o potencial transformador da realidade. Em O 18 de brumário de Luís Bonaparte escreveu que “Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado” (MARX, 2011. p. 28).

Neste capítulo discorrerei sobre os principais aspectos do Estado na teoria marxiana e marxista, e de Golpe utilizando do bonapartismo descrito em obra marxiana e outras referências, buscando os elementos que possam trazer lucidez sobre aquilo que se tem chamado por setores progressistas no Brasil de Golpe de 2016.

Para mais facilmente compreendermos o que é Estado, é bom termos em mente o que é classe social e de que forma as classes sociais se encaixam dentro do sistema capitalista de acordo com os autores Karl Marx e Friedrich Engels.

Marx e Engels (2013, p. 23) escreveram que “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”, e apontam as classes em oposição da modernidade como sendo a burguesia e a classe operária ou proletariado. Ainda que as classes sociais de uma sociedade em sistema capitalista sejam mais fragmentadas do que isso, compondo estratos intermediários e de transição na sociedade capitalista, os autores mantêm foco no proletariado e na revolução proletária por compreenderem que é a classe que compõe maioria da população e que o sistema tende ora a converter a massa fragmentada em operariado, ora a mantê-la à margem do sistema, e ora ainda utilizá-la para inchar a força política e posteriormente traí-la. Isto quer dizer que em momentos de crise do capitalismo a classe operária e suas fragmentações perdem lugar no mercado da força de trabalho e na representação política, e são reabsorvidas pelo sistema quando o mesmo reinicia o ritmo

produtivo favorável para a classe burguesa, suas Instituições e a ordem social segundo sua ótica.

A burguesia é a classe dos grandes capitalistas proprietários dos meios de produção modernos, ou seja, a classe que detém a propriedade privada dos meios de consumo e de matérias primas, necessários para produzir mercadoria. A classe burguesa vive não do trabalho assalariado, mas do lucro gerado pelo trabalho da classe operária empregada em seus meios de produção. Além disso, como classe dominante na sociedade capitalista, possui amplo controle sobre o aparelho estatal e sobre a produção cultural de consumo massificado.

Por meios de produção deve-se entender a junção das matérias primas (resultado de trabalhos anteriores que as modelaram para que fosse possível trabalhá-las) e elementos essenciais para a viabilidade do andamento do trabalho, como, por exemplo, ferramentas, maquinário e estruturas físicas industriais. Segundo Karl Marx, “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...] Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor de uso, um bem” (MARX, 2014. p. 58), e, portanto, é conteúdo material da riqueza, é mercadoria. O mencionado valor de uso é possibilitado pela combinação da matéria prima fornecida pela natureza e o trabalho humano que transforma objetos primários em algo utilizável. Já o valor de troca surge devido a uma relação entre valores de uso quantitativamente equivalentes, partindo da premissa de que não se troca um produto que possui utilidade por outro sem utilidade alguma. Quer dizer, o valor de troca é possibilitado de acordo com a sua utilidade para seus usuários, não existindo valor de troca sem valor de uso. Por fim, a natureza, embora exista independentemente das relações humanas, é ressignificada pela humanidade a partir de sua transformação por meio do trabalho, que é natural do ser humano e condição primeira da vida em sociedade, e que a transforma de acordo com as necessidades da humanidade. A natureza é a condição primária da existência de objetos de consumo, que possibilitam por sua vez a existência dos meios de produção apropriados pela burguesia.

O proletariado é, por sua vez, proprietário somente de sua força de trabalho, exatamente a força que transforma o valor de uso dos objetos extraídos a partir da natureza em valor de troca, cuja força venderá ao capitalista dono dos meios de produção em troca de uma quantia em salário. À classe operária pertence o futuro da sociedade, de acordo com Karl Marx. A ela pertence a condição de transformação da realidade, visto que a burguesia deixou de ser uma classe revolucionária para tornar-se conservadora depois de destituído o regime feudalista e monarquista e instituído o regime capitalista de produção, que representa o auge

da hegemonia burguesa. Trazendo brevemente para questões que se verificam na atualidade, pode-se dizer que a classe operária está fracionada em reformistas e revolucionários.

Ainda, de acordo com Marx, a existência das classes sociais estaria ligada a fases específicas do desenvolvimento produtivo, e que ao final haveria a abolição da sociedade dividida em classes sociais, conquistando-se a emancipação humana.

Para melhor ilustração da linha de raciocínio por trás do dualismo entre classes sociais com que Marx e Engels trabalharam a centralidade de suas definições, gostaria de acrescentar um trecho que cita demais classes sociais que se opuseram ao longo da História anteriormente à Revolução Industrial, que foram, por exemplo, “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial [...]” (MARX; ENGELS, 2013. p. 23).

Na sequência gostaria de retomar a sequência de raciocínio partindo para as críticas gerais marxianas em relação ao sistema de produção capitalista. Além da principal e conhecida crítica à centralização da propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, estão entre as críticas de Marx e Engels (2013) aos burgueses a fragilidade das relações pautadas pelas condições monetárias na modernidade; a superprodução e suas crises comerciais; a supremacia das condições industriais de produção sobre antigos trabalhos de produção artesanal; a centralização da compra de matéria prima em regiões longínquas e específicas em detrimento da variação de consumo, e a dominação do campo pela cidade, inchando os centros urbanizados de maneira desproporcional.

Sendo o proletariado e a burguesia classes sociais pertencentes ao sistema capitalista, o próximo passo é passar às características de tal sistema de produção. A essência do capitalismo seria a mercantilização e a produção de mais-valia, de forma com que o capital gere mais capital. No caso, não apenas mercantilização das coisas, mas também das relações e pessoas (por meio de venda da força de trabalho). Por mercantilização se entende a transformação das pessoas e relações sociais em mercadoria e relações monetárias, quantitativas em dinheiro e negociáveis. Já a mais-valia pode ser compreendida, bastante sinteticamente, como a quantidade de trabalho realizado e não pago pelo capitalista ao trabalhador, é produto do trabalho excedente; o lucro do patrão está contido na equação da mais-valia, bem como a quantia a ser reaplicada no sistema de produção para sua manutenção e ampliação. Essa transformação característica de todas as coisas essenciais e possíveis em mercadoria é o que diferencia o capitalismo dos outros sistemas de produção. O modo de produção capitalista, portanto, atende à satisfação das necessidades humanas de maneira subordinada à lógica da apropriação de mais-valia.

Ademais a definição das classes sociais e suas relações na realidade material para a produção de sobrevivência e dos excedentes, além da exposição dos principais elementos do sistema socioeconômico vigente, Marx denomina outras características da sociedade burguesa, separando-a em outras dimensões, sendo a infraestrutura e a superestrutura.

Da infraestrutura faz parte a matéria prima, os meios de produção e as relações de produção, ou seja, a base material da produção econômica da sociedade capitalista e da exploração da força de trabalho. A infraestrutura consiste nas relações de classe estabelecidas no capitalismo. Essas relações sociais de produção não ocorrem ao acaso ou à escolha, ocorrem de forma a atender a ordem do dia, quer dizer, à superestrutura, que é sustentada pela infraestrutura. As relações tais quais acontecem independem da vontade individual do sujeito social, tornam-se relações necessárias de sobrevivência, pré-condicionadas de acordo com a realidade material da classe social à qual o indivíduo está inserido, ou seja, quer dizer que a maneira como vivemos e o nosso trabalho compõem parte primordial da nossa expressão social.

Já a superestrutura é a expressão abstrata da ideologia política e consciência social e cultural do Estado burguês. Consiste na composição política, burocrática, jurídica, cultural, científica, artística, religiosa, e entre outros aspectos, da sociedade capitalista. A função da superestrutura é forçar a manutenção das relações econômicas através das sanções e coerções do Estado, embora ela só seja possível devido à existência de sua base econômica, a infraestrutura. Desta forma, o modo de produção e sobrevivência da vida material condiciona o procedimento da vida social, política e intelectual da sociedade capitalista em geral. Nas palavras de Marx:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. [...] Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma (MARX, 2008. p. 47 e 48).

Dentre tantas Instituições presentes na superestrutura, encontra-se o Estado, que está acima de todas as outras Instituições. Karl Marx não produziu uma obra direcionada exclusivamente à compreensão do Estado, ele teria morrido antes que pudesse publicar uma

obra com tal conteúdo. O que se pode colocar mais amplamente a respeito de Estado por Marx é que o autor compreende que o Estado capitalista é uma espécie de moderador da luta de classes, ou seja, engloba um conjunto de fatores coordenados que se movimentam de acordo com as delimitações da ordem sistêmica vigente, e que esse Estado é representado pela burguesia e seus valores a partir da Revolução Industrial, e, portanto, defende primordialmente aos interesses burgueses, conservando institucionalmente a dominação burguesa da sociedade de classes. Quer dizer, a burguesia, conforme colocado anteriormente, foi uma classe revolucionária que rompeu violentamente com os aspectos feudais e monárquicos no século anterior ao que Marx escreve, contra o regime monarquista a que era submetida e cerceada, mas deixou de ser uma classe de cunho revolucionário a partir do momento que passou a brigar pela constância de sua condição como classe dominante, e sendo o Estado moderno em geral a Instituição de representação administrativa dos interesses da burguesia e da propriedade privada, sua mais fundamental função se torna a regulação da luta de classes, de forma a assegurar a ordem social e a estabilidade do sistema capitalista de produção. Resumidamente, além da formação dos Estados nacionais formalmente representativos da burguesia, a sustentação do capitalismo está nos pilares da racionalização do Direito como Direito burguês e da universalização da propriedade privada, inclusive dos meios de produção.

Por isso Marx recusa a visão de que o Estado seria um representante do interesse geral da sociedade. Ora, a recusa parece prudente ao considerarmos que diferentes classes sociais e suas respectivas fragmentações possuem demandas “atravessadas”, de interesses opostos, que dificilmente poderiam ser propriamente atendidas de forma simultânea pelo Estado, e daí vem o princípio de o Estado suprimir pautas populares de acordo com uma orientação ideológica vigente, a burguesa, e frequentemente pautar-se em valores jurídicos-políticos conservadores e reacionários a fim de atacar direitos conquistados pelo povo. A legislação se baseia nas relações sociais de produção da sociedade burguesa, sendo assim, a configuração do Estado na modernidade e a política jurídica adotada pelo mesmo não representa a plena consumação da democracia.

Ainda, Marx não teve tempo em vida para detalhadamente descrever uma reflexão do que seria o Estado durante uma superação do Estado capitalista pela ditadura do proletariado<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Termo cunhado após a Comuna de Paris (Experiência datada de 18 de março de 1871 a 28 de maio do mesmo ano), que foi resultado do enfrentamento pelo operariado ao governo reacionário Thiers, que fizera incidir a conta da derrota na guerra contra a Prússia (1870-1871) sobre o trabalho assalariado popular, gerando ampla, organizada e dura revolta, que destruiu a máquina estatal e deu origem a uma democracia tocada pela e para a classe operária durante 72 dias. Pelas concepções marxistas, a ditadura do proletariado consiste na classe

ou período de transição do Estado capitalista ao comunismo – período no qual, em resumo, o proletariado tomaria o poder dos meios de coerção do Estado para posteriormente criar as condições necessárias para socializar os meios de produção, de forma a organizar uma sociedade dirigida pelo proletariado, viável e igualitária até que gradativamente ela se tornasse democraticamente ideal para a queda do Estado<sup>2</sup> –. Tampouco Marx escreveu sobre as variadas organizações do Estado na dinâmica da luta política ainda sob o regime capitalista ou destrinchou as funções e arranjos administrativos do Estado socialista. Ainda assim, é possível reconhecer em sua obra “a importância da dimensão *institucional* do Estado na luta política” (CODATO; PERISSINOTTO, 2001. p. 18).

Compreendendo que existe uma lacuna marxiana referente ao conceito de Estado, que estaria esparsamente distribuído pela extensão de suas obras, e que o Estado como Instituição passou a ser mais investigado e problematizado por autores marxistas após a década de 1960, de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (2012), atribuindo ao Estado uma nova perspectiva de “agente ou instrumento cuja dinâmica e impulso vêm de fora dele” (BOTTOMORE, 2012. p. 219), mas não quando em Estado de exceção ditatorial. Outra perspectiva se apresenta a partir do conceito de capitalismo monopolista de Estado, sendo que “o que está em causa, com efeito, é uma associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios da atividade econômica” (BOTTOMORE, 2012. p. 220). A polêmica se ramifica para diversas direções as quais não me estenderei no presente texto.

---

proletária organizada como classe dominante, hegemônica e em posse dos meios de coerção do antigo Estado, o que comporia o Estado em declínio. Esta é fase em que o proletariado, seguindo a lógica da luta de classes, subjugaria a classe burguesa e seus aparelhos estatais com a finalidade de dissipar a resistência da classe exploradora da força de trabalho do proletariado e abrir espaço para uma sociedade renovada e sem classes sociais, o que consistiria num regime de democracia direta do povo, estruturado e tocado administrativamente pelo povo trabalhador e para o povo trabalhador, que compõe ampla maioria da sociedade moderna.

Já que o autor considera o prisma do século XIX e da filosofia hegeliana, do antagonismo, em que todo regime político se apresenta na prática como uma ditadura de classes que mantém uma classe sob controle da outra, a ditadura do proletariado seria para ele uma expressão de ordem para caracterizar a luta contra a classe burguesa e também contra as monarquias ainda sobreviventes que rondavam a sociedade do século XIX, mesmo após o fim do antigo regime feudal. A partir da lógica de sua filosofia dialética hegeliana, apenas a classe operária unida e combativa seria capaz de enfrentar a exploração da classe burguesa e sair vitoriosa, marcando o início revolucionário de um novo sistema socioeconômico. Ou seja, para Karl Marx, a palavra “ditadura” quer dizer o domínio de uma classe sobre a outra e, portanto, o autor compreende que estamos vivendo uma ditadura da burguesia. Isso quer dizer Marx não atribuiu à palavra “ditadura” o sentido de tortura e repressão da mesma forma com que comumente a associamos na atualidade.

<sup>2</sup> Segundo a Nota da Editora Boitempo (2011), no impresso O 18 de brumário de Luís Bonaparte, “Marx propõe, pela primeira vez, a tese de que o proletariado não deve assumir o velho aparato estatal, mas desmantelá-lo”. A versão do desmantelamento precoce do Estado assumida pela Nota como sinônimo de abolição do Estado entra em polêmica com a versão do líder revolucionário comunista da República Russa (1917-1918), República Federativa Soviética da Rússia (1918-1922) e União Soviética (1922-1924), Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lenin, proposta em seu livro O Estado e a revolução, de que “A “extinção” do Estado, na concepção corrente, popular, por assim dizer, é, sem dúvida alguma, o esquecimento, senão a negação da revolução”, porque, ainda de acordo com as palavras escritas por Lenin, “Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre “depois” dessa revolução é o Estado proletário ou semiestado” (2010, p. 36 e 37).



Na sequência serão considerados outros trechos do artigo produzido pelos autores Adriano Nervo Codato e Renato Monseff Perissinotto (2001), intitulado O Estado como Instituição: Uma leitura das “obras históricas” de Marx, publicado na revista acadêmica semestral, Crítica marxista.

Codato e Perissinotto apontam que o trabalho da análise política do discurso marxista deve permear amplamente e examinar a representatividade do poder político de diferentes Instituições no Estado capitalista, levando em consideração que no presente sistema o recurso orçamentário (financeiro) de cada Instituição, quanto maior, mais a coloca acima no controle e conseqüentemente na representação que referenciam como poder político real, conforme colocado a partir do trecho a seguir:

[...] o Estado (ou, mais propriamente, o sistema institucional dos aparelhos do Estado) é um conjunto complexo com *níveis dominantes* – o que Marx chama também de “postos decisórios” –, de onde se controlam efetivamente “as rédeas da administração”, e *níveis subordinados* (sem “qualquer poder executivo, como se viu); a tarefa da análise política marxista é, justamente, determinar quais são os aparelhos em que se concentram o “verdadeiro poder de Estado”. O que se poderia chamar de *centro(s) de poder real*, é, nesse contexto, o lugar imprescindível para o exercício da *hegemonia* de classe. Cumpre enfatizar, portanto, que o *poder real* é a emanção direta de uma série de *recursos institucionais* – a administração, o orçamento, o poder executivo enfim –, concentrados num ramo específico do aparelho estatal, e que, *através dele*, confere à classe social que o controla numa posição superior na luta política (CODATO; PERISSINOTTO, 2001. p. 21).

O Estado é “[...] a Instituição responsável pela reprodução das relações de dominação que caracterizam uma dada sociedade” (CODATO; PERISSINOTTO, 2001. p. 25). Os autores pontuam a prudente colocação, chamando atenção para a composição da estrutura da sociedade capitalista, que inclui, conforme desenvolvi anteriormente, Instituições, poder político, Direito burguês, classe social e condição material:

Parece-nos que um dos pontos fortes da tese materialista do Estado consiste em afirmar, como sintetizou Marx no “Prefácio” de 1859, a existência de uma *correspondência* entre a estrutura jurídico-política e a “anatomia da sociedade burguesa”, isto é, as relações de produção capitalistas (CODATO; PERISSINOTTO, 2001. p. 26 e 27).

Para complementar e acrescentar à caracterização conceitual de Estado, Carlos Nelson Coutinho (2003) demonstra com fragmentos de obras do filósofo marxista Antonio Gramsci noções que auxiliam no desenrolar da compreensão da estrutura do Estado e da disputa pelo poder político no desdobrar da modernidade (com o desenvolvimento de lutas macropolíticas pelo operariado). Gramsci fora um pensador de destaque nas atribuições ao Estado para além da contribuição de dimensão econômica vinculada especialmente à superestrutura. O sistema capitalista se desenvolveu desde o século XIX, e conseqüentemente o Estado foi incrementado ao longo da modernidade. Partidos operários saíram da surdina e suas pautas na disputa macropolítica começaram a ganhar algum destaque. Gramsci, nascido em 1891 e

falecido em 1937, teve oportunidade de conhecer essas facetas e desenvolver sua ciência política falando sobre os aparelhos privados de hegemonia, ferramentas para a fixação de consensos sociais, através de organismos sociais privados, como veículos de comunicação em massa, educação formal, sindicatos e os próprios partidos políticos.

O consenso no Estado burguês embasa a hegemonia burguesa, porém Gramsci compreende que há espaço para a disputa da hegemonia e consequentemente de elementos de consenso pela classe operária no interior do Estado capitalista, para transformá-lo a favor da classe operária, e que esse é um dos fluxos que a conduta revolucionária deverá seguir nas sociedades capitalistas de relações desenvolvidas e complexificadas. O filósofo italiano marxista explicita as diferenças de condições no Estado ao longo da vida e obra de Karl Marx e Friedrich Engels e posteriormente na revolução do líder soviético, Lenin. As circunstâncias mais recentes relacionadas à disputa pela hegemonia da classe operária se dão em função de avanços em pautas progressistas de leis trabalhistas, estruturação e aumento substancial dos partidos operários. De acordo com o texto de Coutinho:

[...] essa percepção do aspecto repressivo (ou ditatorial) como aspecto principal da dominação de classe corresponde, em grande medida, à natureza real dos Estados com os quais se defrontam Marx, Engels e Lênin. Numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia sobretudo através da vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando compulsoriamente na clandestinidade, era natural que esse aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade [...]. Gramsci, porém, trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política [...] (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.

[...] nosso autor mostra como seu conceito de “sociedade civil”, sua concepção ampliada do Estado, parte precisamente do reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa. Ele diz: “Sua concepção da associação [de Hegel] só pode ser ainda vaga e primitiva, situada entre o político e o econômico, de acordo com a experiência da época, que era muito restrita e fornecia um único exemplo completo de organização, a organização ‘corporativa’ (política inserida na economia). Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel [...]. Marx, portanto, [...] não pôde levar na devida conta – os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc. Não pôde, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela “trama privada” a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão (COUTINHO, 2003. p. 75 e 76).

Para melhor destrinchar a contribuição teórica do filósofo, aponto o que próprio Gramsci define por teoria do Estado Ampliado, como sendo a junção entre a esfera da

sociedade política, o Estado em sentido estrito (ou seja, o Estado coercitivo ou ditatorial, no sentido de monopólio legitimado de repressão da classe dominada pela classe dominante por meios dos aparelhos de repressão estatais), e a esfera da sociedade civil sendo o Estado ético (que consiste nas organizações responsáveis pela elaboração e propagação de ideologia através das Instituições sociais, meios e organizações da sociedade em geral), cujas estruturas materiais são os chamados aparelhos privados de hegemonia, relativamente autônomos, e que são meios de disputa da hegemonia classista no âmbito da sociedade civil.

Agora, tendo Estado definido, partirei na sequência para a definição de “Golpe”, conforme o desenvolvimento planejado para o capítulo.

Em O 18 de brumário de Luís Bonaparte, Karl Marx (2011) descreve detalhadamente o Golpe ditatorial aplicado por Luís Bonaparte que tem como forte ponto de apoio a burguesia, cuja finalidade era restabelecer a segurança do poder político. Quer dizer, no período histórico francês ocorrido entre 1848 e 1851, a burguesia nacional francesa acabou por ceder provisoriamente seu poder político sem intermediações em nome de uma suposta proteção de seus interesses, pois sentia que o poder político estava ameaçado mais uma vez desde as insurgências do proletariado em junho de 1848.

O desfecho do ano de 1848 se dera de forma que a burguesia e seus até então aliados – a pequena burguesia, a aristocracia financeira francesa, o clero, o exército militar, o lumpemproletariado (sinteticamente, proletariado caracterizado pela desintegração material, social e de trabalho, e pela falta de consciência de classe. São pessoas à margem da sociedade, desestruturadas, em situação de miséria. Também, egressos da burguesia que não arranjaram condições materiais para reintegrar sua classe de origem; soldados desmobilizados do exército. Etc.) e inclusive os trabalhadores do campo – saíram vitoriosos, compondo o Partido da Ordem: “todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido anarquista*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “*inimigos da sociedade*” (MARX, 2011. p. 36). A Constituição foi promulgada em novembro do ano de 1848, e Luís Bonaparte foi eleito à presidência da Segunda República francesa em 2 de dezembro de 1848.

Referente à motivação destes e dos próximos eventos, Karl Marx elucida que as sociedades são recorrentemente “salvas” em função da consideração de ameaças socialistas, de forma a tornar gradativamente com que políticas liberais aparentemente progressistas sejam também reprimidas em nome de uma suposta estabilidade no sistema de produção capitalista.

[...] O lema repassado por eles [Partido da Ordem] às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*”, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás!”. A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião e ordem”. A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. E, por fim, os próprios sumos sacerdotes da “religião e ordem” são escoraçados a pontapés dos seus tripódes pítios\*, tirados das suas camas na calada da noite, enfiados em carruagens prisionais, jogados em cárceres ou mandados ao exílio, o seu templo é arrasado, a sua boca é selada, a sua pena quebrada, a sua lei rasgada, tudo em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem (MARX, 2011. p. 36 e 37).

Qualquer Golpe possui como fundamento o caráter de centralização do poder político por uma figura ou um grupo seletivo de sujeitos. O Estado centralizado moderno é constituído, de acordo com o contexto explorado pela obra, por uma junção entre o aparelho militar violentamente repressivo e a burocracia centralizada. Além disso, a figura de Luís Bonaparte estava longe de ser associada, desde o princípio, à de uma liderança legítima. Luís Bonaparte era uma figura medíocre e sem autoridade na política da França, e esse fator faz toda a diferença na leitura do Golpe, já que ele serviu como fantoche da burguesia, que manipulando o jogo de interesses de sua semi democracia cedeu a um homem de vida pública e política banal seu poder com a finalidade de resguardar a ordem burguesa, mesmo que isso significasse ser também tolhida em determinados aspectos. De acordo com Marx:

Depois de vinte anos de vagabundagem e depois de uma série de aventuras grotescas, a lenda se consuma e o homem se torna imperador dos franceses. [...] A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas, antes, o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a propriedade rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem das coisas por meio dos seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem, num isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado (MARX, 2011. p. 115 e 116).

O autocrata da burguesia Luís Bonaparte em 1851 foi resultado de uma série de fatos históricos direcionados nos anos anteriores, como o rompimento repentino, em 1849, com o Ministério Barrot-Falloux (composto por orleanistas e legitimistas: respectivamente, partidários dos duques de Orleães e da dinastia dos Bourbons – dinastia que representava aos interesses de grandes proprietários rurais hereditários, recorrendo ao liberalismo) e com o Poder Executivo do Partido da Ordem.

O parlamento francês, por sua vez, chegou a renovar a lei eleitoral, período que Marx chama de “ditadura parlamentar do Partido da Ordem”. A nova lei eleitoral consistiu na “[...]”

lei pela qual o sufrágio universal foi abolido, um domicílio de três anos no local da votação foi imposto como condição aos eleitores e [...] a comprovação [...] ficava sujeita, no caso dos trabalhadores, a um atestado a ser emitido por seus empregadores” (MARX, 2011. p. 84 e 85), excluindo-os do exercício formal da política.

Houve também rompimento com a imprensa burguesa, que outrora teve um papel importante no fortalecimento da montagem pública do Golpe de Luís Bonaparte, por meio de editoriais que demandavam pela moral supostamente atacada pelas ondas revolucionárias tocadas por trabalhadores.

Foi proposta a alteração na Constituição, intencionada na prorrogação do mandato de Bonaparte. Diversas tensões tornavam frágil diante do povo a integridade do presidente, e do outro lado estava um Parlamento completamente desestruturado e ineficiente, de forma que o Partido da Ordem, acovardado, considerou saídas até nas dinastias reais. Tudo comprometia cada vez mais a capacidade de dominação do Partido da Ordem, até que a burguesia comercial rompeu por considerá-los ineficientes, tornando bonapartista também a aristocracia financeira. Marx (2011, p. 121) coloca que “[...] a aristocracia financeira condenou a luta parlamentar do Partido da Ordem contra o Poder Executivo como *perturbação da ordem* e celebrou cada vitória do presidente contra os seus pretensos representantes como uma *vitória da ordem*”, assim como a burguesia industrial e magistrados. O período tem como resultado a quebra do regime parlamentarista, colocando o medíocre golpista Luís Bonaparte como imperador, após dissolver a Assembleia Nacional: a última tentativa forçada na sequência de apostas da agenda reacionária da burguesia para se manter intacta diante do quadro das revoltas da classe trabalhadora na Europa.

Em resumo, o bonapartismo, de acordo com a obra de Marx, fora fruto de um momento histórico da sociedade capitalista quando a classe burguesa não conservava forças políticas para garantir sua hegemonia, e por outro lado, a classe operária tampouco estava organizada e com ímpeto para fazer valer seu potencial revolucionário. Luís Bonaparte fora produto de uma era em que a burguesia perdera a competência de governar o Estado e a classe proletária não a havia conquistado, fazendo com que o Estado ganhasse maior autonomia relativa em relação aos interesses de ambas as classes mais representativas do sistema de produção capitalista. No mais, Luís Bonaparte, apesar de descrito como figura medíocre, era o mais próximo de representar naquele momento aos interesses do campesinato, que compunha em número relevante população da França na época, e por isso era pretensioso de representar toda a sociedade francesa. A mais elementar função do bonapartismo fora a preservação da

estabilidade e segurança da sociedade francesa do ponto de vista do desenvolvimento do capital (BOTTOMORE, 2012).

Para além da caracterização histórica do Golpe oferecida a partir de Karl Marx, pode ser útil também a retratação de uma definição capaz de elencar elementos mais genéricos. Partindo dessa finalidade, retrato a seguir o que o Dicionário de Política (1995) nos traz como definição para o verbete “Golpe de Estado”.

É claro que conforme a humanidade prossegue dando correntes formas à História, a noção do que caracteriza um Golpe sofre alterações devido à particularidade de cada um dos eventos e de cada protagonista, com isso, o Dicionário (1995, p. 545) nos traz que “Apenas um elemento se manteve invariável, apresentando-se como o traço de união (*trait d’union*) entre estas diversas configurações: o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”, ou seja, é sempre protagonizado por agente(s) do próprio Estado. A obra nos explica também que o termo se tornou mais definido com o estabelecimento do constitucionalismo, quer dizer, conforme os princípios constitucionais foram estabelecidos ao redor do mundo, variando de artigos de um Estado nacional para outro Estado nacional. Isso porque o elemento central de um Golpe é a ruptura constitucional e institucional que envolve esses episódios.

O Golpe de Estado passou, portanto, a ser identificado principalmente através do fundamento da violação a um ou mais artigos da Constituição, “normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político” (1995, p. 545), e por isso o Golpe militar tornou-se o tipo mais repetido, por viabilizar por meio do monopólio legal da violência do Estado o apoderamento dos aparelhos e Instituições estatais. Golpes contam com o fator da impresivibilidade, ou seja, se apóiam a fatores de condição inesperados, que não mantêm fundamento consistente e legítimo.

Reforçando, o Golpe de Estado é dado por funcionários do próprio Estado e mobiliza aparelhos e Instituições estatais, com a finalidade de mudanças superficiais, e não estruturais. Por isso, por sua característica superficial, não pode ser considerado revolucionário. Golpes necessitam, desta forma, impor sua nova versão de legalidade, forçando a máquina burocrática do Estado em seu favor.

Por fim, com a finalidade de expor os indicadores gerais separados e enumerados conforme a referência utilizada, finalizo o capítulo com a apresentação da seguinte citação:

1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.

- 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.
- 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio Golpe.
- 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.
- 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução de partidos políticos (DICIONÁRIO DE POLÍTICA, 1995. p. 547).

## CAPÍTULO II – O GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016

Com a finalidade de situar a América Latina e o Brasil econômica e ideologicamente no capitalismo contemporâneo, escolhi abordar, ainda que de forma mais genérica, o conceito de capitalismo dependente pela ótica do clássico sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, e posteriormente, seguindo a metamorfose do capitalismo, abordarei os conceitos de globalização e de neoliberalismo, para depois tratar com um pouco mais de transparência a condição do Estado brasileiro no cenário atual, e os acontecimentos e variáveis que durante os mandatos da presidente Dilma Rousseff forçaram para o resultado de seu *impeachment*.

A orientação de abordagem do capítulo seguirá a seguinte sequência: capitalismo dependente no Brasil e América Latina; globalização e neoliberalismo; um panorama dos resultados dos Governos Lula, debatendo classes sociais no capitalismo contemporâneo e na América Latina e algumas implicações em contexto de luta por direitos; Governos Dilma: andamento dos mandatos de Dilma Rousseff, greves e manifestações de 2013, bases do protagonismo dos setores mais tradicionais da classe média nas próximas manifestações pró-*impeachment* e a ‘nova classe trabalhadora’, respostas rasas da presidente às manifestações de junho de 2013, medidas impopulares do segundo mandato de Dilma Rousseff, tensões agravadas com o PMDB, Operação Lava Jato e a imagem manchada de Dilma na sociedade civil, manifestações pró-*impeachment* de 2015 e 2016, o passo a passo do Golpe no parlamento brasileiro e concretização do Golpe Institucional. Por fim, mobilizo algumas das reformas planejadas e/ou concretizadas pela gestão de Michel Temer para explicitar de que forma a agenda deste presidente teve a proposta de transformar os rumos da política brasileira e do país.

### **Capitalismo dependente**

Florestan Fernandes (1975) nos elucida a posição da América Latina na reinvenção do capitalismo no século XX. De acordo com o autor, nosso capitalismo periférico, o capitalismo dependente do capitalismo monopolista, que dependente das economias centrais que são superpotências, possui especificidades. A especificidade principal consiste na acumulação de capital para garantir, ao mesmo tempo, a expansão das economias centrais e do próprio setor social dominante, ou seja, divide-se o próprio excedente econômico entre a burguesia local e a internacional.



Na América Latina, “Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes” (FERNANDES, 1975. p. 42), típico do capitalismo tardio, que incorporou na marra o modelo econômico, sociocultural e político das economias centrais [potências europeias; e mais tarde, no próximo momento, Estados Unidos]. Por não possuir as condições necessárias para dar forma a sua própria revolução burguesa autônoma, a consolidação capitalista deu-se num processo precipitado e incompleto de descolonização, de forma a atender ao capitalismo externo especulativo e predatório durante a fase do processo de transição de modelo socioeconômico, ou a uma espécie de dominação neocolonial de controle econômico, e não mais legal e político.

Florestan considera que houve na latino América uma “modernização do arcaico”, atingindo um capitalismo maduro que apresenta simultaneamente ruptura e conciliação com o antigo sistema de produção colonial. Quer dizer, um capitalismo que extravasou características neocoloniais desse período de transição, mas não as superou por completo – não por acaso, e sim porque a burguesia internacional, dos blocos econômicos centrais, só pode manter-se nessa posição enquanto houver algum nível de subordinação de outros Estados que as fornecem –. Além do mais, nossa burguesia brasileira se negou a concretizar revoluções nacionais democráticas, como as reformas agrária e urbana, a revolução educacional, ampliando o acesso à educação como estratégia de qualificação da força de trabalho, e a taxação de grandes fortunas, que juntas combateriam as extremas desigualdades e a miséria. Tais reformas, se feitas, atingiriam o ponto ideal da democracia burguesa, cuja característica é a competitividade. Mas a burguesia brasileira se negou para no lugar fazer a manutenção de seu *status quo* como parcela modernizada da nossa sociedade dividida e subalternizada ao imperialismo: a forma de garantir sua hegemonia de classe, e continuar a sonhar em compor o bloco da burguesia internacional (vista pela burguesia brasileira como criadora de tudo, numa acomodada relação estabelecida que as fortalece e garante a conservação e segura lucratividade de ambas).

Como burguesia dependente, a burguesia latino-americana em geral é, portanto, limitada em comparação às burguesias de Estados nacionais que construíram a revolução burguesa em si para si. A maneira de manter seus privilégios burgueses tais como são é a exploração sobre exploração, ou seja, a superexploração da massa trabalhadora tendo em vista a partilha do excedente econômico com as economias superpotentes, e a negação de direitos democráticos burgueses, que estão na América Latina entregues às pautas socialistas.

Florestan chama tal condição social de dupla exploração do proletariado de “capitalismo selvagem”, fazendo menção à brutalidade dos efeitos dessa especificidade em nossa realidade. Mas a contextualização não se encerrará por aqui.

### **Globalização e neoliberalismo**

Conforme anunciado no início do capítulo, partirei para as demais caracterizações do capitalismo contemporâneo na América Latina e Brasil, com os conceitos de globalização e neoliberalismo, afinando o debate para tópicos cada vez mais específicos.

A globalização como conceito definido é um fenômeno contemporâneo, cuja proposta, em tese, seria a de amenizar as crises periódicas do capitalismo, sustentando que a partir da integração e compartilhamento supostamente espontâneo de aspectos – econômicos, políticos e culturais – entre povos e nações, estaria se caminhando para melhor garantir a organização dos estados de estabilidade econômica e política mundialmente. Trata-se de um fenômeno que propõe uma espécie de homogeneização cultural e a padronização do consumo de grande parte do mundo, principalmente ocidental. Desta forma, valores de mercado, como a estabilidade econômica pela lógica do mercado, tornam-se centrais e superiores aos valores liberais da democracia burguesa, do Direito e da cidadania.

Entretanto, é evidente que países centrais do capitalismo, como os Estados Unidos e potências europeias, ocupam no mundo globalizado uma posição privilegiada, diferente do que países da periferia capitalista – que é o caso do Brasil –. No processo crescente de financeirização do capitalismo, Estados como o brasileiro perdem em soberania na hierarquização do mercado através do neoliberalismo. É a prevalência do mercado sobre o Estado, e quem dita as regras é o bloco da burguesia internacional rentista, através de suas Instituições financeiras.

Nessa fase do capitalismo, a burguesia financeira, ou rentista, experimentou a expansão de seu poder político e converteu-se numa burguesia global, internacionalizada, que mantém seu capital em formato de múltiplas atividades financeiras. Continuando o mundo dividido entre economias centrais e economias periféricas, a tendência da dominação burguesa internacional é a de assimilar aos países dependentes como uma espécie de extensão geopolítica, ainda que não legalmente, e sim através do controle de seu consumo cultural, material e tecnológico. O processo é possibilitado pela cultura de massas, de larga escala, que molda em grau otimizado a mercantilização das necessidades do indivíduo a partir do final do século XX, transpondo tecnologicamente barreiras da distância e do acesso. Na divisão

internacional do trabalho, o papel designado para a América Latina na economia é principalmente a venda de alimentos e de produtos em estado de matéria prima ou de baixo grau de transformação, as *commodities*, sendo as tecnologias mais rebuscadas e valorizadas importadas das economias centrais. Por isso, do ponto de vista do capital, países como o Brasil não precisam contar com um grau demasiadamente aprimorado de qualificação do(a) trabalhador(a) assalariado(a).

Quer dizer, a transposição de barreiras de acesso e distância em tempo real possui um lado negativo no capitalismo, por ser utilizada como via de alienação do sujeito social, estreitando sua subjetividade, e comprometendo a formação de sua consciência crítica na sociedade capitalista, tornando-o, portanto, consumidor passivo, cativo do mercado. O “ter” se torna expressão de sua personalidade; ou seja, o sujeito social passa de cidadão a consumidor (SIMIONATTO, 2004).

O papel do Estado de regulador e sua intervenção na economia passam a ser questionados, e exige-se a revisão dos “altos” gastos públicos e reforma tributária, fazendo apologia à privatização até dos mais elementares serviços de responsabilidade do Estado, acusando o mesmo de ineficiência. Generalizando, a neoliberalização começa a acontecer no mundo contemporâneo já a partir da década de 1980, mas no caso do Brasil a reforma do Estado nesse sentido começa ocorrer um pouco mais tarde, nos anos 1990, devido a particularidades históricas.

Todo esse movimento de globalização faz com que a crise do setor financeiro de um ou mais países dominantes no capitalismo tenha consequências em escala global, em especial sobre a periferia do capitalismo, que também entra em crise mais facilmente devido à sua condição econômica primária, portanto, pouco diversificada. Este é um fator primordial para compreender as crises mais recentes do capitalismo – e para compreender a crise da Educação Superior no Brasil, que será assunto do próximo capítulo –.

O Estado nessas configurações é caracterizado pela abertura econômica e Estado mínimo, ou seja, pela organização social pautada na soberania do mercado, o que quer dizer que o mercado deve estar independente do Estado e ditar suas próprias regras, o mais livremente possível da regulamentação estatal. O Estado deverá ser gradualmente descentralizado, reduzir de tamanho, conter o déficit público a qualquer custo, limitar os custos fiscais das grandes corporações e assumir apenas a tarefa de se encarregar da defesa da propriedade privada, pois, do ponto de vista do capital, o estágio de acesso a direitos básicos

alcançado pelo Estado de Bem Estar Social, o *Welfare State*<sup>3</sup> (atingido por apenas alguns países no mundo), não garantia o dinamismo vital da concorrência na sociedade capitalista, era intervencionista e deveria ser contido.

Do ponto de vista da burguesia, tais medidas garantem a captação de capital por iniciativas privadas que antes era captado pelo Estado, e o funcionamento do mercado (quando não em novas crises) segue mais ativo. Entretanto, para manter o nível de vida da burguesia e o funcionamento pleno do mercado, o povo tem os direitos suprimidos. Ideologicamente, o neoliberalismo ocupa o ideário do senso comum como melhor medida econômica possível, defendida como curso “natural” da economia, apesar das adversidades causadas pela mercantilização dos direitos sociais, que tornam as sociedades comprovadamente mais desiguais. Desgastam-se, dessa forma, os modelos liberais de proteção social. Na América Latina, a ampliação do neoliberalismo foi pautada pelo Consenso de Washington (PAULANI, 1999; SIMIONATTO, 2004).

### **O Consenso de Washington**

O Consenso de Washington, primeiramente ocorrido no ano de 1989, fora um evento acadêmico convocado pelo *Institute for International Economics*, cujo título era “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, que discutira medidas a serem tomadas por países latino-americanos na reforma econômica de seus Estados para fortalecer o capitalismo, embora o imperialismo continuasse apostando em políticas protecionistas para si mesmo. É importante ressaltar que o contexto histórico de pano de fundo era ocupado pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e o bloco da União Soviética, e que 1989 também fora o

---

<sup>3</sup> De acordo com Gosta Esping-Andersen (1991), em *As três economias políticas do Welfare State*, primeiro capítulo republicado pela revista *Lua Nova* de cultura de política, o *Welfare State* vai além da superficial definição que atribui o sentido de responsabilidade estatal na garantia do bem estar básico do cidadão. O autor oferece três respostas para a definição do conceito. De acordo com Therborn (1983), conforme citado por Esping-Andersen (1991, p. 100), o Estado num *Welfare State* para assim ser considerado deve ter a maioria de suas atividades voltadas para o bem-estar de famílias. Já de acordo com Richard Titmuss (1958), conforme colocado por Esping-Andersen (1991, p. 100), o *Welfare State* se divide entre residual e institucional, sendo que no primeiro “o Estado só assume a responsabilidade quando a família ou o mercado são insuficientes; procura limitar sua prática a grupos sociais marginais e merecedores. [E] O segundo modelo destina-se a toda a população, é universalista, e personifica um compromisso institucionalizado com o bem-estar social. Em princípio, procura estender os benefícios sociais a todas as áreas de distribuição vital para o bem-estar societário.”. Por último, “A terceira abordagem consiste em selecionar teoricamente os critérios com os quais julgar os tipos de *Welfare State*.”, o que pode ser feito a partir da comparação com um modelo abstrato; entretanto, o autor levanta que esta se trata de uma metodologia “a-histórica”. Esping-Andersen aponta que de acordo com liberais conservadores, o custo considerado alto da manutenção do desenvolvimento nos moldes de um *Welfare State* coloca em risco a eficiência do mercado e da economia capitalista, e que eles temem, além disso, que a ampliação da democracia parlamentar em tais moldes de acessibilidade pudesse produzir o socialismo, possibilidade esta que autores marxistas discordam.

ano da queda do muro de Berlim, e, portanto, da decadência do denominado “socialismo real”. Isso quer dizer que países em desenvolvimento se desiludiam na época com ideais socialistas, o que significava grande oportunidade para cooptar suas esperanças pelo neoliberalismo e sua proposta de suposta estabilidade econômica após a crise estrutural do capitalismo na década de 1970. Consiste num Consenso de dez recomendações gerais apontadas por economistas e Instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, visando à ampliação do neoliberalismo na América Latina. A reunião dos guardiões do interesse do capital, com o objetivo de conduzir as medidas políticas socioeconômicas e o papel dos países em desenvolvimento no capitalismo globalizado, ocorrera na capital e distrito federal dos Estados Unidos, Washington (BATISTA, 1994).

De acordo com Paulo Nogueira Batista (1994, p. 5 e 6), “não obstante sua natureza informal, [o Consenso] acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais”, e o conjunto de medidas que resultaram do evento foram interpretadas e implementadas de diferentes maneiras por diferentes países em desenvolvimento.

As medidas, incorporadas em texto pelo economista John Williamson, são: disciplina fiscal, limitando o uso de impostos arrecadados pelo Estado visando à finalidade de reservá-los para conter ou eliminar o déficit público (superávit primário); redução dos custos do Estado; reforma tributária e fiscal, que reformulassem o sistema de arrecadação de impostos baseando-o em impostos indiretos, que consiste num sistema de alta tributação sobre o consumo de produtos e baixa ou nenhuma tributação sobre a renda e patrimônio; taxas de juros de mercado determinadas pela instauração da liberdade de mercado; taxas de câmbio competitivas, que favoreçam a exportação; abertura comercial; incentivo ao investimento estrangeiro direto, sem restrições; privatização das corporações estatais; flexibilização das leis trabalhistas e econômicas e o direito à propriedade intelectual e privada.

O Brasil recusou imediatamente às recomendações do Consenso, mas aplicou-as o mais rapidamente como possível nos meados da década de 1990. A demora da subordinação brasileira ao receituário neoliberal proposto através das diretrizes descritas pelo Consenso de Washington se dera devido aos pressupostos do modelo de desenvolvimento brasileiro do período entrarem em choque com os princípios da neoliberalização.

De acordo com Batista (1994, p. 27), à época o Brasil desejava manter liberdade de ação, para dar sequência em seu processo de industrialização por meio da reserva de mercado para as indústrias de capital nacional “no campo da informática assim como pela

exclusão do patenteamento na área químico-farmacêutica. [...] tampouco se dispunha a aceitar restrições ao pleno desenvolvimento tecnológico no setor nuclear e aeroespacial”, mas tais objetivos foram frustrados pela maneira como fora tratado o endividamento externo brasileiro. Já a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) o país iniciaria a adesão aos ideais neoliberais do Consenso de Washington.

### **Um panorama geral dos Governos Lula**

A partir dessa contextualização até aqui das condições específicas da América Latina e do Estado brasileiro, é possível compreender o pano de fundo histórico das ocorrências mais recentes no país. Na sequência, gostaria de trazer o assunto para mais próximo da atualidade. Em primeiro lugar, penso ser importante colocar em evidência um dos fatores diferenciais entre os Governos Lula e Dilma.

Os Governos Lula (2003-2010) foram amparados pela valorização do preço das *commodities*, num período de alta do crescimento econômico mundial, enfraquecido pela crise de 2008 do setor imobiliário dos Estados Unidos, com o anúncio de falência do banco de investimentos, *Lehman Brothers*. A crise de 2008 foi considerada a maior do capitalismo desde a crise de superprodução do ano de 1929. Em 2008, porém, o PIB brasileiro mantinha-se crescendo aproximadamente 5,1%, de acordo com o IBGE (2009).

Nos mandatos de Lula da Silva, o petista utilizou a intensiva econômica do país para investir a favor de seu reformismo, admitindo a condição brasileira de economia de exportação de produção primária, e desta forma conquistou avanços significativos na qualidade de vida de alguns setores da sociedade brasileira, em especial dos miseráveis e pobres. Embora, é importante não termos uma expectativa ingênua em relação às condições de enfrentamento a este quadro internacional de trabalho, em especial referente ao enfrentamento por um único país sul-americano, sem um bloco unificado latino americano.

Os Governos Lula promoveram o aumento do valor do salário mínimo acima da inflação; criaram o Brasil Alfabetizado (2003); o Luz para Todos (2003); o Bolsa Família (2004) [com a permanência das famílias no programa dependendo da matrícula e frequência de crianças na escola, e carteira de vacinação em dia]; o Farmácia Popular do Brasil (2004); o Programa Universidade para Todos [Prouni] (2004); o Minha Casa Minha Vida (2009) [que favoreceu também o setor da construção civil, além do popular]; a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil [o Fies; criado e reformulado anteriormente à Lula]; o reconhecimento legal de territórios quilombolas; entre outros feitos. Ainda, “[...] o governo

Lula fechou o primeiro mandato (2003 a 2006) com a criação de 6,4 milhões de empregos formais, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)”, de acordo com o jornal O Globo (2007).

Sobre a criação de empregos formais a partir do período Lula, Singer (2018, p. 25) observa que, “Embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014, também graças a acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores”. Todos esses podem ser considerados saldos positivos dos governos de Lula, mas nem tudo foram saldos positivos.

Dentre os saldos negativos durante os mandatos de Lula, gostaria de chamar atenção a um em especial, que vou levantar como ‘despolitização’, pois é um fator que se mostrará relevante mais à frente, na gestão Dilma, já que o presente texto não tem intenção de se prolongar na descrição dos Governos Lula e suas faltas. Adotarei o termo de André Singer, “lulismo”, para algumas passagens e análises, e farei também referências ao autor naquilo o que tenho acordo, utilizando como base sua obra *O lulismo em crise – Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*.

Singer classifica o lulismo como reformismo fraco, que não deseja o confronto de classes sociais, e buscava, assim, fazer reformas sociais dentro do limite do arranjo institucional tradicional, adotando práticas clientelistas antiquadas, mantendo os poderosos acomodados e incorporados ao projeto político. Ou seja, buscava combater a miséria e a pobreza sem a transposição da medida econômica neoliberal, através de reformas e acordos políticos, garantindo interesses dos trabalhadores, ascensão das camadas mais empobrecidas da população brasileira e o ciclo de crescimento da economia, entre outras formas, através da expansão do crédito público, sem grandes conflitos ou ruptura com o setor rentista. Isso se revelará a maior contradição do Partido dos Trabalhadores e do lulismo no poder, pois o PT e o presidente Lula propuseram de início uma renovação do sistema político e acabaram, em partes, absorvidos pelo sistema e/ou articulados com a velha política. Ademais, como evidenciarei ao longo do texto, o conflito era inevitável, e foi apenas atrasado.

Quando a alta das *commodities* se enfraqueceu no mercado internacional, a burguesia brasileira agiu para garantir que não pagasse pela crise do capital, incentivando reformas que garantem que o pagamento venha da compressão dos direitos sociais de quem vive da venda de seu trabalho, restaurando uma versão mais radicalizada do neoliberalismo.

André Singer (2018, p. 19) coloca que “Para avançar na compreensão, é necessário retomar os conceitos de *massa* e *classe*, sendo massa a forma pela qual a classe *aparece* na política quando não se organiza como classe”. O autor faz referência ao fato de Lula fazer

menção recorrente em seus discursos aos “pobres”, ao invés de situar as pessoas a quem e/ou das quais ele se refere como classe trabalhadora, reforçando, acidentalmente ou não, a configuração de que essas pessoas não pertenceriam, necessariamente, a um grupo de orientação de classe social e passível de organização política alinhada a este pertencimento classista. Isso é o que classifica a despolitização a que me refiro, a generalização das massas, esvaziando o sentido das classes sociais e da lógica coletiva, levando gradualmente à desmobilização de bases (isso não se mostrou nitidamente um problema para o PT até que a economia entrasse em crise).

Além disso, termos como tal também podem delimitar o alcance do discurso político a uma parcela restrita da sociedade, o que não seria o objetivo fim de um dirigente popular, já que o resultado pode ser seu próprio isolamento político das demais parcelas segmentadas da sociedade brasileira que também não fazem parte da restrita burguesia. Em resumo, se trata de um termo limitante.

Os parágrafos anteriores tangenciam a discussão de um dos impactos negativos da esperança precária da inclusão pelo consumo. A expansão do crédito público é uma política pública de cunho neoliberal, que demanda um esforço menor do Estado reformista no empenho da construção da coletividade e da manutenção da participação popular na democracia parlamentar, retirando a base de esquerda do envolvimento direto com o cotidiano das periferias. O impacto positivo foi no orgulho e autoestima dos pobres e dos antes miseráveis<sup>4</sup>, que passaram a ocupar espaços anteriormente ocupados apenas por uma parcela modernizada da sociedade brasileira, e compreenderam em partes que tais espaços também os pertencem, consumindo bens e serviços que antes eram símbolos de *status quo* monopolizados pela elite econômica brasileira e setores mais tradicionais da classe média, o que estes grupos nunca toleraram muito bem.

Singer (2018) acrescenta sobre essa questão de classes sociais, fazendo menção a Karl Marx e Friedrich Engels, autores utilizados no desenvolver dos fundamentos do capítulo anterior, que “A previsão do *Manifesto Comunista* de que as massas seriam absorvidas pelas classes não se confirmou”, ou pelo menos sofreu um processo de alienação através da modernização do capitalismo e a fragmentação das classes sociais no pensamento das pessoas.

---

<sup>4</sup> Conforme dados divulgados em novembro de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e republicados pelo site de notícias DW Brasil (2019), “[...] a partir de 2014 esta [taxa de pobreza extrema] começou a crescer devido à grave crise econômica que fez o Produto Interno Bruto (PIB) cair sete pontos percentuais entre 2015 e 2016 e cujos efeitos ainda são sentidos no país.”; desde 2014, portanto, 4,5 milhões de pessoas retornaram à pobreza extrema no Brasil, afetando atualmente de 13,5 milhões de pessoas, o maior nível desde 2012. De acordo com a Agência de Notícias do IBGE (2019), “A pobreza atinge sobretudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza”.



Não que a divisão das classes sociais elementares do sistema capitalista (o proletariado e a burguesia) não faça mais sentido. É que considerando o Brasil como sendo um país de processo de industrialização incompleta, e as categorizações econômicas atualmente utilizadas (como classes baixa, média ou alta; ou classes A, B, C, D e E; entre outras possíveis variações que remetam à fragmentação das classes sociais por critérios de renda e consumo<sup>5</sup>), enfim, categorizações que fogem a esse conceito tradicional marxiano de classes, tornam os processos de assimilação e pertencimento politizado mais complexos.

O fato é também que ainda pouco se tem de estudo finalizado sobre o perfil da nova classe trabalhadora brasileira. Nem sempre quem trabalha prestando serviços, ou seja, quem não trabalha produzindo bens materiais, se entende como parte da classe trabalhadora. Quer dizer, é um impasse entre as condições materiais de vida e a representação simbólica de si mesmo, gerando uma noção individualizante de identidade, e, conseqüentemente, desmobilização política.

Por fim, para adicionar uma contribuição teórica, pontuo que o sociólogo Florestan Fernandes (1975) elucidara essa questão do pertencimento classista na América Latina e no Brasil décadas atrás. Florestan explica que apesar de haver uma espécie de crise ideológica que ronda a identificação do pertencimento e por vezes a própria existência da bifurcação classista típica do capitalismo, essa característica não é diferente para nós. O que se diferencia na América Latina em geral seria a maneira como o capitalismo se propagou historicamente. A expansão do modelo capitalista de produção se deu na América Latina de maneira, sim, suficientemente a concretizar a ordenação bifurcada de classes (em burguesia e proletariado), porém o sistema passou por evoluções de modo a ajustar-se em produção e mercado, confundindo e até dissimulando tal orientação, e passamos, assim, a ter tais compreensões de estratificações econômicas plurais. A inexistência na América Latina “de certas dimensões estruturais e de certos dinamismos faz com que as contradições de classe sejam amortecidas [...] e em regra pouco dramatizadas como e enquanto tais (graças à opressão sistemática, à omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas)” (FERNANDES, 1975. p. 35 e 36), sendo “despossuídas” as pessoas vítimas do desemprego sistemático, parcial ou ocasional, pessoas cujas culturas foram marginalizadas, pessoas excluídas social e politicamente.

---

<sup>5</sup> Neste caso, faço referência entre parênteses às classes baixa, média e alta como categorização econômica e de consumo. Nas demais vezes quando tais termos aparecem, subentendo a referência ideológica, utilizando da ótica de figuras e autores aos quais faço menção ao longo do texto. Para “classe média”, a principal referência utilizada é a autora Marilena Chauí, que possui textos que fazem alusões a esta ideologicamente.

## O primeiro Governo Dilma e os bastidores do Golpe

Recapitulando a sequência do capítulo, após a apresentação parcial do debate sobre as classes sociais na América Latina classificando-as essencialmente, para além do período de governo de Lula, com o objetivo de marcar as dificuldades que enfrentamos acerca de tal compreensão na sociedade civil, torno à sequência para outro tópico, sendo os Governos Dilma, o primeiro mandato e o segundo mandato interrompido da presidente.

No período presidencial de Dilma, de 2011 a agosto de 2016, a conjuntura mudou e o Brasil começou a sofrer com a recessão global, assim como o restante da América Latina. O ano de 2011 foi marcado pela crise da chamada “zona do euro” [União Europeia], devido à dívida pública elevada de países como Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal. Ao contrário da estratégia adotada em 2008, de incentivo ao consumo por meio da redução de juros para conter os efeitos da crise, a ordem do setor financeiro em 2011 foi de conduta recessiva. No próximo ano, 2012, a China – uma grande consumidora de *commodities* brasileiras e latino-americanas – teve uma queda crítica no PIB, atingindo 7,8%, “seu nível mais baixo desde 1999”, de acordo com o G1 (2013). Durante o período em questão, “O crescimento mundial cai de 4,1% em média ao ano entre 2000-8 [2000-2008] para 2,9%, em média, de 2009 a 2014” (SINGER, 2018. p. 43).

Gostaria de elucidar o fato de que Dilma Rousseff buscou governar deixando sua marca autônoma à de Lula. Dilma tomou alguma distância do ex-presidente, não aceitando, mais de uma vez, as orientações do mesmo, reaproximando-se dele apenas em 2015, quando as ameaças à continuidade de seu governo se tornaram mais tangenciáveis e a presidente buscava formas de reforço de sua popularidade. A aprovação de Dilma, entretanto, começara a recuar desde o ano de 2013.

A respeito das estatísticas referentes ao período Dilma, a economia brasileira, que crescera 7,5% em 2010, de acordo com o IBGE (2011), cresceu em 2011 2,7%, conforme divulgado pelo mesmo instituto e noticiado pelo portal de notícias G1 (2012). Em 2012 cresceu apenas 0,9%, de acordo com o IBGE, noticiado também pelo G1 (2013). Foi, dessa forma, no governo de Dilma que as heranças positivas do lulismo entraram em crise.

Singer (2018, p. 21) diz que “[...] o lulismo se quebrou porque, acelerado por Dilma [...], acabou vítima de suas contradições, que são igualmente as contradições brasileiras”. Isto quer dizer que o Brasil, como sendo um país de capitalismo dependente, conforme explicado a partir de Florestan Fernandes, não suportou economicamente fazer a manutenção do reformismo nos moldes tentados pelo PT, quer dizer, não sustentou economicamente o avanço

dos programas sociais dentro da lógica sistêmica sem acirrar os conflitos latentes brasileiros, em especial quando a crise econômica minou as condições de arrecadação, autonomia e capacidade fiscal (financeira) do Estado de garantir a expansão da inserção social das camadas mais pobres através das políticas públicas de inclusão social. Estas expectativas foram ancoradas no projeto de desenvolvimento nacional, na dinamização e competitividade das indústrias brasileiras e na aposta no crescimento econômico a partir daí, e foram frustradas.

Na sequência, apresentarei algumas informações que contribuem para evidenciar como o processo de Golpe foi tomando forma no parlamento em torno da presidente desde que ela vencera sua primeira eleição, sucedendo o petista Lula. Dilma teria criado desafetos políticos desde suas primeiras decisões como governante do país.

Antes de assumir o cargo, em 2010, Dilma anunciou sua equipe de Ministros e secretarias retirando duas pastas de destaque dos cuidados da coalizão partidária de seu vice-presidente [PMDB<sup>6</sup>], colocando no lugar políticos petistas. Os Ministérios em questão foram o Ministério da Saúde, reocupado por Alexandre Padilha (PT) e o Ministério de Comunicações, reocupado por Paulo Bernardo (PT). Alexandre Padilha deixou o Ministério da Saúde para concorrer às eleições de 2014 para o cargo de governador do estado de São Paulo, não sendo eleito. A pasta da Saúde foi repassada em fevereiro do mesmo ano para o Ministro substituto Arthur Chioro (PT). Anteriormente, no segundo governo de Lula, os ministérios da Saúde e de Comunicações eram ocupados, respectivamente, por José Gomes Temporão (PMDB) e Hélio Costa (PMDB).

No ano de 2011, já em mandato, a presidente retirou da presidência de Furnas – empresa subsidiária da Eletrobras – Carlos Nadalutti Filho, apadrinhado político do deputado Eduardo Cunha (PMDB), substituindo-o pelo engenheiro Flávio Decat, o que causou confronto com o PMDB. Conforme publicado pelo jornal O Globo (2011), “[...] a mudança do comando de Furnas virou [...] o principal problema do governo por causa do impasse entre PT e PMDB. Os peemedebistas ameaçaram entregar todos os cargos caso a bancada do Rio de Janeiro perdesse o comando”, e que, “[...] segundo interlocutores próximos, a presidente Dilma Rousseff já avisou que não vai aceitar uma indicação do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não só para Furnas, mas também para todos os cargos do setor elétrico”. Para o comando da Eletrobras, nomeou José da Costa Carvalho Neto, no lugar de José Antonio

---

<sup>6</sup> Como estratégia para conter o desgaste político e renovar a imagem para concorrer às eleições de 2018, o antigo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), aprovou em convenção nacional do partido, no dia 19 de dezembro de 2017, a troca da própria legenda para MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nome originário do partido em sua criação na década de 60. A partir do final de 2017, portanto, assume a sigla MDB.

Muniz – afilhado político de José Sarney (PMDB) –, e “[...] mandou avisar ao PMDB que a decisão estava tomada para evitar a repetição das ameaças do dia anterior, quando nomeou Flávio Decat”, conforme o jornal O Globo (2011).

Também em 2011, em processo apelidado pela grande mídia de ‘faxina ética’ da esplanada dos ministérios, Rousseff assinou a demissão de seis Ministros que enfrentavam acusações de envolvimento em atividades corruptas, sendo eles: o Ministro chefe da Casa Civil, Antonio Palocci (PT); Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR); Ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB); Ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB); Ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB) e Ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT). Em agosto do mesmo ano, o PR se retirou da base governista. Como consequência das demissões, ao final do ano a aprovação da presidente Dilma, segundo o Datafolha (2012), era de 59%, considerado até então o maior índice de aprovação de um(a) presidente após o primeiro mandato, superando inclusive a aprovação do primeiro ano de governo do popular e também petista, Lula. Por fim, já em 2012, chegou a vez de a presidente assinar a demissão do Ministro das Cidades, Mário Negromonte (PP), devido a acusações de irregularidades no Ministério. Em 2012, Dilma também tomou a decisão de substituir os parlamentares líderes de representação do governo no Senado e na Câmara dos Deputados, tendo substituído o senador Romero Jucá (PMDB) pelo senador Eduardo Braga (PMDB), e o deputado Cândido Vaccarezza (PT) pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT).

Dadas as informações anteriores, avanço para a discussão a respeito das medidas do governo de Dilma Rousseff e demais variáveis que culminaram em Golpe. A mandatária logo de início tomou a arriscada decisão de contrariar a tendência de recessão do setor financeiro internacional. A presidente tomou medidas com a finalidade de manter a economia em crescimento e retomar a industrialização brasileira, que foram desde a redução da conta de luz (que acontecera em 2013 e significara economia para o setor industrial do país e para a população brasileira até 2014, quando tornou a subir), a outras medidas mais complexas. Ainda em agosto de 2011, Dilma lançou o Plano Brasil Maior, dando forma à política de reindustrialização do Brasil, e em agosto de 2012 lançou o Programa de Investimento em Logística, cuja primeira fase previa “a aplicação de R\$ 133 bilhões na reforma e construção de rodovias federais e ferrovias”, de acordo com o G1 (2012).

Entre o lançamento em 2011 e a incrementação em 2012, algumas operações do Plano Brasil Maior ganharam destaque. Entre as quais, a ampliação da desoneração da folha de pagamento, ou seja, a redução de impostos pagos pelos grandes empresários e setores industriais, que de acordo com o Valor Econômico (2011), “Beneficia setores com uso

intensivo de mão de obra: confecções, calçados e artefatos, móveis e software”, reduzindo a alíquota de 20% ao INSS pela alíquota de 1,5%, e no caso dos softwares, para 2,5%. A respeito das desonerações, o Nexo Jornal (2017), aponta que Dilma teria se dito arrependida posteriormente, pois acreditava que diminuindo os impostos, os empresários dos setores em questão aumentariam os investimentos no país, mas no lugar aumentaram suas próprias margens de lucro. Destacou-se no Plano a regulamentação da lei 12.349/2010, de compras governamentais, que conforme aponta o Valor Econômico (2011), “Institui margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendem às normas técnicas brasileiras”. Também, a desoneração das exportações, “com devolução ao exportador de bens industrializados de 3% da receita de exportação”, segundo o Valor Econômico (2011). Assim como o uso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no financiamento à exportação e inovação; a redução de juros em nível de economia sólida e de baixo risco, com a finalidade de facilitar as linhas de crédito e pressionando os bancos privados a seguir a conduta após determinar a queda das taxas de spreads do Banco do Brasil, sendo as taxas de spreads a diferença entre os juros pagos pelo banco dos juros cobrados de seus clientes; e entre outras medidas.

Referente à redução dos spreads do Banco do Brasil determinados pela presidente Dilma Rousseff, André Singer (2018) comenta – conforme reportagens do G1 (2012), acessadas pelo autor – colocando em evidência o perfil combativo do Governo Dilma, no que se difere ao perfil conciliatório de Lula:

Guido [Ministro da Fazenda de Dilma] afirmou que “em vez de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, [a Febraban] veio fazer cobrança de novas medidas do governo. Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito”. Para que não houvesse dúvida, mostrou os números: “A taxa de captação [quanto as Instituições pagam pelos recursos] é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica”.

Compreende-se que, daí em diante, derrubar [Guido] Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro.

[...] Dilma fez a alocação [...] na noite do sábado, 30 de abril de 2012, em cadeia de rádio e TV: “O setor financeiro [...] não tem como explicar esta lógica perversa aos brasileiros: a Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem”. [...] “Não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja que cumpra o seu dever” (SINGER, 2018. p. 50).

Toda essa situação favorável para a imagem de Dilma caminhou a se desfazer publicamente no ano de 2013. Em 2013 o então presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, em entrevista publicada pelo jornal O Globo (2013), no dia 8 de fevereiro, avalia que “a safra deste ano ajudará a reduzir a pressão inflacionária. É baseado

nisso que o presidente do BC, [...] apesar de admitir que está “desconfortável” com a inflação, acredita que a taxa de 2013 será menor que a de 2012”. A declaração de Tombini causou recuo dos investidores do setor financeiro internacional, e embora o ministro Guido Mantega tenha tentado intervir publicamente para conter os efeitos negativos gerados para o Brasil diante da atmosfera de dúvida, em 17 de abril de 2013, “[...] o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu [...] elevar a taxa de juros de 7,25% para 7,5% ao ano. Trata-se da primeira elevação da Selic desde julho de 2011”, de acordo com o G1 (2013). A alta da Selic significava contrariar as demandas do Ministério da Fazenda de intensificação da economia brasileira, e como consequência Dilma Rousseff teria que fazer sucessivos giros na direção contrária de suas propostas iniciais de investimento no setor industrial e empreendedorismo brasileiro, na tentativa de acompanhar tal cenário. “O crescimento de 3% do PIB em 2013, talvez por conta dos investimentos [...] para a Copa do Mundo de 2014, ajudou a manter o nível de emprego [...]. Entretanto, com o contínuo aumento de juros, as perspectivas de manter o ritmo em 2014 estavam praticamente anuladas”, observa André Singer (2018, p. 54).

Não foi apenas a mídia local que passou a emitir cada vez mais opiniões negativas sobre a política industrial de Dilma Rousseff. Dentre os editoriais que discutiam a política intervencionista da presidente, gostaria de destacar o *Financial Times*, jornal cuja sede fica na cidade de Londres, no Reino Unido. De acordo com a *BBC News Brasil* (2013), que fez referência à notícia, “O jornal [*Financial Times*] comenta [...] que “o crescente envolvimento do governo nos negócios tem se mostrado polêmico” e que analistas do mercado financeiro afirmam que o Brasil está voltando ao intervencionismo do passado”, por outro lado, “o setor industrial argumenta que a produção manufatureira afundaria com os altos custos e a importação em alta, a não ser com a ajuda do governo”. Ou seja, até mesmo o setor industrial brasileiro, que posteriormente abandonou Dilma por completo, teve consciência do fato da impossibilidade de um país como o Brasil, de capitalismo dependente e industrialização incompleta, alcançar espontaneamente o estágio da industrialização eficiente, sem o investimento do Estado.

Na verdade, a política industrial de Dilma teria atendido justamente à agenda das indústrias brasileiras e empreendimentos do país, e conforme o resultado aparecia e a mídia e o setor financeiro internacional questionavam a política industrial intervencionista da mandatária, os industriais brasileiros davam as costas à presidente para compor o bloco da burguesia financeira internacional como burguesia associada. No caso, apesar do investimento do Estado no capital privado desde a baixa das *commodities*, as indústrias e empresas

brasileiras foram cada vez mais perdendo o grau de competitividade para as do capital central, passando a marcar mais demissões do que contratações em 2015. Assim, podemos nesse ponto chamar atenção para o caráter imediatista da burguesia brasileira que se recusou a investir na minimização dos impactos negativos da crise no Brasil, inviabilizando a estratégia de desenvolvimento nacional.

De acordo com Armando Boito Júnior (2016, p. 29) a respeito dos industriais brasileiros e demais grandes associações empresariais e o abandono do governo da petista Dilma Rousseff, observa-se “[...] a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista [de Dilma]”, e mais tarde, “Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram [...] passando para o campo neoliberal ortodoxo. O caso mais importante e notório é o da Fiesp”, pois a Fiesp viria a se tornar uma espécie de frente do Golpe no círculo empresarial.

A Fiesp esteve publicamente presente em diversas manifestações contra o Governo Dilma, sendo a campanha mais memorável a “Não Vou Pagar o Pato”, de 2015 – com seu gigante mascote, o pato amarelo –, contra a volta da CPMF reformulada, defendida por Dilma e seu próximo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, como opção para melhorar a economia brasileira. Os recursos dessa versão reformulada de CPMF seriam “destinados à Previdência Social”, de acordo com a reportagem do G1 (2015). Retomarei o tópico das manifestações que se estenderam de 2015 até a queda de Dilma em 2016 mais à frente no capítulo.

### **Manifestações de junho de 2013**

Preciso dar sequência nos acontecimentos que vieram anteriormente, e dar o devido destaque à leitura das jornadas de junho de 2013 com a qual tenho acordo, de que “[...] há dois pontos de vista [...]. Um identificou extração predominante da classe média tradicional, enquanto o segundo enxergou a presença da nova classe trabalhadora [...]. [...] [mas] penso que as manifestações de junho foram *simultaneamente* as duas coisas” (SINGER, 2018. p. 108). Além disso, passarei pela questão das greves no ano de 2013 de maneira geral.

De acordo com o DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] (2015), que atua reunindo informações sobre paralisações e greves realizadas por trabalhadoras e trabalhadores, tendo divulgado o Balanço das greves em 2013, ocorreram naquele ano 2.050 registros entre greves e paralisações ao todo das esferas de trabalho privada e pública, o maior número de ocorrências já registrado pelo Departamento

através do SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves), criado e mantido pelo DIEESE desde 1978.

Já a respeito especificamente das manifestações de junho de 2013, uma das mais numerosas e extensas jornadas já vistas nas ruas do país, começaram com reivindicações de movimentos de esquerda ao Planalto, primeiro independente e depois partidários. O movimento pioneiro fora o Movimento Passe Livre (MPL) [não confundir com o MBL – Movimento Brasil Livre, orientado à direita, fundado em 2014], de organização popular, apartidária, autônoma (de autogestão) e horizontal (ou seja, de organização e deliberação consensual e tarefas de responsabilidade rotativa, sem haver lideranças ou agenda centralizada), composto principalmente [mas não apenas] por estudantes secundaristas e universitários, que reivindicam o passe livre, ou seja, a tarifação zero das passagens do transporte coletivo e um transporte de investimento público, e não controlado pela iniciativa privada. Na época, o MPL manifestava contra o aumento da tarifa das passagens em diversas cidades brasileiras. Devido ao MPL ser um movimento a favor da horizontalidade das responsabilidades e pautas, não foi difícil com que demais movimentos de esquerda logo se juntassem às manifestações, manifestando, sinteticamente, contra a mercantilização dos direitos sociais da população brasileira e precariedade das condições de vida da população em centros urbanizados, pela ampliação da democratização dos investimentos públicos de maneira geral (como moradia, saúde e educação).

Os elementos que geraram a intensificação do destaque das jornadas de junho de 2013 foram a violência policial da Polícia Militar, principalmente do estado de São Paulo, mais especificamente da capital paulistana – na época, sob gestão do governador de estado Geraldo Alckmin (PSDB) –, e a cobertura extensiva dos grandes canais midiáticos. A truculência policial em 2013 atingiu também gravemente a jornalistas em ofício, o que foi mais um elemento de intensidade das jornadas, trazendo a adesão de um número maior de pessoas que se solidarizaram (não necessariamente no sentido empático da palavra, mas no sentido do sentimento comum gerado de anseio de reformulação da estrutura política) com os movimentos devido à violência da repressão, que deixara mais de uma centena de pessoas feridas.

Portanto, a partir da crescente concentração de atenção da grande mídia, da descentralização de uma agenda de pautas, e a partir da articulação de alto alcance em redes sociais (que definiram o ‘ciberativismo’), junho de 2013 deixou de ser visto como uma reivindicação contra o aumento do valor das passagens do transporte coletivo e passou a assimilar inúmeras pautas, que não chegaram a ficar completamente precisas, nem para a



própria sociedade civil e nem para o Planalto Central. Foi principalmente através das chamadas em redes sociais que movimentos de centro a direita entraram em cena e aumentaram em número a movimentação das ruas, trazendo a centralidade do tema corrupção e clamando pelo apartidarismo das manifestações, até chegar à antipolítica, ao antipartidarismo e ‘antipetismo’, começando, assim, a bater de frente com a oposição de esquerda ao governo petista e com o próprio MPL, que já estavam lá presentes anteriormente.

Sobre um primeiro momento geral de junho de 2013, é possível dizermos que foi de caminhada até certo ponto lado a lado entre movimentos organizados de centro a direita, esquerda e cidadãos não organizados politicamente (que nem sempre se enxergavam alinhados a uma vertente ideológica), fazendo críticas às Instituições, porém em direções que se revelaram antagônicas em diversos aspectos essenciais. Mas foi no mesmo período que a sociedade civil começou a perceber sua divisão, devido às jornadas terem colocado em evidência, a partir da prática, da comunicação estabelecida entre diferentes grupos naquele momento, as diferenças prioritárias e metodológicas entre as diversas reivindicações que aconteciam. É possível dizer que, a partir da incompatibilidade política presente nas manifestações de junho de 2013, houve disputa, consciente ou inconsciente, pelo protagonismo das movimentações, e a esquerda de maneira geral acabou perdendo o destaque. Ao final do processo, os que ficaram gravados no imaginário mais duradouro da sociedade civil de maneira emblemática foram os movimentos à direita.

Após o ano de 2013, a polarização da sociedade civil ficou cada vez mais evidente, expondo o conflito inevitável que o reformismo petista apenas atrasara, e se a eleição de 2014 já havia sido marcada por um acirramento significativo da rivalidade no campo eleitoral, a eleição de 2018 demonstrou isso num nível ainda maior, não à toa. Mas, em se tratando especificamente da presidente Dilma Rousseff, sua popularidade despencou após o mês de junho, junto com a popularidade dos partidos mais tradicionais desde a redemocratização do país (sendo eles, além do PT, o PSDB e o PMDB), abrindo a brecha para a futura ocupação do cargo de mais alta representação do Poder Executivo por uma liderança de traços bonapartistas (evidentemente que com as devidas ressalvas).

É possível compreendermos que as mobilizações de sentido pró-*impeachment* de 2015 e 2016 foram germinadas aqui, assim como o crescimento e as táticas de organização dos principais grupos de direita que viriam a concretizar a força da popularidade da candidatura [de direita conservadora] de Jair Bolsonaro (PSL), elegendo-o à presidência em 2018; e também a eleição do deputado Kim Kataguirí (DEM), cofundador e coordenador do MBL. Além da desconfiança do bloco rentista contra a política de intervenção econômica da

presidente, é possível compreendermos que a tolerância da elite econômica para com os governos petistas tornou-se menor devido à presidente pouco ter conseguido apaziguar os ânimos dos movimentos sociais alinhados aos interesses de trabalhadoras e trabalhadores desde este momento.

Para melhor descrever o protagonismo fundamental da classificada classe média, pelo menos de seus setores mais tradicionais, nesse processo político, se faz necessário caracterizá-la ideologicamente, e caracterizar também as condições da nova classe trabalhadora após ascensão social através das políticas sociais desde os Governos Lula, dando assim mais dados para a ampla compreensão dos fatos de 2013 em diante. O fato é que durante os mandatos de Lula, houve políticas públicas socialmente efetivas, principalmente àquelas parcelas da sociedade brasileiras cujas condições materiais de vida eram bastante precárias; enquanto a classe média brasileira, que também chegou a se beneficiar de parte das políticas econômicas dos governos petistas, não protagonizou na mesma intensidade a ascensão vivida pela parcela da sociedade considerada pobre ou abaixo da linha da miséria. Este talvez seja um dos pontos principais para compreendermos o “ressentimento” que a classe média mais tradicional direciona ao conjunto final do lulismo.

A classe média ocupa um espaço ideológico contraditório, quer dizer, tende a ter interesses contraditórios e não definir objetivos socioeconômicos unificados por não ocupar um eixo determinado de poder político. Ou seja, não possui o poder de transformação social da classe trabalhadora organizada, e nem o poder do Estado ou sobre ele da classe dominante. Sendo assim, uma parcela tende, na verdade, a se opor à classe dominante em favor da justiça social, enquanto outra parcela tende a se juntar a ela e defender seus interesses por identificar-se com ela. A parcela que se identifica com a classe dominante o faz com o objetivo de preservação da ordem, endossando a defesa ideológica da classe dominante e com o desejo de alcançar o mesmo grau de ascensão social do que a burguesia econômica, por isso é conservadora, e em momentos de crises, reacionária.

A nova classe trabalhadora, porém, não necessariamente ocupa o espaço ideológico de classe trabalhadora. A verdade é que, conforme já colocado anteriormente, a política reformista do PT e do lulismo é limitada dentro do neoliberalismo, por se tratarem de medidas economicamente caras para espaços urbanizados e de território extenso como o brasileiro. Dilma procurou, através de sua política industrial, garantir o fundo econômico necessário para continuar a manutenção e expansão das políticas sociais criadas no Governo Lula e ampliadas por ela. Entretanto, como sabemos, a burguesia industrial do país decidiu abandonar o projeto e compor o bloco da burguesia financeira internacional, tornando, assim, inviável o projeto

desenvolvimentista da presidente. Com isso, a nova classe trabalhadora viu sua ascensão ser conquistada através das políticas públicas do PT que garantiram algum grau de justiça social, para depois ser barrada pela oferta de empregos de baixos salários para os novos diplomados, e posteriormente pela grave crise do desemprego. Desta forma, sendo as classes sociais não apenas dado econômico, mas também de aspecto social, educacional (no sentido institucional), político e cultural como um todo, nada garantiu que a nova classe trabalhadora não fosse absorvida ideologicamente pela competitividade neoliberal, quer dizer, pela ideologia empreendedorista pertencente à classe média. E foi mesmo cooptada, visto que alguma parte acolheu em junho de 2013 – mas mais em 2015 e 2016 – a agenda da parcela alinhada à direita da classe média (CHAUI, 2016).

Sobre os fatos expostos anteriormente, apresento as palavras de Marilena Chauí, em texto publicado no livro “Por que gritamos Golpe?”:

[...] visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao *modo de aparecer do social* como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.

Essa crença é reforçada por sua entrada no consumo de massa. [...] Essa oscilação esteve presente nas manifestações de junho e julho de 2013, na cidade de São Paulo, transparecendo em lutas entre os próprios manifestantes na disputa pela rua (CHAUI, 2016. p. 20 e 21).

Após as movimentações de junho de 2013, Dilma Rousseff reagiu determinada a dar respostas a ambos os lados, que se polarizaram após as jornadas das ruas. De um lado, “O governo federal anunciou [...] um corte extra de R\$ 10 bilhões em gastos no orçamento de 2013, segundo informações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega” (G1, 2013), e sancionou a lei de nº 12.850 sem vetos, que definiu o conceito de organização criminosa, regulamentando a delação premiada, já que “define meios de obtenção de provas e procedimentos para a investigação desse crime, [conforme] informou assessoria do Ministério da Justiça” (G1, 2013).

Do outro lado, a presidente lança o programa Mais Médicos<sup>7</sup>, cuja prioridade seria “[...] levar os profissionais para as periferias das grandes cidades e municípios das Regiões

<sup>7</sup> Dilma Rousseff havia feito com o governo de Cuba uma parceria que envolvia o envio de milhares de médicos cubanos para preencherem vagas ociosas do programa Mais Médicos, lançado em 2013; tal parceria foi descontinuada em novembro de 2018, quando após declarações pejorativas do candidato vitorioso do PSL (Partido Social Liberal) nas eleições presidenciais [Jair Bolsonaro] o governo cubano retirou seus profissionais do programa. A respeito das consequências, “O Brasil tem hoje 2.149 vagas do programa Mais Médicos não preenchidas, o que equivale a 12% do total. Das posições ociosas, 2.042 estão em regiões que não foram contempladas pelo único edital lançado neste ano [2019], segundo dados obtidos pela DW Brasil via Lei de Acesso à informação” (DW Brasil, 2019). O número estimado de brasileiros prejudicados por essa mais recente

Norte e Nordeste.”, de acordo com a reportagem do dia 8 de julho de 2013 do portal de notícias G1 (2013); Dilma deixou claro na ocasião que a contratação de profissionais da saúde brasileiros era prioridade do Estado, e, portanto, só seriam contratados profissionais estrangeiros em caso de vagas permanecerem ociosas.

Seguindo, em setembro de 2013 Dilma também “sanciona lei que garante 75% dos royalties para educação e 25% para saúde”, conforme noticiado pelo jornal O Globo (2013), “Mas, prevista [a lei] para fazer diferença a partir de aproximadamente 2017, na prática o aumento de verbas em educação dependeria de não haver contingenciamento do investimento público, o que acabou por acontecer [o contingenciamento dos gastos públicos]”, ressalva o autor André Singer (2018, p. 126).

Entre outras coisas, a presidente, “Para dialogar com o problema da representação, lançou o debate do plebiscito popular para criar uma Constituinte exclusiva, destinada a fazer reforma política. O Congresso ignorou a proposta, que, por sua vez, não suscitou resposta na sociedade”, conforme relembra Singer (2018, p. 126).

### **O segundo mandato de Dilma Rousseff e sua reorientação em moldes neoliberais**

No ano de 2014 Rousseff retornou a limitar os gastos públicos, tendo o governo anunciado um “corte de R\$ 44 bilhões em gastos no orçamento”, G1 (2014). Também em 2014, Dilma prometeu em campanha que asseguraria os direitos das trabalhadoras e trabalhadores, e apesar de sua popularidade ter começado a oscilar para baixo em 2013, conforme explicitado anteriormente, a presidente foi eleita, para depois descumprir sua palavra. Ela ficou, assim, distante tanto das elites econômica e industrial do país, que lhe deram as costas por definitivo até o ano de 2015, quanto das trabalhadoras e trabalhadores, dos movimentos organizados de esquerda e da base lulista (que no fim não defendeu Dilma publicamente com efeito. Talvez, pelo problema da despolitização e generalização da base do lulismo como massa, conforme levantado anteriormente). Dilma também não teve o cuidado de manter bases mobilizadas desde sua política de reindustrialização do país, quando bateu de frente com o poderoso setor financeiro internacional, e descuidou da opinião pública ao não conseguir manter constantes canais abertos de comunicação com a população para a finalidade de fazer entender suas decisões como mandatária. Este último ponto também possui vínculo com a discussão da democratização da mídia através de regulamentações do Estado,

---

crise no atendimento básico de saúde é de 6 milhões de pessoas, sendo que anteriormente mais de 8 mil vagas do programa eram ocupadas por médicos vindos de Cuba.

com a finalidade de conter o oligopólio da informação (evidentemente, sem censurá-la), porém não cabe a discussão do tema no presente texto.

O segundo governo de Dilma ficou marcado, portanto, pela sua reorientação na direção da política neoliberal, trocando Guido Mantega do Ministério da Fazenda por Joaquim Levy (até então, executivo do banco Bradesco) para mediar seu relacionamento com o empresariado – embora tenha se recusado a entregar as reformas mais ortodoxas de que a burguesia brasileira é partidária, como a reforma de flexibilização das leis trabalhistas e a da previdência –, e a solidão política da presidente após minar a mobilização das diversas organizações politizadas de esquerda e da massa trabalhadora devido à conjuntura de cortes sociais (incluindo a redução do Minha Casa Minha Vida).

Dilma, porém, não agradou a ninguém ao tentar conciliar atrair investimentos privados com garantir parte das políticas de inclusão social, o que é fortemente condenado por economistas liberais e a imprensa corporativa. A partir daí, os movimentos à esquerda tiveram a complicada tarefa de equilibrar publicamente as críticas à política neoliberal da presidente, que enfraquecia os programas sociais construídos desde o lulismo, e a defesa da continuidade de seu governo contra o Golpe Institucional. Foi nesse momento também que Dilma lançou a sugestão da reformulação da CPMF, levando, em consequência, a campanha do pato amarelo da Fiesp contra ela às ruas, conforme citado anteriormente. Sobre este fato, a própria Dilma respondeu em entrevista a Marcos Piccin e Valter Pomar, referenciada, entre outras opções, pela Revista Fórum (2017), que “Tem um programa mini: “Vamos sair da crise, sim, e vamos botar o povo para pagar a crise”. O pato amarelo tem uma proposta mais clara: não quero pagar absolutamente nada de imposto. Não é só CPMF. É juros sobre capital, a própria tributação”. Quer dizer, a presidente admitiu que fez uma leitura equivocada a respeito da real disposição da burguesia brasileira de fazer parte de um projeto de desenvolvimento em conjunto com o Estado nacional, e evidenciou isso ao longo da mesma entrevista. Já a respeito da reorientação neoliberal de seu governo, “respondeu que em um ano a situação estaria resolvida, o Brasil não perderia o grau de investimento e Levy poderia ser afastado. [Porém] Os fatos se encarregaram de mostrar quão distante da realidade se encontrava a percepção da candidata reeleita” (SINGER, 2018. p. 197). O fato é que as leituras imprecisas da presidente acabaram por custar ao Brasil uma sequência de retrocessos cujos efeitos ainda em 2019 não foram revertidos, pelo contrário, se intensificam.

Dilma também continuara em conflito calado com o PMDB, mesmo sem sustentação vinda de nenhum outro lugar nesse cenário político. E o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), cultivara mais contatos parlamentares do que a mandatária petista, que “Recebera

apenas dois deputados federais e treze senadores em audiências [...] no seu gabinete durante o primeiro mandato *inteiro*. Enquanto isso, Temer “recebia [...], em média, cinco políticos por dia, entre Ministros, senadores, deputados e presidentes de partido” (SINGER, 2018. p. 199). A dificuldade de conciliação da presidente com o Congresso Nacional gerou, desta forma, derrotas em votações de propostas [polêmicas, sim] de contornar a crise econômica através de ajustes fiscais.

### **A Operação Lava Jato e os impactos negativos na imagem da presidente Dilma**

Antes de dar sequência na conjuntura descrita até aqui e abordar as manifestações dos anos de 2015 e 2016, se faz necessário caracterizar a Operação Lava Jato, que teve impacto negativo na imagem pública do governo de Dilma Rousseff. Fora o motivo no qual a sociedade civil ancorou sua descredibilização à presidente, ainda que não condenada judicialmente e que não tenha utilizado recursos de autoridade máxima no Poder Executivo para interferir no andamento da Operação. Pelo contrário, Dilma propiciou autonomia às investigações, o que fora fato confirmado em 2016 pelo procurador da República da força-tarefa da Operação Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima (ESTADÃO, 2016) .

A Operação Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014 a partir de uma investigação sobre doleiros e relações com políticos do Paraná (o estado cerne da operação), sendo a principal cidade dos componentes das forças-tarefa especiais da Operação, a capital, Curitiba. A operação, porém, é atualmente ramificada através de varas federais de diversos estados. Dentre todos os juízes, procuradores, oficiais da Polícia Federal e demais responsáveis, é notório que um nome de destaque seja o de Sergio Moro, na época juiz, mas atualmente ocupa no Brasil um patamar simbólico de herói dado a ele principalmente pela parcela da sociedade brasileira classificada como classe média em seus setores mais tradicionais, além de o posto de ministro no Ministério da Justiça do Governo Bolsonaro [2019], mesmo após ter declarado em 2016 que nunca entraria para a política. A ocupação do cargo de ministro pelo ex-juiz divide opiniões, por fortalecer, sendo esta a verdade ou não, a versão dos fatos que compreende que sua atuação fora ideologicamente orientada em determinados desdobramentos da Lava Jato.

A partir do primeiro passo dado pela investigação, outros vestígios de grandes esquemas corruptos transpareceram, até chegarem ao principal fator de desestabilização dos partidos políticos tradicionais do país: a empresa estatal do ramo petrolífero, Petrobras. Na Petrobras, a operação desvendou esquemas de corrupção ligados a partidos e políticos

individualmente através do superfaturamento de grandes obras de infraestrutura. Nos partidos, o dinheiro de propina apareceria na forma do chamado caixa dois, e em casos de personalidades políticas, na forma de patrimônios pessoais, variando entre contas dentro e fora do país, imóveis e demais possibilidades.

De acordo com Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro (subsidiária da Petrobras), o esquema de corrupção atua há décadas no país e já teria se tornado uma espécie de “rotina” no meio político, funcionando da seguinte maneira: políticos indicam para a ocupação de cargos nas estatais e ministérios nomes de sua confiança – os chamados apadrinhados ou afilhados políticos –, e a partir daí essas pessoas ficam responsáveis de combinar o superfaturamento de obras de infraestrutura que venham a ocorrer. No depoimento, parte do acordo com a Lava Jato de delação premiada regulamentada a partir da Lei nº 12.850, sancionada por Dilma Rousseff em 2013, Machado afirma que o esquema ocorre dessa forma desde o ano de 1946, versão também sustentada por Emílio Odebrecht, presidente do Conselho de Administração da construtora Odebrecht. Já a famosa JBS, empresa do ramo frigorífico, entra no caso como sendo uma das principais financiadoras de campanhas eleitorais com as delações dos empresários Joesley e Wesley Batista levantando acusações direcionadas, majoritariamente, a Michel Temer (PMDB) e Aécio Neves (PSDB). Ambos os políticos tiveram grampos divulgados revelando indícios de participação em esquemas de propina. Mais sobre o caso de Temer será abordado posteriormente no texto. É bom citar que, após reformas políticas, empresas já não podem mais financiar campanhas eleitorais desde 2015, e as doações de pessoa física também foram revistas e limitadas por lei no ano de 2017.

As principais, e algumas polêmicas, estratégias da Lava Jato são prisões preventivas extensas, acordos de delação premiada (que podem, em alguns casos, não passar do âmbito da especulação, se houver dificuldade de se obter provas materiais), conduções coercitivas, colaboração internacional (para acessar dados de contas bancárias em território internacional, por exemplo) e a espetacularização através dos vazamentos veiculados pela grande mídia. Sobre as estratégias, Sergio Moro tivera como espelho a operação italiana *Mani Pulite*, traduzida para o português como “Mãos Limpas”. Referente o ponto da veiculação de confissões nas grandes mídias, de acordo com seu artigo “Considerações sobre a operação *Mani Pulite*”, publicado em 2004, “Os responsáveis pela operação *mani pulite* ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: [...] a investigação da “*mani pulite*” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados” (2004, p. 59).

Outros fatores também garantiram o fluxo do andamento das investigações da Lava Jato, de acordo com o Nexo Jornal (2018), sendo: o mecanismo de escolha de quem chefiava o Ministério Público Federal a partir da lista tríplice eleita pelo próprio Judiciário, que desde 2003 sempre fora escolhido o primeiro dos três nomes da lista independentemente de quem o fosse, o que não é obrigatório, e Temer já não repetiu, tendo escolhido o segundo nome. Também, acordos internacionais assinados pelo Brasil se comprometendo com o combate à corrupção sistêmica e com maior transparência das contas públicas. Assim como o fortalecimento dos institutos responsáveis por investigações e controle de dinheiro público a partir de 2003 (Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público Federal, etc.); ou a supracitada Lei das Organizações Criminosas sancionada em 2013 (nº 12.850/2013), que regulamentou as regras da colaboração premiada, ampliando para a possibilidade de procuradores e delegados oferecerem acordos que anteriormente eram propriedade apenas de juízes, e ampliando também o sentido da definição de crime organizado, e a autorização do Supremo Tribunal Federal, em 2016, do cumprimento de sentenças a partir da segunda instância – este ponto fora revisto em 2019 e descontinuado –.

A retórica extraída a partir da Lava Jato fora, de alguma forma, a da “ideologia que estabelece vínculo de causalidade entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer a população de que, se a corrupção fosse varrida, [por si só] haveria recursos para todos viverem bem” (SINGER, 2018. p. 120), carregando implicitamente a ideia de que a privatização das estatais seria capaz de resolver a disfunção causada pela corrupção. Ou seja, de que a corrupção seria uma inevitável consequência da presença da intervenção do Estado na economia, conforme o receituário típico de radicalização do neoliberalismo, e de que o estabelecimento do centro da organização criminosa que defraudava de todos os recursos públicos econômicos seria o lulismo e o PT. A partir daí, propositalmente ou não, a Operação aparece de maneira tendenciosa em parte da sociedade civil. É possível dizer, partindo dessa lógica, que a Lava Jato ocupa um espaço contraditório. Fez, de fato, descobertas notáveis, garantido a recuperação de quantias relevantes de dinheiro público e conseguido atingir de modo ativo a figuras pertencentes à burguesia brasileira e ao estrato político. Mas apareceu também, “[...] de maneira facciosa, na demolição do lulismo” (SINGER, 2018. p. 201), através de um roteiro estabelecido de atribuição centralizada dos crimes de corrupção cometidos, e respingando na imagem de Dilma Rousseff, que não estava em julgamento por crimes de corrupção na época, e continua não estando até então.

O resultado fora a judicialização da política, que consiste na corte judicial se tornando agente político ideológico, o que foi utilizado pelas manifestações contra Dilma em 2015 e



2016. O ponto de contradição da Lava Jato, portanto, se sincroniza, em alguma medida, com a contradição do próprio PT, “[...] criado para mudar as Instituições e engolido por elas” (SINGER, 2018, p. 261). A conclusão é de que o PT se desviou de sua proposta inicial, adentrando o jogo do clientelismo viciado, e pagou o preço disso, mas, talvez, mais do que os outros partidos – o que nos conduz à busca pelas demais justificativas, por fora da esfera universalista de “combate à corrupção”.

### **As manifestações antigoverno de 2015 e 2016**

O ano de 2015 foi de queda nos avanços socioeconômicos do Brasil. O G1 (2016) noticiou que “O número de famílias com rendimento per capita inferior a 1/4 do salário mínimo voltou a crescer em 2015 após quatro anos de queda. É o que aponta a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada [...] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. O desemprego alcança em 2015 taxas alarmantes. O UOL Economia (2016) publica a taxa divulgada pelo IBGE de um aumento de 38,1% de pessoas desempregadas no Brasil em relação ao ano anterior, ou seja, “Em 2015, 2,8 milhões de pessoas a mais estavam na fila do desemprego, em comparação com 2014 [...]. Foi o pior resultado desde 2004, quando começou a série atual”. De acordo com a mesma reportagem do UOL (2016), “A taxa de desemprego de 2015 foi de 9,6% [...]. Entre 2014 e 2015, o aumento foi de 2,7 pontos percentuais”. E como consequência do afluxo de demissões do período apontado, mais pessoas trabalhadoras voltaram aos trabalhos informais.

Foi também em 2015, no cenário de declínio descrito, que a Câmara dos Deputados aprovou proposta colocada em votação pelo seu então presidente, Cunha (PMDB), que custaria aos cofres públicos cerca de dois bilhões de reais, ciente do orçamento do país comprometido. Se tratava da proposta aprovada por 445 votos contra 16 contrários e 6 abstenções, de reajuste do salário de funcionários da Advocacia Geral da União, defensores públicos, delegados das polícias federal e civil e procuradores de estados e municípios com quantidade de habitantes superior a 500 mil. Esta fazia parte das chamadas “pautas bomba”, que contribuiriam para a desestabilização econômica no governo de Dilma, e, conseqüentemente, do país. A reportagem do G1 (2015) coloca que “A aprovação da proposta [...] ocorre uma semana depois de a presidente Dilma Rousseff fazer uma ampla reunião com governadores para pedir apoio contra as “pautas-bomba” no Congresso Nacional”.

A respeito das manifestações antigoverno que ocorreram em 2015 e mais em 2016, a verdade é que muitas pessoas que foram às ruas desconheciam os pormenores do pedido de

abertura do processo de *impeachment* contra a presidente. Assim como o MBL, apresentado anteriormente, outros dois grupos também foram destaque em se tratando das manifestações antipetistas, que são o Vem Pra Rua, também criado em 2014, sendo seu principal líder Rogério Chequer (atualmente integrante do Partido Novo), que na ocasião de 2015, apesar de se posicionar contra o *impeachment* da presidente, era contrário ao intervencionismo do Estado e defendia a meritocracia a partir da escolaridade média; O Vem Pra Rua é de atitude moderada e esteve ligado à Juventude do PSDB. Além desses dois, há também o Revoltados On Line, liderado por Marcello Reis, que compartilha da atitude reacionária do MBL, mas aparece de maneira mais violenta, defende o intervencionismo militar e seu destaque teria começado já em 2013 a partir de atitudes intolerantes de seu criador; talvez seja, entre os grupos, o mais abertamente adepto à propagação de notícias sensacionalistas e especulações.

Em 2015 e 2016 os protestos passaram a ser marcados pelas cores verde e amarela, bandeiras brasileiras, caricaturas demonizadas de Dilma, o pato da Fiesp, os bonecos vestidos com roupa de prisão de Lula e Dilma e o apoio a Sergio Moro e à Operação Lava Jato. Segundo o Datafolha (2016), a manifestação na Avenida Paulista do dia 13 de março de 2016 contava com participação de cerca de 500 mil participantes, sendo “A maioria [...] do sexo masculino (57%), e a idade média registrada foi de 45,5 anos. Os manifestantes mais escolarizados, com ensino superior, eram 77%, e os demais tinham escolaridade média (18%) ou fundamental (4%)”. A pesquisa afirma que o perfil da manifestação seguiu a mesma linha do que o das manifestações de 2015. Ainda de acordo com a pesquisa divulgada, 77% das pessoas se autodeclararam brancas, 15% pardas, 4% pretas e 3% amarelas. Na ocasião, o partido mais apontado como preferência fora o PSDB, com 21%.

Apesar de não refletir o perfil integral da sociedade brasileira, as manifestações foram publicizadas como sendo a voz e o reflexo do mesmo teor de críticas do que a totalidade da sociedade civil.

De acordo com o Datafolha (2016), fora a maior manifestação política já ocorrida na capital paulistana até então, e ocorreu apenas alguns dias depois de a Lava Jato fazer a condução coercitiva do ex-presidente Lula, que ocorrera no dia 4 de março. A condução coercitiva do petista aconteceu sem que o mesmo tivesse se recusado a depor diante de intimação. Neste caso, devido à fixação com a imagem de Lula, a reação recaiu sobre Dilma Rousseff. O PSDB chegou a convocar a própria militância para a participação no ato.

Houve também uma manifestação pró Dilma, ocorrida no dia 18 de março. O público, porém, foi estimado em 95 mil pessoas, segundo o Datafolha, e publicado pela Veja São Paulo (2016). “Apesar de a esquerda ter comparecido em peso, as camadas populares

permaneceram indiferentes. O lulismo não preparara a sua base para a contrarrevolução [sem revolução], pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória” (SINGER, 2018. p. 279). Lula discursara que era preciso restabelecer a “paz”, e que entrava em cena na tentativa de contribuir na recuperação da imagem de Dilma; pode, entretanto, ter gerado o efeito contrário naquele momento, e prejudicado a presidente.

Em suma, os fatores que levaram o Governo Dilma a cair em crise até sua destituição, associando a crise econômica a uma crise política, foram: O crescimento econômico em desaceleração, prejudicando a arrecadação do Estado, que ficara apertado para continuar a manutenção dos investimentos sociais, o que é, entre outras coisas, uma consequência do reformismo, que não transpõe o modelo econômico neoliberal. A instabilidade política causada pela erupção dos escândalos de corrupção envolvendo diversos partidos políticos em tramas articuladas através de empresas estatais, colocados à luz do dia pela Operação Lava Jato, sem deixar de lado a variável de judicialização da política e, portanto, a contradição da operação. A interrupção da coalizão governista [com o PMDB] e o protagonismo de Eduardo Cunha e Michel Temer em torno da abertura do processo de impeachment contra a presidente. A reorientação política da presidente na direção do neoliberalismo de austeridade fiscal, e consequente redução de investimentos progressistas para passar a sustentar expectativas rentistas do setor financeiro, ainda que não por completo. E, por fim, a ausência de reformas políticas democratizantes de maior extensão estrutural (exemplos: a tributação progressiva e regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, democratização da mídia, entre outras). Já dentre as consequências, uma das crises que mais se destacam até hoje é a do desemprego e a político-ideológica.

### **A construção e a consumação do Golpe no parlamento**

A partir de toda essa contextualização das condições políticas do período em questão, parto para os desdobramentos parlamentares e jurídicos específicos do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. A notícia datada de 1 de dezembro do ano de 2015, pela Folha de São Paulo (2015), anuncia a manchete “Cunha ameaça impeachment, e petistas discutem salvá-lo”. No corpo da reportagem, a informação, “Com [...] Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ameaçando deflagrar processo de *impeachment* [...] caso o PT não ajude a salvar o mandato dele, os petistas [...] discutem a possibilidade de [...] rever a posição e votar para enterrar o processo de cassação”. No dia seguinte, a Folha (2015) divulga uma segunda manchete, sendo, “PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar o impeachment de

Dilma”. Essa notícia nos revela o início do “jogo de tabuleiro” sendo jogado no Congresso Nacional, o que nos leva para os acontecimentos posteriores.

Para dar início à exposição dos fatos, se faz necessário termos em mente algumas composições legais do Congresso Nacional e suas funções, começando pelo Conselho de Ética da Câmara, que tem, sinteticamente, a tarefa de observar o e garantir a funcionalidade ética da Câmara dos deputados, cabendo ao Conselho o poder de instaurar processos disciplinares aos deputados e deputadas, podendo chegar a punir o/a parlamentar com a cassação (perda) do mandato. Os nomes que compõe o Conselho de Ética são indicados e então aprovados no Plenário do Senado. Isso é o que tem a ver alguns parlamentares do PT considerarem votar a favor de Eduardo Cunha no primeiro momento, conforme colocado no parágrafo anterior. Quer dizer, deputados petistas que compunham o Conselho de Ética consideravam, “em nome da governabilidade”, favorecer a Cunha na ideia de que assim conseguiriam negociar a não abertura da votação de um processo contra a presidente por ele, então presidente da Câmara.

Como já sabemos, os acontecimentos se estenderam da abertura à conclusão do processo de *impeachment* contra Dilma, afastando-a definitivamente do poder. O pedido de *impeachment* da presidente, protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior pediu a abertura do processo baseado em “pedaladas fiscais”, que se tratam de operações contábeis praticadas pelo Governo Federal, neste caso, como representante maior executiva, por Dilma Rousseff, que neste contexto, teria a finalidade de projetar para o futuro [no limite se deu próprio mandato] os déficits orçamentários. Quer dizer, gastos além dos limites previstos por lei, nos anos de 2014 e 2015. Desta forma, como consequência, houve o atraso no repasse de finanças aos cofres públicos que são responsáveis pelo pagamento de programas federais em andamento.

As pedaladas fiscais se tornaram o tópico mais comentado do processo de *impeachment*. Os juristas responsáveis pelo pedido da medida contra a presidente consideraram irregulares as edições feitas pelo Governo Federal em decretos de suplementação orçamentária – que na verdade vieram a ser aprovados pelo Congresso Nacional –, que teriam sido editadas anteriormente à aprovação congressional, de modo a abrir crédito para projetos da área da educação, previdência, trabalho e cultura; outro para órgãos do Executivo e um último para despesas com o Judiciário. A defesa da presidente argumentara que os créditos não aumentaram os gastos do Governo Federal, apenas reajustaram gastos de acordo com a necessidade identificada em cada área, discussão que foi ignorada pelo Senado. Sobre a presente discussão, André Singer (2018, p. 16), elucida que

“[...] os decretos faziam parte da rotina administrativa até outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática reprovável. Os senadores que condenaram Dilma resolveram aplicar a decisão de forma retroativa, o que não faz sentido”. A defesa da presidente trouxe como argumento que a verificação da legalidade dos rearranjos de crédito é feita através de um sistema eletrônico de acordo com a lei vigente. E o sistema, portanto, não teria acusado irregularidade nas ações de crédito da presidente.

Ademais as questões apresentadas judicialmente por ambas as partes e descritas nos parágrafos anteriores, a configuração de como o processo de *impeachment* se deu contra Dilma, partindo de um deputado naquele momento investigado com provas contra ele, e pouco tempo depois condenado e preso, configura parte importante da leitura de um Golpe Institucional. Em dezembro de 2015, aliás, a Polícia Federal encontrou um material manuscrito em residência do deputado Eduardo Cunha, contendo a comparação entre os postos ocupados pelo PMDB e apadrinhados políticos de peemedebistas durante os Governos Lula e Governos Dilma, apontando a perda cargos em órgãos federais como Correios, Anatel, Furnas, Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Funasa (Fundação Nacional de Saúde), DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e outros. A operação fora denominada Catilinárias e integrara as investigações da Lava Jato. As fotografias dos manuscritos podem ser acessadas através da reportagem divulgada no site da revista Veja (2017). Também faz parte da leitura a análise da atitude de Michel Temer junto do Senado, que “[...] comandou pessoalmente a luta para impedir Dilma, teve que oferecer cargos no Banco do Nordeste, Furnas, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Itaipu etc. para conseguir os 54 votos de que precisava” (SINGER, 2018. p. 15).

Outros episódios ocorridos durante o processo de *impeachment* de Dilma também reforçam o caráter da abertura do processo em momento oportuno, ancorado na insatisfação manifesta nas ruas pela população brasileira, conforme já discutido, diante da conjuntura dos escândalos de corrupção envolvendo políticos de diversos partidos, taxas crescentes de desemprego e violência, queda do PIB e da renda média da população, e a oposição midiática de grandes veículos de comunicação ao Governo Federal – que ora se apresentara de função informativa e ora se apresentara de leitura sectária –. Episódios como o diálogo gravado entre o senador Romero Jucá (PMDB) e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, em que falam sobre uma estratégia de contenção da Operação Lava Jato a partir do que chamam de uma “mudança no governo” também endossam tal leitura.

O diálogo supracitado contém os famosos dizeres de Romero Jucá: ”Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o Governo e estancar essa

sangria”, ele continua, “Eu acho que a gente precisa articular uma ação política”; Sérgio Machado em certa altura do diálogo responde, “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional”; Jucá acrescenta, “com o Supremo, com tudo”; Machado concorda, “Com tudo, aí parava tudo”.

A preocupação de Romero Jucá e Sérgio Machado exposta acima ocorre em função de, devido à oposição das ruas aos desdobramentos do Governo Dilma, às investigações com andamento hábil durante o exercício do mandato da presidente e à imprensa focada diante da conjuntura terem tornado as circunstâncias difíceis para a escaparem ilesas personalidades de peso da política e empresariado da Operação Lava Jato. Os trechos divulgados do diálogo e vídeos veiculados com o áudio podem ser acessados, entre outras possibilidades, através da reportagem publicada na Folha de São Paulo (2016), sob manchete “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato”.

É importante destacar que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi finalizado no dia 31 de agosto de 2016, e o partido no qual é filiado o presidente Michel Temer oficializou o rompimento com o PT desde o dia 29 de março de 2016, em reunião sob comando do “primeiro vice-presidente do PMDB, senador Romero Jucá” (G1, 2016). O G1 (2016) traz em notícia referente à reunião um fragmento da fala do senador: “A partir de hoje, nessa reunião histórica para o PMDB, o PMDB se retira da base do Governo da presidente Dilma Rousseff e ninguém no país está autorizado a exercer qualquer cargo federal em nome do PMDB”.

O idealizador da moção de retirada do PMDB da base do governo petista fora Geddel Vieira Lima, que após o *impeachment* se tornou ministro da Secretaria de Governo de Temer, pedindo demissão em novembro de 2016 por ter sido acusado de pressionar liberação de obra no centro histórico de Salvador. Mais tarde, em 2017, na operação chamada Tesouro Perdido, desdobramento de investigações de fraude na liberação de créditos pela Caixa Econômica Federal, a Polícia Federal encontrou aproximadamente 51 milhões de reais em dólares e reais apreendidos em apartamento marcado pelas digitais do ex-ministro.

Em se tratando de Golpe, a mesma Câmara dos Deputados que discursou contra a corrupção e a favor dos valores da família tradicional, oferecendo o voto “Sim” à abertura do processo a suas próprias famílias durante a votação contra a petista Dilma, rejeitou por duas vezes a abertura de investigação de denúncias envolvendo o peemedebista Michel Temer feitas em 2017 pelo então procurador geral da República, Rodrigo Janot, sob as acusações de

corrupção passiva e posteriormente obstrução à justiça e organização criminosa devido a áudios grampeados<sup>8</sup>.

Não podemos dizer que o mais coerente diante dessa conjuntura seria a desmobilização, tanto dos movimentos de direita – que contra o governo petista se organizaram, e em que o Congresso justificou a destituição de Dilma Rousseff – que nada manifestaram aqui, quanto na falta de organização e tática de movimentos de esquerda que, digo diante da sensatez, esbarraram, entre outras coisas, na dificuldade de ampliar a socialização da discussão para além da academia e dos movimentos sociais partidários ou apartidários, se distanciando da população em geral, inclusive a partir da pressuposição de que os setores populares do Brasil se mantinham confiantes na esquerda somente pelo impacto positivo da provisória inclusão pelo consumo, e não se destacaram no enfrentamento a Temer.

Para endossar a discussão apresentada até aqui sobre a luta parcial organizada “contra a corrupção” de uma parcela da sociedade brasileira, o professor Armando Boito Jr. nos oferece uma perspectiva que contribui para a reflexão do pano de fundo do processo de *impeachment* de 2016 discutido até aqui. Nas palavras do autor:

Na crise atual, esse fenômeno da dissimulação aparece, de modo exemplar, na pretensa luta contra a corrupção. De um lado, teríamos um governo e um partido corruptos e, de outro, um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública. Muitos são os elementos que permitem indicar o caráter dissimulador desse discurso. O arco de partidos oposicionistas instaurou, após o afastamento de Dilma, um governo interino repleto de denunciados, investigados e condenados pela justiça. O próprio presidente interino foi condenado por crime eleitoral e está inelegível por oito anos (BOITO JR., 2016. p. 25).

A respeito do crime eleitoral referenciado por Boito Jr. (2016) no trecho anterior, Michel Temer foi condenado no dia 3 de maio de 2016 pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo por ter doado uma quantia de dinheiro acima do limite previsto para doações pessoais, com base no limite sancionado em 2014. Ele teria doado quantias de dinheiro a dois diferentes candidatos de seu partido [PMDB] a deputados federais do Rio Grande do Sul. Temer foi condenado a pagar multa e desta forma teria se tornado inelegível por oito anos conforme a Lei da Ficha Limpa [reformada em 2010]. A assessoria do presidente disse que ele teria excedido o limite do valor das doações em função de erros de cálculo e que a Justiça ainda não o declarou definitivamente como inelegível. A reportagem “Temer é ficha-suja e fica inelegível por 8 anos, diz promotora eleitoral” pode ser acessada pelo endereço virtual do G1 (2016).

<sup>8</sup> Em 2019, Michel Temer fora absolvido da acusação de obstrução à justiça. A sentença afirmara que o conteúdo do áudio da conversa entre Temer e o empresário Joesley Batista seria uma prova “frágil”. Entretanto, “O ex-presidente Michel Temer responde a mais cinco ações penais e vários inquéritos que correm em Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro” (G1, 2019).

Ainda utilizando do mesmo texto de Boito Jr., chamo atenção para o fato de que diante das circunstâncias da macropolítica brasileira, há uma leitura de que a esquerda se opõe a que as investigações contra esquemas de corrupção aconteçam, baseada em inversões das diretrizes e pautas sociais dos diversos movimentos. O debate proposto é, na verdade, sobre a forma como os representantes do poder Judiciário podem agir com parcialidade, “[...] como burocratas do Estado e também como agentes da alta classe média” (BOITO JR., 2016. p. 25), privilegiando aos interesses da elite econômica, e como a judicialização da política fragiliza a democracia parlamentar por causar uma sensação de desconfiança no Judiciário por parte da população.

Conforme o abordado no capítulo anterior, Marx pontua que de tempos em tempos, quando a sociedade supostamente precisa ser salva da ameaça do socialismo, até mesmo políticas de linha liberal e aparência progressista são gradativamente reprimidas, é a “contrarrevolução sem revolução” a que Singer (2018, p. 17) se refere. A questão traz à tona elementos de outra discussão, paralela, e aponta para o fato de que parte dos políticos do PT, ainda que devam ser questionados sobre suas contradições entre discurso do Partido em contraposição com alianças e práticas apresentadas em gestão, são mais escrachados na sociedade civil do que outros políticos, pertencentes aos demais partidos também citados pela Operação Lava Jato, mesmo quando não enfrentam julgamentos na Justiça. A respeito do tema da corrupção, “O historiador Pedro Henrique Campos entende que a prática de pagamento de propinas “se consolida” na ditadura de 1964” (*apud* SINGER, 2018. p. 253), que “São indícios de que o “esquema” veio antes da República, dá um salto em 1945, se consolida na ditadura e permanece nos governos da redemocratização” (SINGER, 2018. p. 254), e que as práticas corruptas teriam tido início ainda anteriormente à independência do Brasil. Quero dizer, é um tema de relevância e não deve ser limitado e nem banalizado da forma como ocorrido.

Não há aqui argumento a favor de consentir crimes de corrupção ou de qualquer outra natureza cometidos por políticos, ao contrário, pois a corrupção é parasitária da máquina pública. Mas há o argumento de que existem partidos políticos com números e/ou percentuais relevantes de parlamentares investigados por estarem supostamente envolvidos com esquemas de corrupção, parte com provas contra os mesmos tramitando na Justiça, e que parecem ser fatos desconhecidos ou ignorados por uma parcela da sociedade civil, já que dentre todos os partidos que se articularam com a velha política, o antipetismo se transformou em uma espécie de grande símbolo de agitação “anticorrupção” para mobilizar multidões. São partidos como o PP, PMDB e PSDB.



De acordo com a reportagem do Congresso em Foco (2017), “[...] o ranking das bancadas mais enroladas fica assim: PP (65%), PT e PDT empatados (48%), PSDB (46%) e DEM (45%)”, mas “Há duas agremiações [...] com 100% de suas bancadas sob suspeita. A primeira delas é o PSL [Até então com dois representantes], [...]. A outra é o PTC, cujo único representante no Congresso é o senador Fernando Collor (AL)”.

Sabemos que o fato de o PT ter estado no poder por cerca de uma década e meia o torna um partido em evidência, é verdade. Entretanto esta justificativa por si só não dá conta das acusações feitas a partir do ‘antipetismo’. Não há como dispensar, desta forma, que parte da estrutura do antipetismo, mesmo que não inteira, se baseia também na tensão entre classes sociais a partir de preconceitos estruturais da História do Brasil, que mantém grupos da população à margem para conservar a manutenção da ordem e preservar a lógica que garante com que um setor da população tenha mais acesso às “modernidades” e bens de consumo do que outros – o que se apresenta, muitas vezes, de maneira discreta, mas mantendo a composição social dividida –, e por isso [e outros fatores] a oposição ao PT das vertentes de esquerda costuma rejeitar o antipetismo.

A temática da luta contra a corrupção, da forma como fora feita, está ligada principalmente aos setores mais tradicionais da classe média, que procuraram trazer a centralidade do combate à corrupção colocando-a como pauta universalista, ou seja, que engloba os interesses comuns e mais genéricos de toda a sociedade, o que possibilitou a conquista de algum apoio popular e impulsionamento do movimento sem que se prolongassem em debates sociais críticos e conscientes. A pauta da corrupção acabou acima das restantes reivindicações sociais, e não em conjunto com elas, o que parece ter um pano de fundo diferente do interesse de bem estar coletivo. Conforme argumenta Boito Jr. em publicação da revista *Le Monde Diplomatique* Brasil (2019), o núcleo tradicional da classe média parece ter reivindicado a “limpeza” da imagem do Estado não por justiça social, mas para que o Estado tenha preservada sua imagem de justo, o que supostamente garantiria legitimidade à meritocracia.

E para finalizar a exposição do tópico, retomo a referência ao Governo Michel Temer, que será também objeto de discussão do próximo capítulo. Temer foi notificado pelo Senado Federal e assumiu o Governo provisório durante o período de afastamento de Dilma Rousseff após a aprovação da abertura do processo de *impeachment* pelo Senado no dia 12 de maio de 2016, e assumiu definitivamente o mandato no dia 31 de agosto de 2016. Fora pontuada ao final do primeiro capítulo a definição tradicional de Golpe. Sabemos, a essa altura, que não se trata de um Golpe de Estado em seus moldes usuais. A leitura do processo de *impeachment*

como Golpe nunca questionou a possibilidade de haver a abertura de um processo de impugnação de um(a) presidente de República, pois é, sim, previsto constitucionalmente. Questiona-se as motivações e elementos jurídicos (por abrirem brecha para interpretações em sentidos opostos) do caso de *impeachment* de 2016 contra Dilma Rousseff. Fazendo referência à peculiaridade presente no caso, gostaria, finalmente, de transcrever as palavras do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, advogado de defesa de Dilma durante o processo de *impeachment*:

[...] Golpe é a ruptura da institucionalidade; Golpe é o rompimento de uma Constituição; Golpe é a negação de um Estado de Direito; não importa se ele é feito por armas, não importa se ele é feito com canhões ou com baionetas caladas. Se ele é feito com um simples rasgar de uma Constituição, sem supedâneo, sem base em fática, ele é Golpe. O mundo atual não tem assistido mais, pelo menos em vários continentes, Golpes militares, por isso hoje se buscam discursos retóricos, se buscam discursos de formulação de falsos ingredientes jurídicos para se justificar a violência, e isto é grave (EXCELENTÍSSIMOS, 2018. 1:10:03, transcrição nossa).

### **As reformas neoliberais do Governo Temer**

Após a consumação do processo de *impeachment* contra a presidente eleita Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer ficou conhecido por lançar medidas polêmicas que revogaram o programa eleito de chapa e modificaram a legislação brasileira rumo à radicalização do neoliberalismo, dentre as quais se destacam quatro, que são: A Reforma do Ensino Médio; a Reforma da Previdência; a PEC do congelamento do teto de gastos públicos por 20 anos, que se transformou em Emenda Constitucional nº 95 – esta que será alvo de mais extenso destaque de análise no próximo capítulo, por impactar diretamente em assuntos referentes ao Ensino Superior público no Brasil –, e, por último, a agenda que fora mais recente e ampla no Governo Temer, a Reforma Trabalhista.

No que se refere à Reforma do Ensino Médio, “A lei tem origem na Medida Provisória do Novo Ensino Médio. Como foi alterada na comissão mista e na Câmara dos Deputados, a [Medida Provisória] MPV 746/2016 foi aprovada no Senado [...] sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016”, de acordo com a Agência Senado (2017). A própria Agência (2017) pontuou que senadores da oposição fizeram críticas à reforma por ter sido concretizada a partir de uma MPV, isto é, sem que houvesse debates com profissionais da área da educação, estudantes, especialistas no tema e sociedade civil. Entre outras finalidades, o PLV 34/2016 altera o Ensino Médio a partir da segmentação das disciplinas escolares em áreas gerais de conhecimento (ciências humanas e sociais aplicadas; ciências da natureza e suas tecnologias; linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e formação

técnica e profissional), tendo o aluno que fazer opções dentre as áreas. Continuam algumas disciplinas como obrigatórias, já outras podem até deixar de ser oferecidas pelas escolas. Bem como prevê a implementação do ensino integral, aumentando a carga horária do Ensino Médio. Além disso, “Os sistemas de ensino médio poderão firmar convênios com Instituições de educação à distância” e “A formação de docentes em nível superior para atuar na Educação Básica poderá ocorrer na forma de licenciatura plena em qualquer faculdade, e não apenas em universidades ou institutos superiores de educação”, segundo o site da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical dos ANDES-SN [APUFPR-SSind] (2017), que também aponta que profissionais com qualquer graduação terão permissão de dar aulas no Ensino Médio, desde que tenham feito curso de complementação pedagógica.

Referente à Reforma da Previdência, a proposta do Governo Temer fora representada burocraticamente pela atividade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 de 2016, a maior proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro desde a implementação da Constituição Federal de 1988, cujo exame fora suspenso no ano de 2018 devido à intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, que proíbe o trâmite de PEC e alterações na Constituição antes que intervenções sejam publicadas no Diário Oficial (AGÊNCIA SENADO, 2018). A tramitação da Reforma da Previdência fora retomada no ano de 2019 pelo Governo Bolsonaro, sob atividade reformulada como PEC 6/2019, com redação bastante semelhante à proposta pelo governo de Michel Temer no que se refere ao Regime Geral de Previdência Social, mas restringida em determinados aspectos. A PEC 6/2019 fora conclusivamente aprovada pelo Plenário do Senado no dia 23 de outubro de 2019, e deverá ser promulgada em meados de novembro de 2019. Vale lembrar que até o final de todo o processo restante de tramitações referentes à seguridade social, algumas questões pendentes como o Projeto de Lei (PL) 1645/2019, tratando designadamente do caso dos militares, e demais pendências, deverão ser discutidas possivelmente reajustando o texto da PEC. O texto pode ser acessado na íntegra através da Agência Senado (2019).

Por último, a Reforma Trabalhista trata-se da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de primeiro de maio de 1943 –, estando válida no país desde novembro de 2017. Um dos principais argumentos a favor da nova legislação fora de que seria supostamente mais vantajoso para trabalhadoras e trabalhadores ter flexibilizada a CLT para que se pudesse incentivar a geração de novos empregos no país, incluindo a novidade da modalidade

intermitente<sup>9</sup>, ainda que mais precarizados em determinados aspectos, do que seria vantajoso mantê-la tal qual era no cenário de crise crescente de desemprego. As alterações na CLT que passaram a vigorar podem ser consultadas diretamente no site do Planalto (2017). Além disso, a Reforma em questão prioriza acordos coletivos em detrimento da CLT em diversas questões trabalhistas, como férias, intervalos de trabalho, jornada de trabalho, entre outras. Anteriormente à principal Reforma Trabalhista, outra importante lei também fora sancionada pelo Governo Temer no que se refere ao tema trabalho, a Lei nº 13.429/2017, apelidada como “lei da terceirização”, abrindo permissão legal para que empresas terceirizem inclusive a execução de suas atividades elementares, as atividades-fim.

Essas reformas, portanto, representam importantes agendas de um governo que teve a proposta de fazer alterações em legislações brasileiras com a finalidade de mexer em questões importantes como as relações trabalhistas, a previdência social e a educação, tornando tais políticas mais mercadológicas conforme o receituário neoliberal.

---

<sup>9</sup> A modalidade intermitente de trabalho, uma das alterações que se destacaram a partir da Reforma Trabalhista, consiste no contrato de trabalho no qual a prestação de serviços contratada não ocorre de maneira contínua, e sim alternadamente entre períodos ativos de prestação de serviços e de inatividade. A remuneração ocorre de acordo com as horas ou dias trabalhados, e por isso a trabalhadora ou o trabalhador que presta serviços nessa modalidade não possui controle sobre sua renda mensal, que é variável, como é o caso de trabalho informal.

### CAPÍTULO III – OS RUMOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA APÓS O GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016

A Constituição Federal de 1988 contemplou reivindicações referentes ao Ensino Superior, estabelecendo a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e Instituições gratuitas de Educação Superior, instituindo o ingresso por concursos públicos. A partir daí, as reivindicações que se destacaram partindo do funcionalismo público dessas instituições, movimento estudantil e sociedade civil foram a gerência integral orçamentária, com a finalidade de garantir a viabilidade da aplicação da autonomia das Instituições e o aumento da quantidade de vagas disponíveis para matrícula em cursos do Ensino Superior público (SAVIANI, 2010).

Saviani (2010) explica que no Brasil, a partir da década de 1980, se apresentou a distinção entre as universidades de pesquisa e universidades de ensino pelo Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), criado pelo então Ministro da Educação na gestão de José Sarney (1985-1990), Marco Maciel. Tal orientação foi implementada no Ensino Superior na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) pelo Decreto 2.306 de agosto de 1997, através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). “Esse decreto introduz, na classificação acadêmica das instituições de ensino superior, a distinção entre *universidades e centros universitários*. Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, [...] que não necessita desenvolver pesquisa”, aponta Dermeval Saviani (2010, p. 11). Ele chama atenção para o fato de os centros assumirem uma condição de alternativa de baixo custo para oportunizar a expansão do Ensino Superior público, “em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as *universidades de pesquisa* que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o [...] caráter elitista” (SAVIANI, 2010. p. 11).

De acordo com o autor, essa é uma perspectiva que busca moldar a conjuntura do Ensino Superior público desde então, marcada pela tentativa da incorporação das demandas de mercado, pela tendência de tratar a Educação Superior em si como mercadoria e pela busca de captação de capital internacional, retendo o estímulo à expansão das universidades públicas nessas circunstâncias.

No Brasil, a partir da década de 1990, o governo federal e a elite econômica e financeira brasileira consentiram com a crescente intervenção direta das Instituições financeiras internacionais na política nacional, não apenas nas políticas educacionais, mas das

pastas como um todo, com a aplicação gradual conforme possível do receituário proposto pelo Consenso de Washington (referenciado no capítulo anterior do presente texto), favorecendo a empresas transnacionais e ao setor financeiro internacional, e restringindo a oferta de variados serviços pelo Estado.

A década de 1990 ficou marcada, portanto, pelo choque entre as frentes que faziam defesa à efetivação da Constituição Federal de 1988 e aquelas representadas pela efetivação do projeto de reforma estatal a partir da política neoliberal, modelada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que fora projetado por Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da Administração e Reforma do Estado em 1995, gestão Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de as universidades brasileiras continuarem a prestar um serviço de excelência diante da conjuntura, o resultado foi que cada vez mais no Brasil quem tem acesso a demais serviços que se prestam de maneira mais ágil e estruturada é, generalizando, quem tem dinheiro para bancar os altos valores pagos pelos serviços da iniciativa privada. Embora, é claro, o Estado ainda não tenha deixado de fornecer serviços que funcionam e são indispensáveis para grande parcela da população brasileira.

Além do mais, o fato é que diferentemente dos objetivos planejados com as estratégias propostas na ocasião do Consenso de Washington, os países devedores não findaram o pagamento de suas dívidas através das estratégias adotadas por suas respectivas reformas neoliberais. Pelo contrário, na generalidade se encontram atualmente mais endividados e com populações mais desiguais socialmente (SILVA, 2005).

No que se refere às políticas educacionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) propõe desde 1999 a inclusão da educação na lista dos direitos comercializáveis e submetidos às normas da Organização, e, portanto, do mercado internacional. De acordo com a pesquisa realizada por Mota Junior e Maués (2014), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a OMC e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm orientado reformas educacionais no Brasil e na periferia capitalista em geral há cerca de duas décadas, com a finalidade de contornar crises estruturais do sistema de produção capitalista e adequar à força de trabalho dos países em desenvolvimento às exigências do mercado e reestruturações de processos produtivos (que os autores dão como exemplo a crise do Fordismo). Ainda, apontam que as reformas educacionais em perspectiva neoliberal foram orientadas a partir dos diagnósticos e orientações do BM, em especial durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, o que pode ser endossado a partir do seguinte trecho, de acordo com Azevedo e Lara (2011), conforme citado por Mota Junior e Maués (2014):

O alinhamento estratégico entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e o Banco Mundial era tamanho, nesse período, que os principais quadros responsáveis pelo governo brasileiro em matéria de educação, a começar pelo Ministro, já haviam feito parte do *staff* como diretores ou como consultores das agências que compõem o Grupo Banco Mundial e outras agências multilaterais. É o caso, por exemplo, de Paulo Renato Souza (Ministro da Educação durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso), Guiomar Nano de Mello (membro do Conselho Nacional de Educação a partir de 1997 até o fim do mandato de FHC) e Cláudia Costin (ex-ministra da Administração), entre outros (Azevedo; Lara, 2011) (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014. p. 1139).

Antes de dar continuidade à temática mais atual das consequências do Golpe no Ensino Superior público do Brasil nos governos de Michel Temer, de agosto de 2016 à primeiro de janeiro de 2019, e Jair Bolsonaro no ano de 2019, regressarei em alguns governos para melhor classificar as condições do Ensino Superior do país na década de 1990, com foco no Governo FHC, com o objetivo de resgatar algumas das mais essenciais determinações econômicas, ideológicas e políticas que estimularam o avanço das privatizações no Estado brasileiro, e para demonstrar que a tentativa do setor financeiro de abarcar ao Ensino Superior oferecido pelo Estado no Brasil através da lógica de mercado não é novidade, e sim a retomada de um projeto de radicalização do neoliberalismo, conforme o receituário imperialista.

A retomada da face mais radical do neoliberalismo no Brasil não se resume à área da educação, embora a Educação Superior represente no país uma possibilidade vasta de lucro à iniciativa privada nacional e internacional, sendo uma das áreas estatais remanescentes mais amplas. Neste capítulo mantereí o enfoque nessa área e não nas demais de direitos sociais atingidos pela neoliberalização.

No governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil assistiu a uma “modernização conservadora” do Estado, enquanto a economia era reformada passiva e rapidamente a partir da referência neoliberal, ampliando a liberdade e o poder político e econômico do mercado. Os gastos com direitos sociais entravam em declínio afetando o acesso e a qualidade dos serviços de responsabilidade do Estado (COHN, 2000). A área da educação, assim, fora afetada.

Na década de 1990 as questões sociais no Brasil passam a ser concebidas não mais como a totalidade de problemas econômicos e sociais causados pelas condições precárias de inclusão social e de trabalho, enfrentadas pela maioria da população, mas a partir daí sim como uma somatória de problemas fragmentados, entregues a setores variados de serviços de políticas públicas e programas sociais pouco articulados entre si. A fragmentação das necessidades dos sujeitos sociais consiste num processo de desregulamentação do contrato social, quer dizer, de desregulamentação dos padrões básicos de cidadania e democratização

dos direitos sociais fundamentais (educação, moradia, renda mínima, saúde, segurança pública, seguridade social, previdência, transporte público, etc.). O Estado transfere parcialmente sua responsabilidade de garantir a manutenção das necessidades sociais elementares para o âmbito da responsabilidade privada. As políticas sociais do governo de Estado devem ocorrer, a partir da lógica, dentro do limite do receituário neoliberal, respeitando a ordem do mercado financeiro, e a depender das condições fiscais do Estado (COHN, 2000).

De acordo com Amélia Cohn (2000), essa acentuação neoliberal, a partir da lógica da meritocracia, promove a naturalização da pobreza, e a pobreza passa a ser compreendida pelo senso comum como fatalidade, falta de sorte ou de esforço, fora da competência de solução da sociedade e do governo. Por isso, a tarefa do Estado passa a ser assistencialista, ou seja, a de atenuar parcialmente as condições de pobreza, mantendo passiva a participação popular na democracia e pouco transformando a realidade. A tendência a partir do assistencialismo é que cada vez mais o faça em parceria com empresas privadas. Embora, de modo geral, nós tenhamos a consciência de que o restrito setor mais rico da sociedade tenha a mesma concentração de renda do que a bruta maior parte dos setores sociais que vivem do trabalho assalariado<sup>10</sup>, a justiça social passa a ser vista como radical e a filantropia como construtiva, convenientemente complementando a responsabilidade do Estado.

Partindo dessa premissa, sigo a linha de raciocínio em direção à caracterização das políticas do Governo FHC e posteriormente ao recorte educacional, com discussão da mercantilização do direito de acesso à educação no país.

De acordo com Maria Abádia da Silva (2005), na década de 1980 a função do Estado na política educacional era a de execução, e na década de 1990 o Estado passa a ter sua função mais direcionada no sentido de coordenação da política educacional. Nesse programa comandado pelos interesses da burguesia associada à financeirização do capital internacional, não convêm os interesses nacionais e a autonomia do Brasil na divisão internacional do trabalho, o investimento em favor do bem estar da população, ou o investimento prioritário em Instituições de Ensino Superior de tripé integrado “ensino, pesquisa e extensão” (que desenvolvem ciência, tecnologias próprias e inovação), e sim naquelas Instituições que demandem menos recursos e formem força de trabalho apta às normas mais atualizadas da

---

<sup>10</sup> Em 2019, por exemplo, a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, publicou estudo de 2018 que comprova que “O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade mais pobre em 2018. Isso significa que a parcela de maior renda arrecadou R\$ 27.744 por mês, em média, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam [cerca de] R\$ 820.” (IBGE, 2019).



competição do mercado e do desenvolvimento econômico do capital. Nessa perspectiva, o investimento em educação deve ser realizado de acordo com a possibilidade de retorno para o avanço do mercado em curto prazo.

Apesar de a demanda em torno da reforma do Estado ter sido iniciada desde o começo da década de 1990 de maneira primária, tendo sido criado o Plano Nacional de Desestatização (PND), a dinâmica em torno da reforma tornou-se central no programa do governo na gestão de Fernando Henrique, que deu procedência à maior privatização ocorrida no Brasil até a atualidade (O GLOBO, 2017). Foram colocadas à venda diversas estatais com a finalidade de conter a dívida pública e minimizar os gastos do Estado com folha de pagamento do funcionalismo público, conforme as recomendações do Consenso de Washington.

O presidente à época considerava a administração do Estado em geral como demasiadamente burocrática, patrimonialista e ineficiente, e defendia a modernização estatal seguindo o padrão de Estado basicamente gerencial, pois compreendia que apenas através desses meios o Brasil poderia se associar ao grupo de economias desenvolvidas do sistema de produção capitalista. A Reforma do Estado significou, sobretudo, transferência para a iniciativa privada da maior quantidade possível de atividades passíveis de serem controladas pelo mercado, bem como significou estímulo à desestatização gradual de alguns serviços de responsabilidade do Estado.

Algumas das variadas críticas a processos de privatização apontam a perda de projeto de soberania nacional, já que a partir daí o país sofre com um crescente processo de desindustrialização, se questiona o fato de o Estado se desfazer de uma atividade lucrativa, fortalecendo o capital extrativo, e conforme aponta Figueiredo (2017), até mesmo se levanta questões de tática de segurança nacional. Vale pontuar que o agravamento da dívida pública não foi controlado a partir das privatizações, pelo contrário, a gestão FHC entregou o governo do Estado para a gestão Lula com um déficit ainda maior.

A partir de 1995 criou-se o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), e o Conselho Nacional de Desestatização (CND). Em 1998, o Governo FHC transformou a antiga Secretaria da Administração Federal no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), extinto em 1999 e tendo suas competências transferidas ao Ministério de Orçamento e Gestão, alterado em julho de 1999 para Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão [e a partir de maio de 2016, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão], cujo Ministro chefe fora Luiz Carlos Bresser-Pereira, levando ao todo à privatização de mais de uma centena de empresas, variadas entre o setor financeiro

[bancos], de transporte, de gás e saneamento básico, petroquímico, de mineração, siderúrgico, de energia e eletricidade, de telecomunicações e outros.

No quadro geral da educação, no Governo FHC se aprovava, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases, que colocava como prioridade do Estado a Educação Básica, colocando-a como direito público subjetivo, e a partir daí o Estado abrange como obrigação a democratização do Ensino Fundamental e Médio como um direito acessível a todas as crianças e jovens em idade escolar, embora, entretanto, tal democratização se afunile no Ensino Médio pela evasão escolar devido a diversos fatores. A prioridade do Ensino Básico, mas não do Ensino Superior e pós-graduações é o bastante, do ponto de vista do mercado, para capacitar o indivíduo a um nível básico de aprendizado e a adaptá-lo de cidadão para cidadão consumidor e trabalhador assalariado sem qualificação especializada, o que significa, popularmente dizendo, transformar o indivíduo em “mão de obra” barata.

A versão aprovada da LDB fora o formato mais sucinto e genérico, fazendo com que casos mais específicos ficassem omissos no documento e precisassem ser complementados através de outras legislações.

No caso das universidades, em conjunto com outros serviços oferecidos pelo Estado para os quais não abrangerei o destaque no presente texto, a legislação proposta era burocraticamente representada pela PEC de nº 173 de 1995, que promovia alterações na Constituição de 1988. A ideia sustentada pelo governo era de criar uma universidade pública não estatal, que, conforme o Ministério da Educação à época, consistiria numa universidade fundacional, a ser extinta e recriada como entidade pública não estatal. Sendo as etapas encaminhadas ao Congresso de concretização da universidade fundacional as seguintes:

Encaminhada ao Congresso a PEC Nº 173/95 [...] a Secretaria de Reforma do Estado do MARE já tornava público, em 1º de julho de 1995, o documento/roteiro denominado *Etapas para viabilização da aplicação da lei de organizações sociais na recriação de universidade pública a ser administrada por contrato de gestão*. Ele explicitava o que se deveria entender por **recriação de universidade pública não estatal**.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>a. Conforme intenção do Min. da Educação e do Desporto, indica-se uma universidade, autárquica ou fundacional, para ser extinta e recriada como entidade pública não-estatal.

b. O Ministro promove contatos com representantes da universidade e ser extinta e é iniciado o levantamento patrimonial, de recursos humanos e de serviços a serem assumidos pela nova entidade.

c. A indicação da entidade é submetida ao Conselho Nacional de Publicização para estudo da viabilidade e eventual recomendação.

d. Constitui-se uma Associação Civil ou Fundação de Direito Privado, “que deverá prever em seus atos constitutivos os requisitos para operar como deverá prever em seus atos constitutivos os requisitos para operar como Organização Social apta a celebrar contratos de gestão”.

- e. A nova entidade registra seu Estatuto em cartório de registro civil de pessoas jurídicas, não esquecendo de estabelecer entre seus objetivos a prestação de serviços de ensino público, sem fins lucrativos.
- f. Esta entidade apresenta-se ao Ministro e sua qualificação é analisada pelo Conselho Nacional de Publicização. Define-se (por quem?) a composição do Conselho Diretor desta entidade, por pessoas de “notória capacidade profissional e elevado espírito público”.
- g. Comprovada a habilitação desta Associação Civil ou Fundação de Direito Privado, o Conselho Nacional de Publicização propõe à Pres. da República a qualificação da entidade como Organização Social.
- h. O Presidente da República encaminha ao Congresso pedido de autorização legislativa para celebração de Contrato de Gestão com a Organização Social e extinção da IFES que será substituída pela nova entidade.
- i. Concedida a autorização legislativa, o Conselho Curador da Organização Social, seguindo as prioridades de política governamental estabelecidas pelo Ministro da Educação, “assumirá suas atribuições de designar dirigentes, dispor sobre a estrutura, definir diretrizes e objetivos e zelar pelo cumprimento das metas e finalidades da Instituição”.
- j. Definida a diretoria da Organização Social, tem início o processo de elaboração dos Termos do Contrato de Gestão e de transição administrativa da entidade estatal para a Organização Social.
- l. O Ministro, representando o poder público, deverá assinar o Contrato de Gestão e supervisionar sua execução, onde estarão claramente identificados os serviços e as ações a serem desenvolvidas, a alocação e as metas a serem alcançadas.
- m. O contrato terá vigência de dois a três anos, findo o qual serão avaliados os resultados e o correto cumprimento dos seus termos, mediante fiscalização do Tribunal de Contas da União (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001. p. 35 e 36).

Tendo em vista a admissão gradual dos interesses do mercado como meta prioritária pelas atividades estatais, a PEC 173/95 propunha que a responsabilidade sobre a produção acadêmica [entre outras produções, de outras naturezas] seria progressivamente orientada pela lógica de organização da produção capitalista contemporânea, devido à necessidade de estruturar a expansão do capital. A partir daí o novo papel da educação, no neoliberalismo, seria o de difundir os ideais e firmar a base do novo modelo de desenvolvimento.

Através de parcerias entre o Estado e Organizações Sociais de direito privado, o Estado não mais teria a responsabilidade direta, no caso das universidades, sobre pesquisas, extensões e laboratórios universitários, sobre a prestação de serviços de manutenção para as Instituições e seu suprimento financeiro em geral, e sim a responsabilidade de gerenciar os contratos de gestão de Organizações responsáveis pelas produções acadêmicas e por manutenções. Ou seja, o Estado estaria terceirizando sua responsabilidade de controle de qualidade daquilo que é resultado das Instituições públicas de Educação Superior e das condições dessas Instituições em geral, dando às universidades um caráter de fundação pública de direito privado, de funcionamento garantido por recursos da União e servidores da administração pública que poderiam ser deslocados de suas funções originais para atender às suas demandas, a depender da avaliação de desempenho das atividades da Instituição na prestação de serviços públicos, cujo parecer estaria submetido a superficiais critérios de crédito preestabelecidos.

A parceria, entre outros objetivos, teria, em tese, a finalidade de racionalizar os gastos da União com o serviço público de Educação Superior, aumentando a eficiência do ponto de vista mercadológico e as matrículas sem despesas adicionais. Mas na verdade teria principalmente o objetivo de contribuir com a redução do Estado, da descentralização da gestão e da responsabilidade constitucional de manutenção e investimento em serviços públicos, além do incentivo à procura por recursos financeiros juntamente a empresas privadas. À respeito, a privatização da educação pode se manifestar de diferentes maneiras, sendo uma delas “a redução e realocação de recursos estatais para a Educação Básica e superior, [...] [e] outra, a destinação de recursos públicos para o setor privado, seja pela concessão de benefícios tributários, seja pela isenção de impostos” (SILVA, 2005. p. 260).

Nesse sentido, ampliou-se a polêmica discussão sobre o tripé “ensino, pesquisa e extensão”, que de acordo com tal concepção de racionalização dos recursos das universidades públicas, deveria ser reduzido a uma quantidade restrita de Instituições, estas que seriam premiadas com maiores recursos do que demais universidades que ficassem exclusivamente dedicadas ao “ensino”. Na prática isso significa reduzir drasticamente e até extinguir alguns cursos que não forneçam produtos de interesse do mercado capitalista em curto prazo (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001).

A PEC 173/95 se tornou a Emenda Constitucional 19 de 1998, porém a emenda não obteve os resultados planejados pela gestão de governo, tendo êxito a âmbito estadual, mas não federal, embora mesmo estadualmente não tenham se efetivado as condições legislativas necessárias para sua aplicação nas políticas educacionais. Ou seja, a emenda não terceirizou o cotidiano administrativo das universidades públicas conforme o projeto inicial, tampouco das escolas estaduais e municipais. Porém, algum fundamento da EC 19/98 continuou a permear rotinas universitárias, a partir da compressão orçamentária e salarial técnica e docente, e da adesão desde 1995 à lógica da eficiência através de superficiais critérios produtivistas, digo, critérios que não investigam o cotidiano das Instituições de ensino qualitativamente, que vão de estudantes efetivamente formados, quantidade de pesquisas realizadas e serviços prestados. A privatização do Ensino Superior no Brasil teve êxito no período FHC a partir do crescimento da quantidade de Instituições e matrículas nas redes de Ensino Superior privadas com fins lucrativos, conforme será confirmado graficamente mais à frente no texto.

O pano de fundo dessa tentativa de transformar as rotinas administrativas das Instituições públicas de Ensino Superior brasileiras perpassa pela discussão sobre o peso das mesmas no orçamento do Tesouro Nacional, e este discurso se estende até o ano de 2019, o de ser inaceitável que o investimento em universidades públicas consuma grande parte dos

recursos orçamentários do Ministério da Educação e do Produto Interno Bruto (PIB) – no caso da Educação em geral –. Fazem-se comparações indevidas com o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) dedicado à educação e Ensino Superior em países de capitalismo desenvolvido, mas deixam de fazer referência ao fato de essas potências centrais do capitalismo contarem com recursos disponíveis numericamente maiores do que o brasileiro por estudante, o que possibilita que percentuais menores ou iguais aos do nosso país sejam destinados à Educação Superior com valor na verdade maior em dinheiro<sup>11</sup>. Perpassa-se também pela discussão do pagamento de mensalidades nas nossas Instituições. Colocam as universidades brasileiras como ineficientes, embora na década de 1990 e até hoje no Brasil tais Instituições representem a maior parte da produção e inovação científica do país<sup>12</sup>.

Conforme a adesão da lógica da eficiência por critérios produtivistas, o Governo FHC instituiu com a Lei nº 9.131 de 1995, de política avaliativa especificada pelo Decreto nº 2.026 de 1996, um sistema de avaliação do Ensino Superior, sendo o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como “Provão”, [e posteriormente o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE), reeditado no primeiro Governo Lula, em 2004], cujos critérios de avaliação dos cursos de graduação incluíam ensino curricular, titulação do quadro docente, acervo bibliográfico de acordo com a área de conhecimento e estruturas físicas, como laboratórios, salas de aula e equipamentos, e entre outros critérios, além da avaliação institucional por meio do desempenho estudantil geral na prova.

O chamado Provão era realizado por estudantes concluintes dos cursos de graduação por campos pré-definidos de conhecimento, por estado, região e tipo de Instituição de ensino, e a realização da prova estava associada à emissão do certificado de conclusão de curso da ou do estudante, ou seja, sem comparecimento ao Provão, sem diploma. Um dos objetivos da avaliação seria o de buscar maneiras de racionalizar as despesas com a Educação Superior

<sup>11</sup> Referente ao fato, o estudo *Education at a Glance*, publicado pela OCDE (2017) pode ser acessado *on-line* em língua inglesa. Com base nas conclusões do mesmo, a Revista *Época* (2019) divulgou a seguinte passagem:

“De fato, segundo dados do Tesouro Nacional divulgados no ano passado [2018], o Brasil gasta atualmente, em educação pública, cerca de 6% do PIB, valor superior à média da [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] OCDE (5,5%) — que engloba as principais economias mundiais — e de pares como Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) e Estados Unidos (5,4%). De acordo com os números, cerca de 80% dos países, incluindo vários países desenvolvidos, gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB.

A realidade é diferente quando se trata do gasto do país por aluno. O estudo *Education at a Glance 2017*, com números de 2014, mostra que a média dos países membros da OCDE era de US\$ 10.759 anuais por aluno, levando em conta todos os níveis de educação. Já o Brasil desembolsou apenas metade do valor: US\$ 5.610 anuais. A situação é melhor no ensino superior do que na Educação Básica: no primeiro, o investimento por aluno é de US\$ 11.066 por ano, pouco abaixo da média dos países da OCDE (de US\$ 16.143). Na Educação Básica, é baixo: fica em torno de US\$3.800 por aluno, menos da metade da média dos países da OCDE US\$ 10.106” (*ÉPOCA*, 2019)

<sup>12</sup> Referente aos dados de 2019, segundo dados disponibilizados pelo site da Academia Brasileira de Ciências (2019), as universidades públicas correspondem a cerca de 95% da produção científica brasileira.

pública, buscando onde suprimir orçamento. A natureza universal e obrigatória do ENC fora novidade na época, sendo o Brasil o único país a aplicar a obrigatoriedade de presença associada à emissão do diploma da ou do formando.

O ENADE, instituído através da Lei 10.861 de 2004, parcialmente reformulado por uma comissão responsável por sugerir alterações no sistema de avaliação formada no primeiro ano de governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva, manteve, na verdade, parte da estrutura e diversas características de abordagem avaliativa do ENC. As principais diferenças, mas não massivas, entre ambos os Exames seriam as seguintes:

- 1 O ENADE é aplicado para estudantes ingressantes e concluintes do curso sob avaliação, desta forma incluindo nos resultados uma aproximação da noção de “valor agregado”;
- 2 O ENADE avalia cada curso trienalmente, em lugar da frequência anual do Provão;
- 3 O ENADE promete ser referenciado a critério, baseando seus testes em padrões mínimos pré-determinados;
- 4 O ENADE se propõe a englobar várias dimensões em seu teste, de modo a cobrir a aprendizagem durante o curso (em lugar de apenas medir o desempenho dos alunos ao final do curso) e dar um peso maior às competências profissionais e à formação geral, com ênfase nos temas transversais;
- 5 O ENADE visa reduzir custos através da administração dos testes a uma amostra representativa;
- 6 O ENADE divulga seus resultados de forma discreta, com pouco alarde da mídia;
- 7 O ENADE se atribui um uso diagnóstico na medida em que se diz capaz de identificar as competências não desenvolvidas pelos alunos ao longo de 3 anos de escolarização superior; e,
- 8 O ENADE parte da premissa de que as Instituições e cursos utilizarão seus resultados como ingrediente em um processo avaliativo institucional mais abrangente (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006. p. 296 e 297).

O resultado obtido através da pontuação no ENADE é utilizado pelo Ministério da Educação para atribuir o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que consiste na nota que cada curso de graduação recebe de acordo com a análise feita por uma equipe de analistas do MEC, baseada em critérios que incluem o desempenho da amostragem de estudantes na prova e outras variáveis, como a infraestrutura de cada instituto de graduação, materiais didático pedagógicos do curso e titulação dos docentes. O Conceito é o que garante a continuidade de cada curso de graduação, por isso no caso de o CPC totalizar em 1 ou 2 (de 1 a 5), o MEC encaminha uma equipe técnica de avaliação para visitar o Instituto e reavaliá-lo, podendo aplicar medidas administrativas, e em caso de o desempenho do Instituto não obter melhora, o mesmo pode ser punido com a suspensão da abertura de novas vagas, podendo ser fechado.

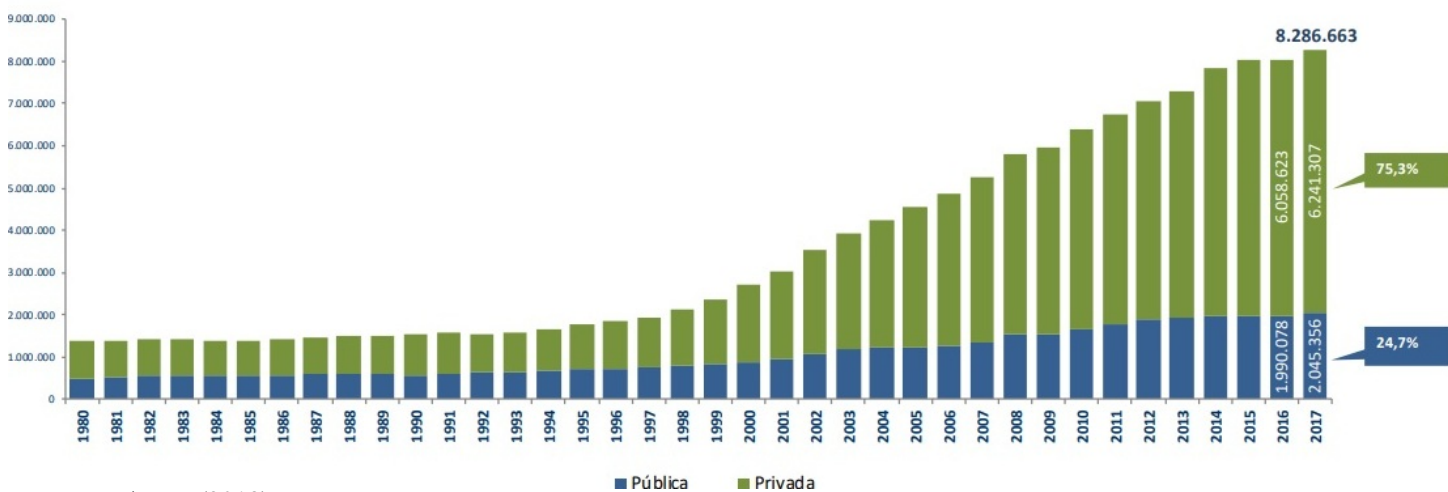
De acordo com Mota Junior e Maués (2014), o Banco Mundial exalta tais mecanismos de avaliação constituídos nas gestões FHC e Lula da Silva “como exemplos internacionais de políticas que contribuem para orientar os esforços técnicos e financeiros a serem manejados pelo Estado, em particular o incentivo à meritocracia no âmbito das escolas e entre os professores” (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014. p. 1143).

Para concluir essa etapa do texto e partir para questões da atualidade, retorno para a questão da privatização de maneira geral, com a finalidade de apresentar o gráfico (Figura 1), cuja fonte é o próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), que apresenta dados referentes ao número de matrículas em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, de 1980 a 2017. Como poderemos analisar, ainda atualmente no Brasil a maior parte do Ensino Fundamental e Ensino Médio<sup>13</sup> é pública, sendo estadual ou municipal, enquanto no Ensino Superior a lógica se inverte e a maior parte desse setor da educação é controlada pela iniciativa privada, indicando crescente movimento de privatização do Ensino Superior no Brasil, e mais do que isso, mostrando, numericamente, o quanto o acesso ao Ensino Superior público está defasado em relação à demanda da população do país e deveria se expandir para tornar-se, de fato, democrático.

Aliás, é evidente que a defasagem entre a oferta e demanda favorece a efetivação da Educação Superior como mercadoria, por abrir espaço para a criação de Instituições de Ensino Superior privadas, com fins de acumulação de capital privado, para suprir essa demanda carente do serviço do Estado no setor. E uma Educação Superior com valor de mercadoria se transforma em uma educação que supervaloriza a competição e o produtivismo. Apresento a seguir o gráfico supracitado.

Figura 1 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 1980-2017

#### Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 1980-2017



Fonte: Inep/MEC (2018)

<sup>13</sup> Os gráficos referentes às matrículas por dependência administrativa no Ensino Fundamental (Figura 2) e Ensino Médio (Figura 3) se encontram em anexo.

Na verdade, conforme podemos observar através do gráfico anterior, os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff se inserem em uma polêmica, a qual não darei grande extensão no presente texto. Mas apresento que apesar de a questão da privatização do Ensino Superior associada ao processo de financeirização internacional ter sido destaque no Governo FHC e ter se intensificado a partir do Governo Temer, ela nunca deixou de ser uma realidade durante os governos do PT. Durante todos os anos de governo de Lula e Dilma, o fluxo maior de matrículas na dependência administrativa privada do que na dependência administrativa pública foi intensificado. Os governos do PT procuraram fazer uma diferenciação entre o partido e o PSDB a partir do discurso antiprivatização, embora no poder o Partido dos Trabalhadores tenha utilizado das políticas de concessão, ou seja, de investimento em iniciativas privadas através de contratos. Embora a propriedade continue sendo do Estado, o investimento no capital privado se trata, politicamente, de uma forma de privatização, conforme abordado anteriormente no texto.

No setor da educação, a expansão das parcerias público-privadas através da reformulação e ampliação de programas como os citados no segundo capítulo (PROUNI, FIES) fazem parte da discussão polêmica, conforme aponta Figueiredo (2017), já que por um lado garantiram a possibilidade da formação acadêmica para uma quantidade maior de pessoas no Brasil, que antes não contavam com a possibilidade de tal realização, e por outro lado não deixam de ser na essência políticas de cunho privatizante no Ensino Superior. Tais programas podem até vir a contribuir para a criação de uma bolha de inadimplência que custe aos cofres públicos em proporção semelhante ao que seria investir no desenvolvimento e expansão de universidades federais; conforme noticia o jornal O Globo (2019), de acordo com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o atraso atinge 59% dos 899.957 contratos em fase de consignação pelo programa FIES, e a dívida bate recorde em 2019, chegando a R\$ 13 bilhões com o Tesouro Nacional; ainda, “A inadimplência com o Tesouro acontece ao mesmo tempo em que o número de novos contratos do programa regrediu ao patamar de 2010” (2019).

Por outro lado, ambas as gestões, de Lula e Dilma, apesar da persistência da defasagem na inclusão educacional, também ficaram marcadas pela democratização do perfil dos *campi* acadêmicos públicos, fazendo com que eles refletissem uma realidade mais próxima do perfil da sociedade brasileira em questões como as raciais e de renda, pela expansão das universidades federais e por não terem atendido às expectativas do capital internacional por completo, tanto que Dilma perdeu a tolerância da burguesia durante os eventos que precederam seu impedimento.



Sabemos que a educação em geral, e o Ensino Superior, têm potencial transformador quando construído de maneira a incentivar as críticas, à inovação e a produção científica em prol da coletividade. As universidades, portanto, constituem um dos pilares de garantia da soberania nacional, embora não sejam um instrumento que sozinho possa transformar a realidade, sem articulação com demais áreas de políticas públicas e de direitos sociais fundamentais para o desenvolvimento humano e da sociedade verdadeiramente democrática.

### **O Ensino Superior público brasileiro no Governo Temer: A EC 95/2016**

Concentrados nas universidades públicas os principais núcleos de questionamento e resistência ao receituário neoliberal, não é à toa que o ritmo de persecução às Instituições públicas de Ensino Superior tenha se intensificado após a retomada mais radical da agenda do neoliberalismo com os Governos Temer e Bolsonaro, trata-se, portanto, de uma disputa estratégica por parte do poder político pela hegemonia das concepções de mundo disseminadas na sociedade civil, sendo as produções acadêmicas críticas foco de diversos ataques reacionários no contexto atual (CLETO, 2016).

Apesar de a democratização dos *campi* estarem apenas no começo e terem aumentado a variedade do perfil e a quantidade de estudantes matriculados e de cursos de graduação nas Universidades públicas, o governo de Michel Temer assumiu e trilhou o caminho inverso da década anterior. Se a partir de 2014, com o agravamento dos impactos da crise do capital e da crise política no Brasil, o Governo Dilma iniciou o corte do orçamento dos três segmentos educacionais juntos (Ensino Fundamental e Médio, Ensino Superior e Ensino Profissional), o Governo Temer o fez ainda mais. De acordo com dados da plataforma do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), publicados pelo UOL Educação (2019), a despesa com a Educação Superior teve uma queda de 15% de 2014 (R\$ 39,2 bilhões) a 2018 (33,4 bilhões); a despesa da Educação Básica registrou queda de 19% do orçamento, de R\$ 36,2 bilhões para R\$ 29,3 bilhões; e o Ensino Profissional teve queda de 27% nos investimentos no mesmo período de tempo, de R\$ 16,4 bilhões (2014) para R\$ 11,9 bilhões (2018), totalizando uma queda de 56% no investimento total em educação nos últimos quatro anos, uma realidade que tende a se intensificar no Governo Bolsonaro, conforme será abordado mais à frente no texto.

Os déficits no investimento do setor da educação começaram a ocorrer desde 2014 com Dilma. Os déficits no Governo Dilma foram resultado de uma série de fatores descritos ao longo do capítulo anterior, como a desaceleração da economia brasileira com a

desvalorização das *commodities*, a frustração da política de reindustrialização do Brasil do primeiro governo de Dilma Rousseff e as desonerações concedidas no mesmo período a fim de investir em indústrias e corporações brasileiras, bem como o início da austeridade fiscal adotado no segundo mandato da presidente. Sobre isto, Rossi e Dweck (2016) pontuam que Dilma teria aderido à estratégia econômica de duros ajustes fiscais com a finalidade de que o setor privado retomasse a confiança e investimento no Estado brasileiro, e que a “ideia era a de que a contração fiscal seria expansionista, passando apenas por um curto período recessivo necessário para recuperar a confiança nas políticas do governo” (2016, p. 3), mas que apesar da redução de despesas por parte do governo, as receitas continuaram a cair.

A partir da destituição da presidente, houve radicalização da austeridade através do congelamento dos gastos públicos por 20 anos no Governo Temer. Este, que acontece após a queda de Dilma Rousseff, adiciona significativa gravidade à questão orçamentária do Ensino Superior público, assunto que será abordado na sequência. Conforme colocam Rossi e Dweck (2016), apesar da má experiência de Dilma, o “Novo Regime Fiscal do governo Temer insiste no remédio da austeridade” (2016, p. 2), e afirmam que o princípio pode ser identificado a partir daí como “um esforço de austeridade continuado que busca reduzir sistematicamente a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, no crescimento econômico” (2016, p. 2).

A PEC 241 quando tramitava na Câmara dos Deputados e PEC 55 no Plenário do Senado, fora promulgada como EC 95 de 2016 no dia 15 de dezembro, limitando por 20 orçamentos, ou 20 anos, os gastos públicos do Estado. A PEC fora encaminhada pelo governo de Temer ao Poder Legislativo com a justificativa de equilibrar as contas do Estado através da austeridade fiscal e contornar a crise. No caso, controlar a crise do capital, mas não a crise da carência histórica da área da educação no país e a defasagem de acesso ao Ensino Superior público. A cada ano, o orçamento dos gastos públicos será reajustado corrigindo a inflação, mas nunca acima. Ou seja, durante os próximos 20 anos está legalmente impedido que se faça amplas melhorias e expansões nos gastos do Estado com serviços sociais públicos, sendo prevista a manutenção, rearranjo ou criação de novas despesas apenas dentro do orçamento fixado como base do ano de 2016, válido de 2017 a 2036, com possibilidade de revisão da norma após 10 anos de vigência, o que configura um longo período sem retificação da austeridade fiscal. Os gastos com educação e saúde adentraram à nova regra mais tarde, no ano de 2018, e a partir daí o orçamento de ambas as áreas poderá crescer desde que o orçamento de outras áreas sofra cortes para rearranjá-lo.

O objetivo geral da medida é conter e reduzir o déficit da dívida pública federal, embora ainda não se tenha certeza de que a medida será eficaz neste sentido neoliberal, pois como vimos anteriormente, é possível que se falhe com o objetivo como aconteceu antes na História do Brasil como resultado do mandato de FHC. A PEC tem como objetivo também tornar o mercado brasileiro mais atrativo para o capital estrangeiro ao enxugar os gastos e a responsabilidade do Estado com a cobertura de políticas públicas e sociais. O texto da EC 95 pode ser acessado através do site da Câmara (2016).

Conforme informações levantadas pela Politize!, organização da sociedade civil sem fins lucrativos (ONG), é possível compreendermos o panorama geral a respeito da questão orçamentária que precede a EC 95/2016.

#### JUSTIFICATIVAS DO GOVERNO AO TETO DE GASTOS PÚBLICOS

O governo Temer sustentava que o teto era necessário para **controlar os gastos públicos**, que estariam em uma trajetória insustentável de crescimento.

Segundo dados do Tesouro Nacional e do IBGE, entre 1997 e 2015 as despesas do Governo Federal cresceram de R\$ 133 bilhões para R\$ 1,15 trilhão, um crescimento de mais de **864%**. No mesmo período, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), do IBGE, subiu **306%**.

Ou seja, os gastos reais do governo cresceram em ritmo acelerado ao longo de quase duas décadas. Esse crescimento de gastos deve-se em grande parte a regras da nossa legislação que garantem reajustes acima da inflação para várias áreas do orçamento público.

Esse aumento dos gastos não era visto como um problema tão sério ao longo da década passada, já que **o governo também arrecadou mais receitas**, graças ao crescimento econômico na década de 2000. Mas com a crise econômica que o país vivenciou desde [meados de 2014 e] 2015, essa questão voltou a receber atenção.

O problema é que, enquanto os gastos continuavam a subir, a arrecadação de tributos **desacelerou muito**, junto com o resto da economia. Em 2015, o governo arrecadou 5,62% menos recursos do que em 2014, em termos reais.

Antecipando a grave situação da política fiscal, o governo Dilma planejou um ajuste no início de 2015, que não incluía a ideia de teto de gastos públicos, mas procurava evitar um rombo nas contas públicas. As principais medidas eram cortar gastos e aumentar impostos.

O ajuste não saiu da forma como a equipe econômica de Dilma esperava. Em 2016, com o impeachment dela e a chegada de Temer à presidência, foi nomeada uma nova equipe econômica, que procurou solucionar a questão fiscal através do **controle das despesas** (POLITIZE!, 2016).

Nesse cenário de contenção dos gastos públicos sociais, com a Educação Superior pública mais afetada gradativamente, a Reforma do Ensino Médio e o investimento no ensino técnico e maior nas disciplinas que contam na classificação internacional de avaliação, reforçam a representação política dos interesses da burguesia associada ao capital internacional, de investimento em formação de “mão de obra” treinável e adaptável à variedade de condições de trabalho, inclusive precarizados. É a força de trabalho educada conforme as necessidades mais atuais do mercado, uma educação utilitarista, de forma com

que o criticismo seja gradativamente afastado e compreendido como dispensável para o desenvolvimento da sociedade.

O problema é que uma educação com foco empresarial e de serviços, para o mercado, não tem como objetivo a qualidade da socialização e da ação educativa, não tem como alvo atender às demandas das diferentes circunstâncias da vida em sociedade e o investimento na própria sociedade civil. A educação mercadológica é ideal para o crescimento desenfreado do sistema de produção capitalista e do conformismo da sociedade, e o resultado das reformas tende a ser a manutenção da desigualdade de condições e renda, e do modelo neoliberal de política.

Michel Temer deixou certo desde o começo de seu exercício que tinha intenção de retomar uma era fluida de desestatização de variados setores, assim como o da educação, e sancionou a Lei nº 13.334 de setembro de 2016, que consiste na lei do Programa de Parcerias de Investimentos, “destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização” (PLANALTO, 2016).

No mais, a EC 95/2016 – a retenção do orçamento da política educacional – torna o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, parcialmente inviável. A vigésima e última meta do PNE exige “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei [2018] e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio [2024]” (MEC, 2014). Em 2018, o percentual do PIB de investimento público em educação pública foi de 6%, conforme divulgado pela Agência Brasil da Empresa Brasil de Comunicação [EBC] (2018).

No desenrolar dos acontecimentos durante o Governo Temer e a partir de sua baixíssima popularidade, pudemos observar o agravamento da crise política e ideológica entre representantes políticos partidários e representados (sociedade civil). Partidos como o PSDB e o MDB tiveram sua imagem e legitimidade eleitoral desgastadas, e passou-se a canalizar as frustrações e objetivos contrarreformistas em um perfil diferente de liderança, o que viria a resultar na vitória da chapa Jair Bolsonaro presidente (Partido Social Liberal – PSL)<sup>14</sup> e Hamilton Mourão vice-presidente (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB).

---

<sup>14</sup> Em 12 de novembro de 2019, Jair Bolsonaro anunciou sua saída do PSL e decidiu por dar início à construção de uma nova legenda partidária, chamada Aliança pelo Brasil (APB). De acordo com o G1 (2019), o “Presidente

Devido à baixa popularidade de Temer, seu tempo reduzido de governo e os contratempos desencadeados pela crise política e de representação entre 2016 e 2018, partes da agenda neoliberal radicalizada não foram colocadas em prática, e agora essas pendências restantes do programa do governo de Michel Temer fazem parte da agenda de Bolsonaro, como fora o caso da Reforma da Previdência. O próprio Michel Temer disse em entrevistas recentes que considera que o governo de Bolsonaro vai bem porque deu continuidade no andamento das pautas políticas lançadas em seu governo (*BBC NEWS BRASIL*, 2019).

### **O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Orçamento**

O governo de Bolsonaro é ainda recente, mas não faltam adversidades para tratar a respeito. Entretanto, levando em consideração a temática geral do presente capítulo, sendo a Educação Superior pública, e o pouco tempo de governo a ser analisado devido à data de conclusão da escrita da presente monografia, tratarei de questões mais pontuais a partir de agora, como contingenciamentos e cortes no setor da educação em 2019, a proposta orçamentária elaborada pelo governo para 2020, a perseguição ideológica às universidades e o projeto Future-se.

No ano de 2019, Abraham Weintraub, atual Ministro da Educação do Governo Bolsonaro, anunciou o contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão do orçamento de R\$ 49,6 bilhões que seria repassado às universidades, medida tomada com a justificativa de que a arrecadação de impostos pelo Estado não estaria se mantendo de acordo as projeções iniciais de gestão.

Também em 2019, o Ministério da Educação de Weintraub anunciou novo bloqueio de 30% em três universidades brasileiras, e reformulou o anúncio após má repercussão da decisão inicial de contingenciá-las por acusá-las de “balbúrdia”, de fazerem “evento ridículo” e por supostamente terem marcado baixa em seus desempenhos acadêmicos nos últimos anos, (sendo as três: a Universidade de Brasília [UnB], a Universidade Federal Fluminense [UFF] e a Universidade Federal da Bahia [UFBA]). A última justificativa é contradita pelo ranking universitário internacional, o britânico *Times Higher Education (THE)*, que revelou melhora no posicionamento das três Instituições recentemente, conforme publicado pelo site de notícias Terra (2019).

A partir da negativa repercussão o Ministério da Educação então estendeu o bloqueio de 30% do orçamento a todas as universidades federais brasileiras, eliminando o caráter

---

se filiou ao PSL em 2018 para disputar eleição. Crise no partido foi desencadeada após atrito entre ele e [Luciano] Bivar [presidente do PSL]”.

inconstitucional de retaliação por critérios ideológicos através da postura de isonomia de tratamento, reaplicando novo contingenciamento a um que já estava em curso. O MEC afirmou ainda que está sendo estudado acrescentar mais critérios que possibilitem novos contingenciamentos ou corte de verbas, como o desempenho acadêmico e os impactos mercadológicos dos cursos oferecidos por essas Instituições de Ensino Superior públicas.

As consequências do duplo contingenciamento foram, por exemplo, o bloqueio de mais de 11 mil bolsas de pós-graduação no país. E ainda que um contingenciamento não seja fundamentalmente um corte permanente, eles não deixam de afetar o cotidiano das Instituições, pois o orçamento das universidades não entra em hiato juntamente com a contenção orçamentária por parte da União. Quer dizer, as despesas das Instituições continuam aparecendo normalmente, e por isso ajustes foram necessários com a finalidade de se estreitarem de acordo com o novo parâmetro de finanças, fazendo com que estudantes já matriculados e futuros estudantes sejam diretamente afetados pela medida.

O contingenciamento orçamentário nas universidades afetou principalmente as chamadas despesas discricionárias, que consistem nos gastos com a expansão e modernização do funcionamento e infraestrutura das universidades, gastos com água e energia, as bolsas de pesquisa, bem como a contratação de serviços terceirizados (limpeza, manutenção em geral, dos restaurantes universitários, segurança patrimonial), entre outros.

Vejamos o caso da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por exemplo, que manifestou em fevereiro de 2019 indignação com o cancelamento do Edital de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e anunciou em agosto de 2019 a redução do serviço de transporte gratuito entre os *campi* da Universidade em função do bloqueio orçamentário (COMUNICA UFU, 2019).

Para 2020, de acordo com a Folha de São Paulo (2019) e o Nexo Jornal (2019), a intenção é de reduzir em 18% os recursos totais do Ministério da Educação, devendo afetar a Educação Básica, o Ensino Superior e às pós-graduações também. Um dos maiores impactos previstos promete dar-se no financiamento de pesquisas das universidades federais do país, sendo que a maior parte da supressão orçamentária deve ocorrer na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, que deve deixar de contar com o orçamento de R\$ 4,25 bilhões (2019) para o montante de R\$ 2,20 bilhões no próximo ano. No caso da Capes, o órgão já sofreu congelamentos no ano de 2019, deixando de oferecer 11.811 bolsas a pesquisadoras e pesquisadores, que, aliás, não têm valores ajustados desde o ano de 2013.

## O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Perseguições ideológicas

Uma das emergências apontadas em relação ao tratamento para com as universidades e o público estudantil na conjuntura atual é a recorrente desqualificação, e informações imprecisas ou incorretas a respeito do rendimento universitário e demais Institutos como os de divulgação de pesquisas, descredibilizando e relativizando estudos e dados científicos por parte da equipe de gestão de Bolsonaro e do próprio presidente. Algumas dessas ocorrências foram colocadas em evidência no trecho que apresentarei a seguir, de entrevista conduzida e divulgada *on-line* pelo Nexo Jornal (2019):

**Desde os governos Dilma e Temer vêm sendo feitos cortes federais na ciência. O que há de diferente no governo Bolsonaro?**

**MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA** Agora além dos cortes existe também uma desqualificação. As Instituições de pesquisa no Brasil estão sendo desqualificadas o tempo inteiro durante este governo. Primeiro, o presidente iria visitar o Mackenzie [universidade privada presbiteriana em São Paulo] e disse que as universidades públicas pouco produzem ciência, só as privadas. Na verdade, mais de 90% da produção científica no Brasil está nas universidades públicas. Segundo, o presidente disse que filosofia, sociologia e humanidades não interessam [Bolsonaro afirmou que essas áreas devem receber menos recursos federais e não geram “retorno imediato ao contribuinte”]. Terceiro, acabou com o Ministério da Cultura, colocando a área no Ministério da Cidadania, algo que não faz sentido. Quarto, o governo ataca diretamente a produção científica brasileira e desacredita dados científicos, com os casos do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, cujo diretor foi demitido por Bolsonaro após divulgação de dados sobre desmatamento na Amazônia] e da Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz, que fez com investimento federal um amplo estudo sobre uso de drogas no Brasil e foi proibida por três meses de publicar a pesquisa, por decisão do governo federal]. [...] não existe desenvolvimento sem ciência, sem reflexão, sem pesquisa (NEXO JORNAL, 2019).

Em abril de 2019 Bolsonaro afirmou que o Ministério da Educação, chefiado pelo ministro Weintraub, estuda “descentralizar” investimento em cursos de Filosofia e Sociologia. De acordo com a justificativa do presidente, o “motivo seria usar o orçamento do governo federal para ensinar leitura, escrita e a fazer conta, 'e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta” (G1, 2019). Ainda, conforme o disponibilizado pela mesma reportagem, Bolsonaro afirmara em rede social que o objetivo era focar em áreas de conhecimento que gerem “retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

A respeito das declarações, as associações de Ciências Sociais Articuladas (Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS; Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP; e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS) lançaram nota rebatendo os argumentos, afirmando que “A reflexão das ciências humanas e sociais, incluída a filosofia, tem sido tão

crucial para a formulação e avaliação de políticas públicas como para o desenvolvimento crítico das demais ciências” (ABA, 2019).

Respondeu ainda a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), em nota assinada por outras associações:

As declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade. [...].

O ministro Abraham Weintraub afirmou que retirará recursos das faculdades de Filosofia e de Sociologia, que seriam cursos “para pessoas já muito ricas, de elite”, para investir “em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”.

[...]

O ministro foi seguido pelo presidente, que mencionou que o governo “descentralizará investimentos em faculdades de filosofia”, sem especificar o que isto significaria [...]. O presidente indica que investimentos nestes cursos são um desrespeito ao dinheiro do contribuinte e [...] afirma que a função da formação é ensinar a ler, escrever, fazer conta e aprender um ofício que gere renda.

O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética, por exemplo, para tomar decisões adequadas e moralmente justificadas em seu campo de atuação. Ignoram que os estudantes das universidades públicas, e principalmente na área de humanidades, são predominantemente provenientes das camadas de mais baixa renda da população. [...].

Uma das maiores contribuições dos cursos de humanidades é justamente o combate sistemático a visões tacanhas da realidade, provocando para a reflexão e para a pluralidade de perspectivas, indispensáveis ao desenvolvimento cultural e social e à construção de sociedades mais justas e criativas (ANPOF, 2019).

As Ciências Humanas nos oferecem lógicas e métodos de pesquisa, são ciências que tornam possível a observação das mudanças sociais e econômicas ao longo da História, bem como a compreensão acerca de grupos sociais e comportamentos culturais, possibilitando a concretização de políticas públicas e entre outras possibilidades práticas, conforme abordado pelas notas acima.

Esse tipo de ataque às universidades, anti-intelectualista, coloca em evidência a tentativa de cercear o pensamento crítico das universidades, conforme apontam as notas. Após o episódio, houve a declaração supracitada no tópico orçamentário referente ao contingenciamento do orçamento das três universidades acusadas pelo ministro da Educação de “balbúrdia”, seguida pela extensão do contingenciamento de 30% do orçamento a todas as universidades do país.

O problema do posicionamento anti-intelectualista é a incompreensão do papel da universidade na sociedade e da função das e dos docentes, bem como das e dos estudantes, que devem ter liberdade para compreender a História da humanidade e buscar a verdade sem restrições e/ou censura, e devem ter liberdade para produzir pesquisas de qualidade, independentemente de seus resultados agradarem ou desagradarem uma gestão de governo de



Estado e/ou o mercado. Dentre os objetivos de uma universidade está a geração de conhecimentos que possam ser utilizados para o desenvolvimento coletivo da sociedade, e não apenas resultados e produtos em curto prazo. Voltarei a comentar as funções das universidades mais adiante no texto, ao abordar o projeto Future-se.

Assim, o ano de 2019 ficou marcado pelo abismo no relacionamento entre as universidades e o Estado a partir das contínuas acusações de ineficiência e relativização do papel das universidades para o desenvolvimento da sociedade por parte da gestão de governo de Jair Bolsonaro. As afirmações feitas pela gestão não têm amparo em dados e pesquisas de credibilidade, que na verdade as contradizem, conforme aponte e referencie até aqui no texto. Concorro, portanto, que “Sob essa perspectiva, faz-se necessário a defesa intransigente da preservação das universidades e do aperfeiçoamento das condições pertinentes a sua missão de possibilitar o desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2019. p. 1).

### **O Governo Bolsonaro e as universidades públicas brasileiras: Future-se**

Na sequência, conforme anunciado anteriormente, tratarei também da questão do recente programa lançado pela equipe do Governo Bolsonaro, o Future-se, apontando análises e contestações pertinentes e que mais repercutiram sobre o conteúdo.

Primeiramente, tenho acordo com Roberto Leher (2019), que aponta que a análise de um projeto de lei não deve ser feita artigo por artigo, de forma a concluir que o projeto seja mais ou positivo ou mais negativo de acordo com o balanço de pontos positivos e pontos negativos. Estão em pauta “as consequências sistêmicas de, em tese, um único artigo definir o rumo de uma dada política” (2019, p. 1), neste caso, de Educação Superior pública.

O Future-se é um anteprojeto do Ministério da Educação, divulgado primeiramente pelo ministro Abraham Weintraub e pelo secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, durante um evento que aconteceu em Brasília em julho de 2019, na sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), solenidade na qual estavam presentes dezenas de reitores de universidades brasileiras.

A partir da divulgação, o programa ficou aberto para consulta e sugestão pública, embora sua formulação inicial não tenha contado com a comunidade acadêmica, estudiosos da área ou sugestões da sociedade civil. De adesão voluntária, o programa Future-se foi recusado por mais da metade das universidades brasileiras e considerado vago, suspeitando-se de que o mesmo poderia vir a ameaçar a autonomia de gestão financeira das universidades e outros aspectos de autonomia em tomada de decisões.

Em outubro de 2019, o anteprojeto do programa fora reformulado por um grupo de especialistas jurídicos levando em consideração algumas críticas reincidentes em relação a seu conteúdo, e está em aberto novamente. Mas o principal objetivo do mesmo não foi modificado, e se trata da captação de recursos da iniciativa privada para investimento nas universidades que aderirem ao Future-se. Caso seja aprovado, o programa deverá modificar mais de uma dezena de leis que estão atualmente em vigor. A proposta também prevê a promoção de marcas e produtos.

No cenário atual de conjuntura, de contingenciamentos e cortes nos orçamentos universitários, bem como de decréscimo do financiamento público resulto da EC 95/2016, o programa aparece como uma espécie de “solução milagrosa” para o problema criado pelas ações sucessivas dos próprios governos, e caso aderido reduzirá a responsabilidade do Estado em questão do provimento de recursos para essas Instituições de Ensino Superior. A versão mais recente do programa, mas ainda não final, pode ser acessada na íntegra a partir do endereço referenciado do portal de notícias G1 (2019).

Dentre as principais modificações atualizadas em outubro, estão os eixos, que na primeira versão eram fundamentados em “Governança, Gestão e Empreendedorismo”, “Pesquisa e Inovação” e “Internacionalização”, e agora são “Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação”, “Empreendedorismo” e “Internacionalização”. Adicionou-se também, como um de seus fundamentos, a “obediência à autonomia universitária”.

Previu-se a ampliação das possibilidades de assinatura de contrato de gestão, que anteriormente previam a contratação de Organizações Sociais reconhecidas pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para gerir os gastos das universidades, executarem planos universitários de ensino, pesquisa e extensão, fazerem a gestão patrimonial e dos prédios das Instituições e reforçarem a execução dos eixos do programa. Agora reformulado, reconhece a possibilidade de firmar contratos com fundações de apoio criadas dentro das universidades para intermediar as relações entre o mercado, a sociedade e a própria universidade para o desenvolvimento de ciência e tecnologias de retorno imediato, assim como soluções inovadoras de custo econômico.

A reformulação do Future-se também prevê que o andamento dos contratos será avaliado e Instituições e servidores premiados de acordo com indicadores de desempenho que requererão o alcance de uma série de metas ditadas pelo MEC, e que, entretanto, ainda não foram escritas e divulgadas. É importante colocar que o enquadramento em metas, dependendo de seus teores, poderá, de qualquer maneira, comprometer a autonomia das universidades federais.

Alguns tópicos da primeira versão foram excluídos ou reduzidos em sua atualização. Entre os itens excluídos está o que previa “comitê gestor” que teria interferência nas decisões das reitorias, embora os elementos contratuais entre as Instituições de Ensino Superior e o Ministério da Educação não tenham sido detalhados. Também fora excluída a exigência de redução da despesa com pessoal pelas universidades que aderissem ao programa. A proposta de cobrança pelo atendimento médico em hospitais universitários de pacientes que tenham planos privados de saúde foi igualmente retirada da versão reformulada do Future-se, bem como a sugestão de hospitais universitários se disponibilizarem para atendimento de planos de saúde privados. E alterou-se a relação de leis em vigor a serem modificadas em uma possível aprovação do programa, as quais foram abordadas no trecho que incluirei na sequência:

#### A ALTERAÇÃO NAS LEIS

Inicialmente, o ministério previa a alteração de 17 leis para colocar o Future-se em prática. Agora, são 15. O MEC retirou quatro da relação das leis que exigiam alteração e incluiu outras duas. Saíram da mira a lei 12.772/2012, que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e a lei 11.196/2005, que define regras sobre regime especial de tributação. A pasta quer alterar agora a lei 11.091/2005, sobre o Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos das federais, para permitir que eles possam “coordenar projetos de ensino, pesquisa e extensão, desde que a atuação seja restrita às atividades administrativas de gestão”. Também busca mudar a lei 13.800/2019, para possibilitar a doação de recursos públicos a fundos patrimoniais (NEXO JORNAL, 2019).

Mas o MEC manteve a criticada alteração do artigo da LDB que prevê a revalidação de diplomas de Ensino Superior emitidos por Instituições estrangeiras, propondo que a validação, atualmente restrita às universidades públicas brasileiras, possa ser executada por Instituições privadas de Ensino Superior de alto desempenho, avaliado pelos indicadores do próprio MEC. De acordo com Palmeira Sobrinho (2019), “A medida pode abrir um campo amplo para fraude”, e que, “Ademais, é patente o receio de que revalidações sejam realizadas sem a aplicação da regra de reciprocidade, a qual já foi abolida da política de relação exterior do Brasil em alguns casos, a exemplo da exigência de vistos em relação a países como EUA e China” (2019, p. 54 e 55).

Alguns outros pontos precisam de destaque, como o é o caso das “Organizações Sociais”, que já foram tratadas anteriormente no texto durante os parágrafos que abordavam a neoliberalização do Brasil na década de 1990, especificamente durante o Governo FHC, que se destacou no quesito. Essas OSs foram consolidadas desde 1998 segundo a Lei nº 9.637, sendo pessoas jurídicas de direito privado. Conforme já pontuado, na Reforma do Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso, a EC 19/1998, assim como a Lei 9.637/1998, não foram efetivas na época no que se refere às políticas educacionais, mas sim nas áreas de saúde e cultura. O Future-se, portanto, resgata a tentativa de atingir o funcionamento da Educação

Superior pública com a política em seu modo neoliberal, o que fora rejeitado pelas universidades públicas na década de 1990, e por isso tem levantado críticas.

Apesar de forçar a expectativa de aparentemente atrair valores exorbitantes em recursos, facilitar convênios com universidades internacionais de renome, prometer inovações tecnológicas com economia de recursos e abrir espaço para a reformulação do Ensino Superior público através de inúmeras incrementações científicas e modernizantes, existe um importante lado desfavorável e bastante questionável a ser ponderado com a devida atenção.

Dentre as argumentações contrárias ao Future-se, está a manifestação a respeito da responsabilidade do Estado sobre a Educação Superior, que em longo prazo pode ser gradativamente substituída, já que será amenizada a partir da publicização (transferência para o setor público não-estatal, ou seja, para fundações públicas de direito privado), que por proposta garantiria a manutenção orçamentária das nossas universidades públicas.

Outra crítica contundente é a respeito da mercadorização das políticas educacionais, quer dizer, a influência dos interesses mercadológicos no cotidiano do Ensino Superior público, que conforme já perpassado ao longo do texto, tem, sim, diferenças em relação aos interesses coletivos da sociedade. O Future-se, portanto, atribui às universidades competências que não pertencem a Instituições de ensino, pesquisa e extensão, e sim a empresas.

Além disso, como o próprio presidente já deixou explícito, áreas de humanidades, que produzem ciência, mas não em curto prazo, e não de acordo com os fundamentos mercadológicos e tecnológicos, podem ser gradativamente negligenciadas ou abandonadas pelas Instituições, já que a iniciativa privada espera que as pesquisas e inovações ofereçam retorno às suas demandas empresariais. A iniciativa privada não se disponibiliza a investir porque tem boa intenção e deseja o crescimento da soberania brasileira, democratização de acesso ao ensino e a serviços em geral para a população; e sim em busca de rentabilidade, que é a verdadeira “alma do negócio”, utilizando do jargão propagado pela área de *marketing*.

Leher (2019) diz que o programa não apresenta vias bem amparadas legal e politicamente, e por isso não garante o fortalecimento da tecnologia no Brasil. O autor aponta que o projeto não propõe reflexão e enfrentamento acerca do problema da inovação tecnológica no capitalismo dependente e em um país que vive um processo de desindustrialização há décadas, cuja economia é de setor primário. O autor pontua que o curto anteprojeto do programa lançado pelo MEC não reflete sobre as ameaças do desenvolvimento tecnológico projetado pelos ideais de mercado, de efeitos insustentáveis para o meio ambiente e entre outros aspectos. O que, aliás, não parece ser uma prioridade para a gestão de governo,

haja vista o negacionismo científico do presidente e da atual composição do Ministério do Meio Ambiente a respeito de temáticas como as mudanças climáticas e os ataques a Institutos que monitoram questões ambientais no Brasil.

Lembremos que Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), fora exonerado do cargo em agosto de 2019 devido a desentendimentos com o presidente sobre os números referentes ao desmatamento da Amazônia brasileira (G1, 2019). Desta forma, em relação à tecnologia, o programa atribui certa culpa do desenvolvimento tecnológico precarizado à disposição das universidades de produzir ciências que não estejam voltadas para o suprimento das expectativas mercadológicas e acúmulo de produção. Nas palavras de Roberto Leher:

O modo *naif* [espontâneo] de examinar o tema, no senso comum vulgar, propugna que a dimensão da inovação no país assumiria nova magnitude se as universidades passassem a se dedicar a trabalhar em prol da inovação e deixassem de pesquisar os determinantes da desigualdade social, as formas de discriminação social, os temas culturais, as ciências básicas, os problemas lógicos e epistemológicos do conhecimento, a questão socioambiental e as vozes dos povos indígenas que compartilham os troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, assim como as demais famílias linguísticas. A premissa básica é que a fragilidade da inovação [...] pode ser corrigida atribuindo incentivos pecuniários “individuais e privados” aos docentes [...] e estudantes [...] e ampliando as verbas privadas para os projetos (LEHER, 2019. p. 4 e 5).

Na verdade, as universidades brasileiras já contam há algum tempo com articulações feitas com a iniciativa privada que financia pesquisas e laboratórios. Desta forma, “o Future-se dissimula e mascara as informações e propõe um novo modelo de educação, partindo da suposição de que as IFES são jejunas em matéria de políticas de internacionalização, estudos e pesquisas sobre desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo” (PALMEIRA SOBRINHO, 2019. p. 65). Também não podemos contar, na atual conjuntura, com o investimento e respeito às Ciências Humanas.

Constitucionalmente, a função das universidades federais é a de produzir conhecimento e ciência com reflexão, realizar projetos, oferecer serviços, atividades e profissionais qualificados que façam parte do desenvolvimento da sociedade brasileira ao todo (promovendo relação de reciprocidade entre a comunidade acadêmica e a sociedade), desenvolver tecnologias e difundir conhecimentos culturais que poderão ter interferência positiva mundialmente, mas principalmente regional e nacionalmente. Não é um de seus pilares constitucionais, porém, a lucratividade do mercado. É papel das pesquisas desenvolvidas pelas universidades contestar os fundamentos da produção tecnológica na sociedade capitalista e apontar sua insustentabilidade. O rompimento com as funções das Instituições de Ensino Superior e a redução ao viés utilitarista é uma inconstitucionalidade,

portanto. As finalidades da Educação Superior são elencadas no Capítulo IV, Artigo 43, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

**CAPÍTULO IV – Da Educação Superior**

**Art. 43.** A Educação Superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da Educação Básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (LDB, 2018. p. 31).

Nesse aspecto, Ricardo Leher destaca que as universidades públicas, dentre outras coisas, asseguram a educação de profissionais com formação científica e tecnológica que deslocam tal conhecimento às empresas, e que é dessa forma que a economia constrói “pesquisa e desenvolvimento nos países do G-7 e é dessa forma que a China está impulsionando sua área de P&D. O chamado “ecossistema inovador” não prevê que o setor de P&D seja deslocado das empresas para as universidades” (2019, p. 5), bem como não prevê que as atividades de cultura e arte sejam dissipadas, sendo “P&D” pesquisa e desenvolvimento.

O texto do anteprojeto também não especifica, em caso de sua aprovação, o que procederá com as Instituições de Ensino Superior públicas que não aderirem ao Future-se, assim como não especifica possíveis penalidades àquelas Instituições que aderirem ao programa e por ventura decidam posteriormente por se desligar do mesmo.

Podemos compreender a partir de todo o contexto apresentado textualmente que o Golpe Institucional dado no mandato de Dilma Rousseff em 2016 não teve o objetivo de atingir apenas à ex-presidente Dilma ou o Partido dos Trabalhadores, mas principalmente o Brasil, promovendo alteração em diversas legislações do país e buscando mudar os rumos de

diversas pastas da política de Estado brasileira, dentre elas o MEC e a Educação Superior. O impacto do Golpe se expressa, dessa forma, através da acentuação do fluxo de tentativas e aplicação de reformas neoliberais.

O Ensino Superior sofreu de meados de 2016 até o ano de 2019, quando finalizo o presente texto, três grandes ataques, sendo o primeiro em curso o ataque orçamentário, representado pela EC 95/2016 e pelos crescentes contingenciamentos de lá para cá. O segundo ataque em curso se deu principalmente a partir de 2019, com os discursos reacionários e incorretos por parte da figura e equipe de governo de Jair Bolsonaro. E o terceiro grande ataque identificado é a tentativa de alterar o funcionamento das universidades federais do país a partir do anteprojeto Future-se.

De acordo com Palmeira Sobrinho, “O desvirtuamento [a partir do Future-se] consiste em estilhaçar a importância das universidades como lócus da cultura geral, [...] reduzindo-as cada vez mais a instituições utilitaristas, monotemáticas e com atuação focada [...] [em] interesse imediato do mercado” (2019, p. 65). Conforme aponta o autor, há quem tem a expectativa de que uma possível modificação estrutural no funcionamento das universidades possa representar lucros e benefícios individuais, embora sob o aspecto da coletividade traga perda e distanciamento de demandas sociais. A afirmação do autor relembra a ocasião da solenidade que lançou o programa Future-se, quando o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, afirmou que “o professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil” (*apud* VALOR ECONÔMICO, 2019).

Zéu Palmeira Sobrinho (2019) também pontua que a princípio o programa Future-se não oferece as condições necessárias para a completa privatização das universidades públicas, embora o programa esteja promovendo a base para que tais Instituições possam se tornar privatizáveis no futuro.

Diante da questão, para quem compreende que a educação deve ser um direito social de todas as pessoas, a defesa parte do essencial de que deve ser laica, pública, por isso gratuita, e focada em desenvolvimento social. Já para determinados segmentos que pensam diferente disso, a educação é vista como um produto, e por isso deve ser pautada pela lógica de mercado, servindo aos interesses do desenvolvimento capitalista, de modo que pode ser comercializada para fins lucrativos da iniciativa privada (GONÇALVES FILHO; FARAGE, 2019).

De acordo com Antonio Gonçalves Filho e Eblin Farage (2019), é importante ressaltar que os projetos do capital, relacionados ao Ensino Superior e outras agendas, costumam ser avaliados e interpretados por muitas pessoas como desconexos entre si, sem relação direta um

com outro. O autor e a autora apontam que a busca pela compreensão da realidade tratando os fatos como isolados é mais simples e sintética, mas também superficial. Desta forma, Gonçalves Filho e Farage (2019) pontuam, de acordo com K. R. de S. Lima (2007), que as indicações do Banco Mundial (BM), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) são absorvidas por países ao redor do mundo como sendo sinônimo de modernização, mas promovem o desgaste dos sistemas públicos e gratuitos de educação.

A questão orçamentária e de funcionamento projetado pelo Future-se atende a uma parcela de orientações neoliberais do Banco Mundial (BM). O “estudo” mais recente do BM referente ao Brasil foi uma solicitação do ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A síntese fora concluída em novembro de 2017, sendo “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, propondo revisão das despesas públicas. O documento fora analisado por Roberto Leher (2017), e esta será a principal referência bibliográfica considerada na reta final do texto.

Conforme consta no subtítulo, o documento levou em consideração especialmente os gastos sociais no Brasil e especulou maneiras de enxugá-los. Leher (2017) chama atenção ao fato de o BM ter considerado na síntese a possibilidade do aumento da tributação de agrupamentos de alta renda, mas deixou de fora a questão maior do ponto, sendo a tributação indireta no Brasil, que pouco ou nada tributa a renda, patrimônio, herança e transações financeiras. De acordo com o autor, o documento também deixa de pontuar as sonegações de impostos que representam perdas para o Tesouro Nacional. Desta forma, ironicamente, de acordo com o relatório do BM e segundo Leher, “a raiz [apontada pelo BM a respeito] do problema não está nas receitas do Estado, nas cento bilionárias isenções fiscais aos donos do dinheiro e na limitada tributação da renda, da propriedade e do capital, mas nas políticas públicas mantidas pelo Estado” (2017, p. 3).

Em relação às universidades, “Um Ajuste Justo” parece fazer uma análise superficial ao não considerar a função das universidades nas periferias do capitalismo. O documento também retoma a discussão da década de 1990 do fim da gratuidade do Ensino Superior público, questão citada ao longo do capítulo. “O rudimentar argumento dos analistas do Banco é de que 65% dos estudantes compõem o estrato dos que estão entre os 40% mais ricos. [E, assim,] O ajuste nos gastos com a educação superior pública deveria corrigir a ineficiência destes gastos” (LEHER, 2017. p. 4).

A partir daí o autor demonstra os equívocos de leitura que podem ser apontados em determinados tópicos do documento. De acordo com Leher (2017), conforme o IV



Levantamento do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, 60% dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, ingressantes a partir de 2013, cursaram todos os anos do Ensino Médio em escolas públicas. Além disso, pontua Leher (2017), de acordo com José Paulo Kupfer (2017), que 40% dos classificados pelo estudo como os mais ricos do país incluem pessoas de remuneração inferior a um salário mínimo e meio, resultado das condições de desigualdade social no Brasil, e desta forma a classificação desse agrupamento de estudantes como vindos das famílias “mais ricas” não faz sentido.

As análises do documento a respeito do custo por estudante nas universidades públicas em comparação ao custo por estudante em uma universidade privada também não se aplicam, pois, conforme bem aponta o autor, as universidades públicas destinam seu orçamento, para além das e dos estudantes em formação, para o pagamento de aposentados e pensionistas, docentes de dedicação exclusiva, hospitais universitários, laboratórios, bolsas de pesquisa e extensão e seus respectivos programas, construção de infraestrutura no caso de Instituições mais recentes, e entre outras despesas, que não se comparam com a despesa de uma universidade particular que se dedica exclusivamente ao ensino (LEHER, 2017). Por fim, gostaria de deixar registrada a seguinte reflexão, proposta pelo autor, que compreende a partir da redução do orçamento da área desde 2014 que o relatório do BM cumpriu alguma função política no Brasil:

Vale sugerir um esforço imaginativo do leitor. O que seria do Brasil sem as universidades e institutos públicos? Em qualquer esfera da vida o país seria outro, ainda mais injusto e desprovido de soberania. Agricultura, pré-sal, energia hidrelétrica, energia eólica, tecnologias de informação, construção civil, indústria eletroeletrônica, fabricação de vacinas e fármacos, fabricação de aviões e navios, telecomunicações, saúde, educação, cinema, teatro, investigação de arboviroses, os exemplos são incontáveis. Nessas áreas estratégicas, as universidades públicas são responsáveis pela quase totalidade das pesquisas e da formação do pessoal de elevada qualificação. Nada disso é considerado pelo Banco Mundial (LEHER, 2017. p. 6).

Desta forma, “O maior desafio dos gestores nacionais da educação continua a ser, como diz Meszaros (2005), a busca de meios para a superação da lógica desumanizadora do capital na esfera da educação” (*apud* PALMEIRA SOBRINHO, 2019. p. 13).

## CONCLUSÃO

Partindo especialmente da definição de Golpe abstraída de O 18 de brumário de Luís Bonaparte, o golpismo fica caracterizado como o momento da História de uma dada sociedade quando a burguesia não conserva sua legitimidade através de forças políticas bem amparadas e a classe trabalhadora também não se encontra organizada para garantir sua efetiva participação no Estado. Assim, a classe burguesa, buscando pela conservação da ordem e de sua hegemonia, entrega temporariamente seu poder e representação política a uma figura que possa preservar a estabilidade social, a manutenção do sistema capitalista de produção e defender as bases de seus interesses políticos simultaneamente, mesmo que isso signifique a restrição de algumas de suas liberdades; portanto, definitivamente haverá ataque a pautas progressistas, defendido como “mal necessário”. Geralmente, essa figura não possui alcance e legitimidade política suficientemente para ocupar o posto em condições de normalidade.

Comparando a caracterização com os eventos de 2016, que resultaram no *impeachment* contra a presidente eleita Dilma Rousseff, compreendo que a elite econômica brasileira, conjuntamente com setores mais tradicionais da classe média, perdeu a tolerância com quase uma década e meia de governos petistas que permearam a agenda do Estado com pautas populares e progressistas.

Desta forma, diante da crise econômica agravada a partir de 2015 – na qual se associou uma crise política –, dos recuos dos investimentos do setor econômico e principalmente financeiro internacional, diante das reprovações burguesas e midiáticas ao intervencionismo da presidente e numerosas insurgências nas ruas do país, a classe média tradicional e altas classes brasileiras se organizaram na sociedade civil para amparar o Golpe em curso no parlamento brasileiro. Do outro lado, a classe trabalhadora brasileira se encontrava fragmentada e os movimentos organizados de esquerda desamparados diante das políticas impopulares do segundo mandato de Dilma.

Devido às falhas na organização e outros fatores, as forças progressistas perderam a disputa das ruas ainda em 2013, o que ficou evidente em 2015 e 2016. No parlamento, o *impeachment* da presidente se concluiu a partir de tópicos frágeis e de múltiplas interpretações. Assim, assume Michel Temer, prometendo uma suposta estabilidade econômica e “unificação” do país a qualquer custo, mas deixou o cargo como presidente rejeitado pela população brasileira, embora não sem deixar no país sua marca a partir de reformas impopulares e neoliberais. As primeiras estratégias traçadas pela gestão de Temer

são continuadas e intensificadas a partir da gestão conservadora e reacionária de Jair Bolsonaro.

Após quase uma década e meia de experiências progressistas do governo que variaram entre melhorias amenizadoras das condições de desigualdade social no Brasil e desvios dos princípios do próprio programa eleitoral, a política brasileira retoma a linha neoliberal mais agressiva que começara a trilhar na década de 1990, e parece ir além. Portanto, o Golpe significou, sobretudo, aceleração do neoliberalismo no Brasil, restaurando o curso que se seguia antes deste breve hiato que foram os governos petistas em alguns aspectos sociais. Nesse cenário, a Educação Superior pública sofre três grandes ataques: o orçamentário, o ideológico e anti-intelectualista e a tentativa de transmutar seu funcionamento em moldes utilitaristas conforme os interesses de mercado.

Desta forma, pensar a educação sob a ótica marxista não significa transferir as ideias marxianas de maneira pronta e acabada. Significa, sobretudo, partir dos fundamentos do Materialismo Histórico e Dialético, o método científico marxista, para analisar as condições sociais, políticas e educacionais concretas da realidade atual na qual nos inserimos, para, assim, pautar e protagonizar uma educação transformadora, emancipatória, e, portanto, verdadeiramente democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRETTI, Laís. Bolsonaro tem ‘estilo de confronto’ e criou problema internacional, diz Temer em entrevista à BBC News Brasil. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50083068>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.
- ALENCASTRO, Catarina; DAMÉ, Luiza. Dilma sanciona lei que garante 75% dos royalties para educação e 25% para saúde. **O Globo**, Brasília, 09 de set. de 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-sanciona-lei-que-garante-75-dos-royalties-para-educacao-25-para-saude-9880317>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.
- AMATO, Fábio. Inflação faz Copom elevar Selic a 7,5%, primeira alta desde 2011. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/inflacao-faz-copom-elevar-selic-75-primeira-alta-desde-2011.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.
- AMATO, Fábio; MARTELLO, Alexandre. Governo corta R\$ 44 bi do orçamento e prevê esforço fiscal de 1,9% do PIB. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/governo-corta-r-44-bi-do-orcamento-e-preve-esforco-fiscal-de-19-do-pib.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.
- AMATO, Fábio; MENDES, Priscilla. Governo lança pacote de concessão de R\$ 133 bi para rodovias e ferrovias. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/governo-lanca-pacote-de-r-133-bilhoes-para-rodovias-e-ferrovias.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.
- AMORIM, Felipe. Banco do Brasil diz ao Senado que pedaladas do Plano Safra não têm ato de Dilma. **UOL Notícias**, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/17/banco-do-brasil-diz-ao-senado-que-pedaladas-do-plano-safra-nao-tem-ato-de-dilma.htm>>. Acesso em: 23 de set. de 2018.
- ARAGÃO, Alexandre; VENTURINI, Lilian. Lava Jato: a origem e o destino da maior operação anticorrupção do país. **Nexo Jornal**, 16 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/03/16/Lava-Jato-a-origem-e-o-destino-da-maior-opera%C3%A7%C3%A3o-anticorrupt%C3%A7%C3%A3o-do-pa%C3%ADs>>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.
- ASSOCIAÇÕES científicas manifestam preocupação em relação aos cortes na educação. **Portal ABA**, 2019. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/2019/05/16/informativo-n-08-2019-16-05-2019>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O CONSENSO DE WASHINGTON: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Consulta Popular**, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BERTONI, Estêvão. Future-se: por que o MEC mudou seu plano para as universidades. **Nexo Jornal**, 28 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/28/Future-se-por-que-o-MEC-mudou-seu-plano-para-as-universidades>>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

BLUME, Bruno André. Como funciona o teto de gastos públicos?. **Politize!**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BOBBIO, N.; NICOLA MATTEUCCI; GIANFRANCO PASQUINO. **Dicionário de Política**. 8ª ed. Vol. 1. Brasília: UnB, 1995. P. 545-548.

BOGHOSSIAN, Bruno. Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 10 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

BOITO JR., Armando. As facetas ocultas da Lava Jato. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/as-facetas-ocultas-da-lava-jato/>>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos Golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BOLSONARO diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

BRAGON, Ranier; CRUZ, Valdo; DIAS, Marina; URIBE, Gustavo. Cunha ameaça impeachment, e petistas discutem salvá-lo. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 01 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713215-cunha-ameaca-impeachment-e-petistas-discutem-salva-lo.shtml>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

BRAGON, Ranier; URIBE, Gustavo. PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 02 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

BRASIL. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Emenda Constitucional Nº 95, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016**. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm)>. Acesso em: 04 de nov. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras

providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasil: Presidência da República [2017]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm)>. Acesso em: 01 de dez. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasil: Presidência da República [2017]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)>. Acesso em 03 de nov. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 1-62, 2018. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf)>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

CALGARO, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia. Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

CAMAROTTI, Gerson; DUARTE, Patrícia. Após apagão e crise de Furnas, Dilma escolhe ex-presidente da Cemig para comandar Eletrobras. **O Globo**, Brasília, 04 de fev. de 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apos-apagao-crise-de-furnas-dilma-escolhe-ex-presidente-da-cemig-para-comandar-eletobras-2828228>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

CAMAROTTI, Gerson; JUNGBLUT, Cristiane; VASCONCELOS, Adriana. Dilma rejeita indicações de Cunha e irrita PMDB do Rio. **O Globo**, Brasília, 02 de fev. de 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/dilma-rejeita-indicacoes-de-cunha-irrita-pmdb-do-rio-2828295>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

CAMPOS, João Pedroso de. Cunha mantém mapa de cargos do PMDB nos governos Lula e Dilma. **Revista Veja**, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/cunha-mantinha-mapa-de-cargos-do-pmdb-nos-governos-lula-e-dilma/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

CAPETTI, Pedro. Atraso no Fies bate recorde, e dívida chega a R\$ 13 bilhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de abri. de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/atraso-no-fies-bate-recorde-divida-chega-r-13-bilhoes-23606029>>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

CARTA Aberta à Comunidade – Nota sobre os Cortes de Bolsas de IC. **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação Universidade Federal de Uberlândia**, 2019. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/acontece/2019/09/carta-aberta-comunidade-nota-sobre-os-cortes-de-bolsas-de-ic>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

CASTRO, José Roberto. Dilma disse que se arrependeu das desonerações: o que foi essa política e quais as críticas a ela. **Nexo Jornal**, 14 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/14/Dilma-disse-que-se-arrependeu-das-desonera%C3%A7%C3%B5es-o-que-foi-essa-pol%C3%ADtica-e-quais-as-cr%C3%ADticas-a-ela>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos Golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

CISCATI, Rafael; LIBÓRIO, Bárbara; RIBEIRO, Ana Paula. Bolsonaro questiona investimento em educação, mas gasto por aluno ainda é baixo. **Revista Época**, 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/bolsonaro-questiona-investimento-em-educacao-mas-gasto-por-aluno-ainda-baixo-23498629>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos Golpe?:** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 43-48.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como Instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, SP, Boitempo, v. 1, n. 133, 2001, p. 9-28.

COHN, Amélia. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXIV., 2000, Petrópolis. **Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: A persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro [...].** [*S. l.: s. n.*], 2000. 15 p. Tema: Estrutura social e desigualdade.

CONFIRA os novos horários do transporte intercampi. **Comunica UFU**, 2019. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2019/08/confira-os-novos-horarios-do-transporte-intercampi>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cap. V.

COUTINHO, Mateus; FERNANDES, Ana. Governos anteriores controlavam instituições de investigação, diz procurador da Lava Jato. **Estadão**, São Paulo, 30 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governos-antigos-mantiveram-o-controle-das-instituicoes--diz-procurador-da-lava-jato,10000023830>>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003.

DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff 1 ano de governo. **Instituto de Pesquisa Datafolha**, opinião pública, dossiês. Brasil, jan. de 2012. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval\\_pres\\_20012012.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20012012.pdf)>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

DATAFOLHA. Avaliação do governo Michel Temer. **Instituto de Pesquisa Datafolha**, opinião pública, dossiês. Brasil, jun. de 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/22/6daa046c8426b5973edadda13b72e38f.pdf>>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

DATAFOLHA. Manifestação Avenida Paulista 13/03/2016. **Instituto de Pesquisa Datafolha**, perfil e opinião. São Paulo, mar. de 2016. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao\\_13\\_03\\_2016.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf)>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

DESEMPREGO dispara 38% em 2015 e é o pior em 11 anos, diz IBGE. **UOL Economia**, 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-atingiu-28-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015-segundo-ibge.htm>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, estudos e pesquisas. Brasil, dez. de 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

DOCA, Geralda. Primeiro governo Lula gerou 6,4 milhões de empregos formais. **O Globo**, Brasília, 22 de nov. de 2007. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/primeiro-governo-lula-gerou-64-milhoes-de-empregos-formais-4139239>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

ECONOMIA brasileira cresce 2,7% em 2011, mostra IBGE. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/economia-brasileira-cresce-27-em-2011-mostra-ibge.html>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

ECONOMIA brasileira cresceu 0,9% em 2012, diz IBGE. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/economia-brasileira-cresce-09-em-2012-diz-ibge.html>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

EDUCATION at a Glance 2019 – OECD INDICATORS. **OECD iLibrary**, 2019. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019\\_f8d7880d-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en#page1)>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

EM 2008, PIB cresceu 5,1% e chegou a R\$ 2,9 trilhões. **Agência de Notícias IBGE**, 2009. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13621-asi-em-2008-pib-cresceu-51-e-chegou-a-r-29-trilhoes>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

EM 2010, PIB varia 7,5% e fica em R\$ 3,675 trilhões. **Agência de Notícias IBGE**, 2011. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13983-asi-em-2010-pib-varia-75-e-fica-em-r-3675-trilhoes>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.



ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**: Revista de cultura de política, Rio de Janeiro, RJ, v. 35, n. 24, p. 85-116, 1991. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=mYqpg9eNwJAC&pg=PA108&lpg=PA108&dq=revista+lua+nova+numero+24&source=bl&ots=g4A3RHMIk3&sig=ACfU3U05dLGaMb81g8gzLGQOnPqNsMrxsw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiS0diV9JTmAhXtJrkGHXeVB5wQ6AEwBHoECAwQAQ#v=onepage&q=revista%20lua%20nova%20numero%2024&f=false>>. Acesso em: 01 de dez. de 2019.

EUNÍCIO lembra que intervenção no RJ paralisa votação da reforma da Previdência. **Agência Senado**, 2018. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/30/eunicio-lembra-que-intervencao-no-rj-paralisa-votacao-da-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

EXCELENTÍSSIMOS. Direção: Douglas Duarte. Produção: Douglas Duarte; Júlia Murat. Roteiro: Douglas Duarte. Brasil: Vitrine Filmes, 2018. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=YhQ4w8O0kMs>>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente** E classes sociais na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 122 p.

FIGUEIREDO, Júlio Carlos. Impeachment no Brasil: O Governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, BA, v. 9, n. 3, p. 161-181, 2017. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22998>>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

‘FINANCIAL Times’ põe em xeque ‘intervencionismo’ brasileiro. **BBC News Brasil**, 26 de mar. de 2013. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130326\\_intervencionismo\\_brasil\\_ft\\_press\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130326_intervencionismo_brasil_ft_press_rw)>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

FUTURE-SE Versão 16 de outubro de 2019. **G1**, 2019. Disponível em:

<[http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta\\_de\\_anteprojeto\\_de\\_lei\\_futurese\\_gt\\_portaria\\_1701\\_16102019.pdf](http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei_futurese_gt_portaria_1701_16102019.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

GONÇALVES FILHO, Antonio; FARAGE, Eblin. Educação Superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. **Em pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 44, p. 33-49, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45210>>. Acesso em: 7 de dez. de 2019.

GOVERNO demite diretor do Inpe que tinha mandato; Celso de Mello critica Bolsonaro.

Jornais de sábado (3). **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/08/03/governo-demite-diretor-do-inpe-celso-de-mello-critica-bolsonaro-jornais-de-sabado-3.ghtml>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

IANNI, Octavio (org.). **Karl Marx: Sociologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982. 216 p.

JUSTIÇA Federal em Brasília absolve Michel Temer do crime de obstrução de Justiça. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/17/justica-federal-em-brasilia-absolve-michel-temer-do-crime-de-obstrucao-de-justica.ghtml>> Acesso em: 06 de nov. de 2019.

LEHER, Roberto. Análise preliminar do Future-se. **ADUFPB: Seção Sindical do ANDES-SN**, Rio de Janeiro, RJ, 22 de jul. de 2019. Disponível em: <<http://www.adufpb.org.br/site/analise-preliminar-do-future-se/>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

LEHER, Roberto. Banco Mundial: Ajuste Regressivo e Antidemocrático – Em defesa da universidade pública e do princípio constitucional da gratuidade. **Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino**. Rio de Janeiro, RJ, 26 de nov. de 2017. Disponível em: <<http://forplad.andifes.org.br/sites/default/files/forplad/comissaoplanejamento/BM%20e%20o%20fim%20gratuidade.pdf>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

LEITÃO, Míriam. Alta desconfortável. **Coluna No Globo**, 2013. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/alta-desconfortavel-485606.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

LENIN, Vladimir Ilyich. 1870-1924. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução / V. I. Lenin; [tradução revista por Aristides Lobo]** – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LONGO, Ivan. Dilma: “Fomos ingênuos em relação aos meios de comunicação”. **Revista Fórum**, 2017. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/dilma-fomos-ingenuos-em-relacao-aos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 27 de jun. de 2019.

MACEDO, Isabella. PP, PMDB, PT E PSDB são os partidos com mais parlamentares sob suspeita. **Congresso em Foco**, 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pp-pmdb-pt-e-psdb-sao-os-partidos-com-mais-parlamentares-sob-suspeita/>>. Acesso em: 17 de out. de 2018.

MAIA, Fernando. Confira as principais privatizações no Brasil desde os anos 90. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confira-as-principais-privatizacoes-no-brasil-desde-os-anos-90-21732658>>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

MANIFESTAÇÃO pró-governo reúne 95 000 pessoas na Paulista, diz Datafolha. **Revista Veja São Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/blog/cidade/manifestacao-pro-governo-reune-95-000-pessoas-na-paulista-diz-datafolha/>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

MARTELLO, Alexandre. Governo anuncia corte adicional de R\$ 10 bilhões no orçamento de 2013. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/governo-anuncia-corte-adicional-de-r-10-bilhoes-no-orcamento-de-2013.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

MARTELLO, Alexandre. Queda do ‘spread’ bancário é determinação de Dilma, diz Tombini. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

MARTINS, Luísa. Professor universitário poderá ser muito rico, diz secretário do MEC. **Valor Econômico**, Brasília, 17 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/07/17/professor-universitario-podera-ser-muito-rico-diz-secretario-do-mec.ghtml>>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx ; tradução e introdução de Florestan Fernandes.~2.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl, 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital** – Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital / Karl Marx; [tradução de Reginaldo Sant’Anna]. 32.ed. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl, 1818-1883; ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **Manifesto do Partido Comunista** / Karl Marx / c/ Friedrich Engels; [tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal]. – Porto Alegre: L&PM, 2013.

MATOSO, Filipe. Dilma envia ao Congresso PEC que cria ‘nova CPMF’. **G1**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/dilma-envia-ao-congresso-pec-que-cria-nova-cpmf.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

MENDES, Priscilla. Dilma confirma redução na conta de luz e critica ‘pessimistas’. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/dilma-confirma-reducao-na-conta-de-luz-e-critica-pessimistas.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

MENDES, Priscilla. Dilma sanciona sem vetos lei que define organização criminosa. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/dilma-sanciona-sem-vetos-lei-que-define-organizacao-criminosa.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

MORO, Sergio Fernando. **Considerações sobre a operação Mani Pulite**. Brasília: Consultor Jurídico, 2004. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Belém, PA, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362014000400010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000400010)>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 2019. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em 07 de nov. de 2019.

NERY, Carmen; PERET, Eduardo. Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre. **Agência de Notícias IBGE**, 2019. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

NOTA de repúdio a declarações do ministro da educação e do presidente da república sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente filosofia e sociologia. **Portal ANPOF**, 2019. Disponível em: <<http://www.anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. Qual é o futuro da ciência brasileira?. **G&DR: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 15, n. 3, p. 1-2, 2019. Disponível em:

<<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/61>. Acesso em>: 04 de dez. de 2019.

OLIVEIRA, Kelly. Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas desempenho escolar é ruim. **EBC – Agência Brasil**, 2018. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim>>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

PALHARES, Isabela. Universidades acusadas de ‘balbúrdia’ tiveram melhora de avaliação em ranking internacional. **Terra**, 2019. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/universidades-acusadas-de-balburdia-tiveram-melhora-de-avaliacao-em-ranking-internacional,3a33fafa1a16f18aa0d710f40fbd9bdat9gbtci1.html>>. Acesso em 07 de nov. de 2019.

PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. Future-se: A fúria neoliberal sobre a Educação Superior pública e gratuita. **FIDES: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**, Natal, RN, v. 10, n. 2, p. 50-68, 2019. Disponível em:

<<http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/issue/view/21>>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de ‘pauta-bomba’ que dá aumento para AGU. **G1**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-1-turno-texto-base-do-aumento-para-agu.html>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 115-127, 1999.

PIMENTEL, Matheus. Os efeitos de curto e longo prazo do corte de bolsas na ciência. **Nexo Jornal**, 09 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/09/09/Os-efeitos-de-curto-e-longo-prazo-do-corte-de-bolsas-na-ci%C3%Aancia>>. Acesso em 07 de nov. de 2019.

POBREZA extrema cresce no Brasil e afeta 13,5 milhões de pessoas. **DW Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pobreza-extrema-cresce-no-brasil-e-afeta-135-milh%C3%B5es-de-pessoas/a-51147425>>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

POTTER, Hyury. Falta de profissionais no Mais Médicos afeta 6 milhões de brasileiros. **DW Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/falta-de-profissionais-no-mais-m%C3%A9dicos-afeta-6-milh%C3%B5es-de-brasileiros/a-49699732>>. Acesso em: 13 de ago. de 2019.

PRESSE, France. Crescimento chinês cai a 7,8% em 2012, seu nível mais baixo desde 1999. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/crescimento-chines-cai-a-78-em-2012-seu-nivel-mais-baixo-desde-1999.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

PROPOSTA de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 – Reforma da Previdência. **Senado Federal**, 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999>>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

REUTERS. Dilma anuncia programa que prevê contratação de médicos estrangeiros. **G1**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/dilma-anuncia-programa-que-preve-contratacao-de-medicos-estrangeiros-1.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 12, 15 dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2016001200501](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501). Acesso em: 04 de dez. de 2019.

SALDAÑA, Paulo. Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 02 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/orcamento-de-bolsonaro-para-2020-tira-metade-dos-recursos-do-mec-para-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

SANCIONADA Lei da Reforma no Ensino Médio. **Agência Senado**, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <<://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 01 de dez. de 2019.

SENADO aprova reforma do ensino médio, que segue para sanção. **Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical dos ANDES-SN**, 2017. Disponível em: <<https://apufpr.org.br/senado-aprova-reforma-do-ensino-medio-que-segue-para-sancao/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação Superior no Brasil** / João dos Reis Silva Jr., Valdemar Sguissardi; prefácio de Francisco de Oliveira - 2. ed. rev. - São Paulo : Cortez ; Bragança Paulista, SP : USF-IFAN, 2001.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 255-264, 2005.

SILVEIRA, Daniel. Número de famílias na miséria volta a crescer em 2015. **G1**, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/numero-de-familias-na-miseria-volta-a-crescer-em-2015-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização?. **Katálisis**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 1, p. 19-30, 2004.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 389 p.

TOMAZ, Kleber. Temer é ficha-suja e fica inelegível por 8 anos, diz promotora eleitoral. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/temer-e-ficha-suja-e-fica-inelegivel-por-8-anos-diz-promotora-eleitoral.html>>. Acesso em: 07 de out. de 2018.

UNIVERSIDADES públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**, 2019. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 23 de mai. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

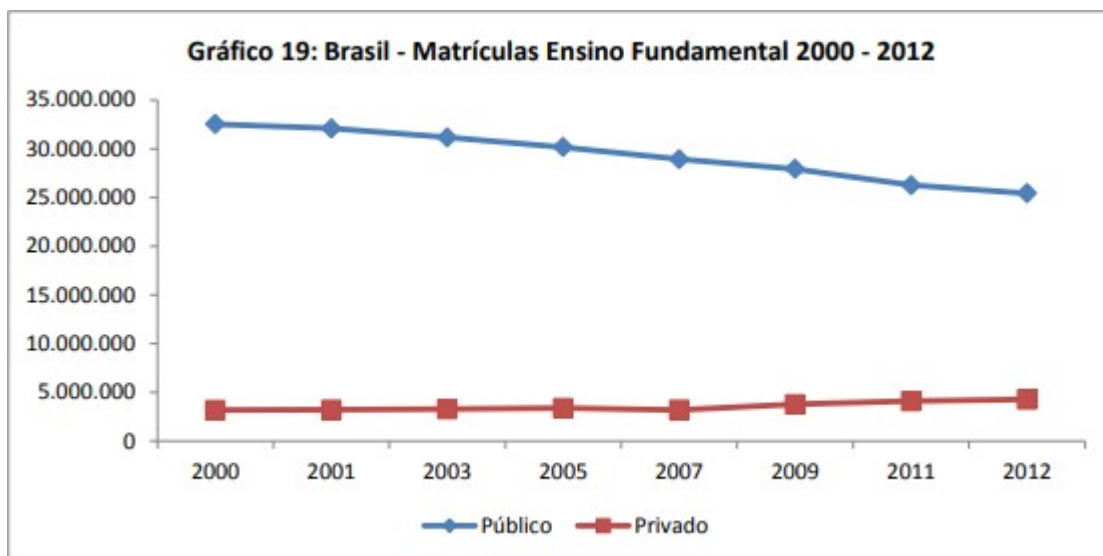
VEJA os principais programas sociais do governo Lula. **Estadão**, 25 de fev. de 2008. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-principais-programas-sociais-do-governo-lula,130446>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

VEJA quais são as principais medidas do ‘Plano Brasil Maior’. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 de ago. de 2011. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/971256/veja-quais-sao-principais-medidas-do-plano-brasil-maior>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhares; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: Uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.

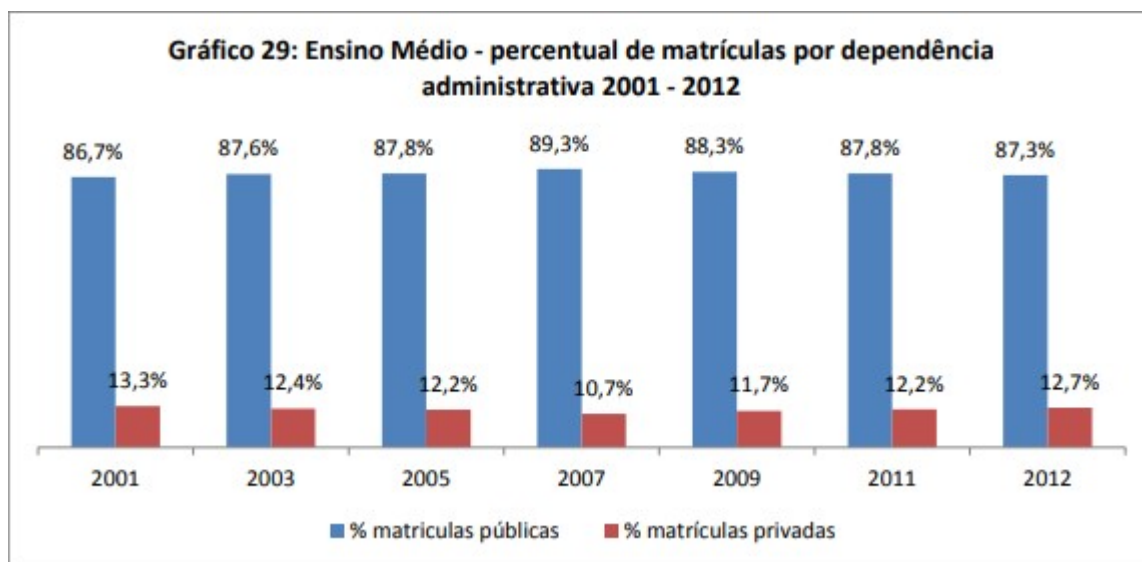
## ANEXOS

Figura 2: Brasil – Matrículas Ensino Fundamental 2000-2012 por dependência administrativa (Inep)



Fonte: Inep, Censos Escolares (2014)

Figura 3: Ensino Médio – Percentual de matrículas por dependência administrativa 2001-2012 (Inep)



Fonte: Inep, Censos Escolares (2014)